



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 040 - SÁBADO, 5 DE ABRIL DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 44ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE ABRIL DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007 (nº 7.320/2006, na Casa de origem). 8011

Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda ao Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007..... 8011

1.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 379, de 2008, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando licença dos trabalhos da Casa para cumprimento de missão oficial, no período de 9 a 23 de abril de 2008*..... 8013

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Participação de S. Exª nesta semana, da comitiva do Presidente Lula em visita às obras do Pólo Naval de Rio Grande/RS. Registro de carta do cidadão Walter Gomes, de Manhumirins-MG, elogiando o trabalho dos senadores em defesa dos aposentados e pensionistas. Homenagem à memória de Martin Luther King..... 8014

SENADOR JOSÉ NERY – Registro da realização da oitava versão do Fórum Social Mundial (FSM), em janeiro de 2009, em Belém/PA. 8016

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Homenagem à cidade de Cuiabá-MT, que comemora no dia 8 de abril, 289 anos de sua fundação. Referências aos resultados econômicos obtidos pelo governo do Presidente Lula..... 8024

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas à operação realizada pela FUNAI e Polícia Federal na reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Leitura de carta dirigida ao Presidente Lula e ao Ministro da Justiça defendendo uma saída pacífica para o conflito. 8028

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Festeja recursos do FAT para financiar escolas técnicas recém-criadas. Destaca potencial dos turistas chineses para a economia brasileira. Cumprimentos ao Senador Adelmir Santana, eleito vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. 8057

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO – Atesta compromisso em defesa do Senado Federal e da democracia. 8059

1.2.4 – Comunicação da Presidência

Designação de membros para compor a Comissão Temporária Externa, criado pelo Requerimento nº 193, de 2008, *destinada a verificar “in loco” o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial - INPE, em seu “mapa do desmatamento”, conforme indicações das Lideranças, nos termos dos Ofícios nº 34/08, da Liderança do DEM, 69/08, da Liderança do PMDB, e 45/08, da Liderança do PSDB*..... 8062

1.2.5 – Ofício

Nº 96/2008, de 4 de abril, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão Temporária Externa destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, em Caracas, Venezuela. *Designação do Senador José Nery, para compor a referida Comissão*. 8062

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Considerações sobre a corrupção no Brasil. Lançamento de recente campanha intitulada “O que você tem a ver com a corrupção?”, sob a liderança da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE)..... 8063

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa de debates, no Congresso Nacional, de temas que mostrem o compromisso do parlamento com o País..... 8065

SENADOR MÃO SANTA – Sugestão de criação do ‘gabinete da crise’ destinado a combater os graves problemas enfrentados pela população. ... 8069

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR GERSON CAMATA – Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido da Central Única das Favelas, mos-

trando a necessidade de revisão dos conceitos a respeito da relação entre moradores das favelas e criminalidade. Registro do Relatório Anual da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, sobre tráfico e consumo de drogas no mundo..... 8072

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 657 e 658, de 2008..... 8075

SENADO FEDERAL

**3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
– 53ª LEGISLATURA**

**4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER-
MANENTES**

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

**9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR-
LAMENTAR**

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-
CIDADÃ BERTHA LUTZ**

CONGRESSO NACIONAL

**11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO
PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS
ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

**13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL**

**14 – CONSELHO DA ORDEM DO CON-
GRESSO**

Ata da 44ª Sessão não Deliberativa, em 04 de abril de 2008

2ª sessão deliberativa ordinária da 53ª legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho.

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta esta sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2007** (nº 7.320/2006, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 11.282, de 23 de fevereiro de 2006, que anistia os trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT punidos em razão da participação em movimento grevista.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Encerrou-se no ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária.*

Ao Projeto foi apresentada uma emenda, que passo a ler.

É lida a seguinte:

EMENDA Nº 1 – PLEN

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, cujos objetivos são:

I – elevar, de forma sustentável, a produtividade, a qualidade dos produtos e a renda das atividades agropecuárias através da aplicação de sistemas mistos de exploração de lavoura, pecuária e floresta em áreas já desmatadas em substituição aos monocultivos tradicionais;

II – mitigar o desmatamento provocado pela conversão de áreas de florestas em áreas de pastagens ou de lavouras, assegurando a manutenção das Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal;

III – estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas voltadas à definição de sis-

temas de produção que integrem, ecológica e economicamente, a pecuária à lavoura e à floresta;

IV – estimular e promover a educação ambiental de fornecedores de insumos e matérias-primas, produtores rurais, agroindustriais e consumidores que participam da atividade agropecuária e a sociedade de modo geral;

V – promover o retomo de áreas de pastagens degradadas ao sistema produtivo pelo uso de Sistemas Integrados Lavoura-Pecuária-Floresta;

VI – proporcionar a segurança alimentar e a equidade social em sistemas sustentáveis de produção;

VII – diversificar a renda do produtor rural e fomentar novos modelos de uso da terra visando a sustentabilidade do agronegócio com a preservação ambiental;

VIII – difundir e estimular práticas alternativas ao uso de queimadas na agropecuária visando mitigar os impactos destas em propriedades químicas, físicas e biológicas do solo, reduzindo também impactos sobre a diversidade da fauna e da flora;

IX – fomentar a ampliação da diversificação de sistemas de produção com inclusão de recursos florestais, visando a produção comercial da silvicultura e a reconstituição de corredores de fauna e proteção de matas ciliares e reservas florestais, ampliando a capacidade de geração de renda do produtor;

X – estimular e difundir sistemas agrosilvipastoris aliados às práticas conservacionistas e de bem estar animal.

Parágrafo único. A integração lavoura-pecuária-floresta é definida como o planejamento, a execução e o controle da diversificação, da consorciação e da sucessão das atividades agropecuárias e agrosilvipastoris dentro da propriedade rural com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Art. 2º A Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta será implementada com base nos seguintes princípios:

I – preservação e melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo sob áreas de pastagem ou lavoura;

II – sustentabilidade econômica dos empreendimentos pecuários na propriedade rural, pela diversificação de rendimentos, melhoria do retorno financeiro, dos índices de produtividade e de qualidade dos produtos da atividade pecuária;

III – investigação científica e tecnológica voltada ao desenvolvimento de sistemas mistos envolvendo agricultura, pecuária e floresta de forma seqüencial e/ou simultânea na mesma área;

IV – incorporação do conhecimento tradicional sobre uso sustentável dos recursos naturais;

V – sinergia entre ações locais, regionais e nacionais, visando otimizar os esforços e a aplicação dos recursos financeiros;

VI – cooperação entre o setor público e privado como organizações não-governamentais e empresas;

VII – estímulo à diversificação das atividades tanto na agricultura familiar quanto nos grandes empreendimentos agropecuários;

VIII – observância do zoneamento ecológico-econômico do Brasil e respeito às áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas;

IX – observância aos princípios e leis estabelecidas para preservação ambiental.

Art. 3º Compete ao Poder Público, no âmbito da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta:

I – definir planos de ação regionais e nacional, com a participação das comunidades locais;

II – estimular a adoção da rastreabilidade e certificação dos produtos pecuários, agrícolas e florestais oriundos de sistemas mistos de produção;

III – capacitar os agentes de extensão rural a lidar com os aspectos ambientais e econômicos dos processos de diversificação, rotação, consorciação e sucessão das atividades de agricultura, pecuária e floresta;

IV – criar e fomentar linhas de crédito rural consoantes com os objetivos e princípios da Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta;

V – estimular a produção integrada, o associativismo, o cooperativismo e a agricultura familiar;

VI – promover a geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias;

VII – fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes de incentivos creditícios e fiscais;

VIII – controlar os riscos de desequilíbrio ambiental por meio do licenciamento das atividades de integração lavoura-pecuária-floresta no entorno de áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico, de reservas extrativistas, parques estaduais, parques nacionais, florestas estaduais e nacionais;

IX – difundir a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais nas atividades agropecuárias;

X – assegurar a infra-estrutura local necessária aos mecanismos de fiscalização do uso conservacionista dos solos;

XI – estimular e fiscalizar o uso de insumos agropecuários;

X – estimular a mudança de uso das terras de pastagens convencionais em pastagens arborizadas para a produção de ruminantes em condições ambientalmente adequadas, afim de proporcionar aumento da produtividade pelas melhorias de conforto e bem-estar animal.

Art. 4º Em sua execução, a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta utilizará os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, instituídos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e os financiamentos do Sistema Nacional de Crédito Rural, nos termos das Leis nºs 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 4.829, de 5 de novembro de 1965.

Art. 5º Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

A presente Emenda Substitutiva é fruto das sugestões de aprimoramento ao PLS nº 260/2007 que foram apresentadas pela Embrapa durante a audiência pública realizada sobre esse projeto na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sabemos que, no modelo tradicional de expansão da fronteira agrícola, quase sempre executado às custas de indesejável desmatamento, os ciclos de cultivos itinerantes, seguidos da exploração pecuária e do abandono das áreas exauridas, resultam na degradação das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo de mata, fenômeno que se observa após a derrubada da vegetação original. A exaustão das áreas exploradas gera a necessidade de incorporação de novas áreas de floresta, levando ao incremento da área desmatada. Nesse processo, a pecuária e o cultivo itinerante têm sido considerados como atividades econômicas responsáveis por grande parte do desequilíbrio de muitos ecossistemas nacionais.

Por outro lado, em regiões onde a agricultura e pecuária não encontram mais condições de expansão horizontal, os proprietários rurais enfrentam crescente pressão da sociedade para que adotem sistemas de uso das terras que sejam ambientalmente mais adequados e saudáveis.

O PLS nº 260/2007 busca estabelecer um novo paradigma para as políticas de estímulo às atividades agropecuárias. Este novo modelo baseia-se no manejo

correto do solo, das plantas e dos animais, na formação de pastagens produtivas e na recuperação de áreas degradadas como forma de reduzir a necessidade de incorporação de áreas de mata à exploração pecuária e de lavouras. Nesse sistema, parte das receitas obtidas com as lavouras é utilizada para custear a recuperação ou a reforma das pastagens. Na área da pastagem degradada, cultivam-se grãos por um, dois ou mais anos e, depois, volta-se com a pastagem, que vai aproveitar os nutrientes residuais das lavouras na produção de forragem. Para evitar outro ciclo de degradação, é necessário elaborar um cronograma de adubação de manutenção da pastagem recém-implantada. O sistema de integração lavoura-pecuária melhora a fertilidade do solo através do processo de rotação lavoura-pastagem, minimizando os riscos da agropecuária e melhorando a rentabilidade dos produtores, por meio da otimização do aproveitamento dos insumos.

A iniciativa em foco busca inserir a pecuária brasileira como atividade afinada com as grandes preocupações ecológicas atuais, constituindo-se em aliada na luta contra o aquecimento global. Afinal são aproximadamente 190 milhões de hectares de pastagens no Brasil (superfície equivalente a 3,5 vezes a área da França). Estima-se que a metade dessas pastagens estejam degradadas ou em degradação, o que traz uma imagem negativa para a pecuária brasileira.

Na atual forma de uso, as terras com pastagens produzem somente produtos pecuários, com a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta essa imensa área poderá produzir, também, produtos agrícolas e florestais, sem prejuízo algum para a produção pecuária. Ao contrário, agregando renda, “valor ambiental” e marketing positivo, pois a integração lavoura-pecuária-floresta representa um sistema de uso da terra ambientalmente mais adequado do que os praticados atualmente.

Vivemos o despertar da consciência ecológica em escala planetária, não sendo mais admissível que as atividades econômicas modernas se eximam da responsabilidade da preservação ambiental, considerando-se a necessidade da manutenção de serviços ambientais essenciais à vida e ao bem-estar desta e das próximas gerações.

O Brasil exerce um papel central na seara das preocupações ambientais, haja vista a natureza nos ter confiado ecossistemas de visibilidade internacional, tais como a Amazônia, o Pantanal, o Cerrado e a Mata Atlântica, entre tantos outros igualmente exuberantes. Essa evidência natural dos ecossistemas brasileiros, dada a capacidade de interagir globalmente com o clima, impõe ao Brasil um desafio dos mais contemporâneos. O País se depara com uma questão que tem acompanhado a história do progresso tecnológico,

qual seja, aquela que se expressa no dilema de fazer avançar as atividades econômicas sem a concomitante degradação ambiental.

A comunidade científica internacional categoricamente afirma, com base no conhecimento atualmente disponível, que o aquecimento global tem sido estimulado pela ação das atividades econômicas do passado e do presente, tornando-se urgentes os ajustes na forma de produzir os bens necessários à vida moderna, para que o futuro da humanidade não seja ameaçado pelas ações do próprio homem.

Nesse contexto, a redução na emissão de gases de efeito estufa, tais como gás carbônico e metano, domina a atenção mundial, dentro do objetivo de minimizar os efeitos antrópicos sobre o clima do planeta. Assim, o uso de combustíveis não renováveis e o emprego de queimadas em áreas de florestas e de pastagens se destacam entre os fatores que contribuem para o aquecimento global, dada a elevada emissão de gases de efeito estufa associada. Embora o País seja uma referência mundial no uso do etanol como substituto dos combustíveis fósseis, o Brasil ainda se destaca negativamente como um dos países que mais queimam suas florestas, principalmente em decorrência do movimento de expansão da fronteira agrícola.

Tendo em vista o atual cenário internacional, a redução do ritmo do desmatamento e a abolição da prática da queimada fazem-se prementes. A iniciativa que trago à discussão vai ao encontro desse anseio, de ampla repercussão, tendo o mérito maior de estimular a pecuária, uma atividade econômica das mais importantes, como geradora de emprego e renda, que se integra ao meio ambiente por meio de diretrizes de políticas públicas confiáveis e conciliadoras.

É preciso salientar que a implementação do disposto no PLS nº 260/2007 corresponderá à precaução contra possíveis embargos econômicos que, no futuro, venham a ser impostos às exportações de carnes brasileiras, em razão da relevância que ocupa a preservação do meio ambiente no cenário internacional.

Pelo exposto, espero contar com o apoio das Senhoras e dos Senhores Senadores para a aprovação do PLS nº 260/2007, na forma da emenda substitutiva que ora apresentamos.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2008. – Senador
Expedito Júnior

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2008

Tendo sido indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, através da aprovação, naquele Colegiado, do Requerimento nº 13, de 2008–CRE, para acompanhar, pelo período de 15 (quinze) dias, a Operação Upatakon III, programada

pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, bem como os desdobramentos desse processo, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, licença dos trabalhos da Casa no período de 9 a 23 de abril do corrente para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 4 de abril de 2008. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sexta-feira, 4 de abril, nove horas e dois minutos.

Aprendi no colo de minha mãe:
Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é um combate,
Que os fortes abate,
Que os fortes, os bravos
Só pode exaltar.

Forte e bravo é a maioria do povo do Brasil, que acredita em Deus, no estudo, no trabalho e no amor.

E, representando essa grandeza do povo do Brasil, aqui muito cedo está madrugando essa mulher extraordinária, Secretária Executiva, Cláudia Lyra – e bonita.

Cedo a palavra a esse extraordinário homem, de quem posso até dizer que representa os homens do Brasil, pela sua firmeza, Paulo Paim.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, agradeço a V. Ex^a ter permitido que eu antecipasse a minha fala, já que vou participar de um seminário na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria.

Permita-me meu caro Senador Virgínio de Carvalho – sei que V. Ex^a vai fazer o pronunciamento em seguida; se Deus quiser, farei um aparte a V. Ex^a –, ao mesmo tempo em que o cumprimento, rendo também minhas homenagens e minha total solidariedade à nossa querida Senadora Maria do Carmo, de Sergipe. A Senadora Roseana Sarney me informou, na quarta-feira, que a Senadora se encontra com problemas de saúde. Todos nós vamos rezar para que a nossa Senadora deixe o hospital e volte a sua vida normal. Todos nós temos um carinho grande por ela; e também por V. Ex^a, que, com certeza, aqui vai representá-la muito bem, como também a todo seu Estado. Seja bem-

vindo à Casa. Ficam aqui meus cumprimentos, e farei o aparte no pronunciamento de V. Ex^a.

Senador Mão Santa, nesta quinta-feira não estava aqui, porque fui com a comitiva do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao meu Rio Grande do Sul. Ele foi visitar e anunciar novos investimentos lá na metade sul do Rio Grande – foi a Pelotas e Rio Grande. Pude, junto com ele, com Ministros, com Senadores e Deputados de todos Partidos, com o Prefeito de Rio Grande, com o Prefeito de Pelotas, com candidatos, inclusive do meu Partido, que vão disputar as Prefeituras da região, com Prefeitos da base de apoio do Governo, visitar a obras do Pólo Naval de Rio Grande.

É uma obra, Senador Mão Santa, gigantesca. Eu não a tinha visitado ainda. Investimentos na ordem de US\$10 bilhões é o que se prevê, quando a obra ficar definitivamente encaminhada, gerando-se algo em torno de cinco mil empregos. Eu diria que, entre empregos diretos e indiretos, pela complexidade de todo o Pólo Naval, muito mais de cinco mil empregos serão criados naquela região tão importante do nosso Estado.

Estive também na universidade, Senador Mão Santa, e apresentei proposta – sei que terei o voto de V. Ex^a –, para que haja, lá no Rio Grande, uma escola técnica naval. Além de contar com a produção dos navios que lá serão executados, reparados, pela estrutura que tem aquele complexo naval, precisamos também preparar nossos jovens no ensino técnico, para operarem no primeiro, no segundo momento e depois, quando o Pólo estiver concluído, com um investimento permanente. Os nossos navios, que normalmente eram feitos em Cingapura, no exterior, agora serão feitos lá no Rio Grande, no Pólo Naval do Rio Grande.

Fiquei impressionadíssimo, Sr. Presidente, tanto com relação ao investimento, à base que está sendo construída, como também com todo o complexo e com o envolvimento de toda a cidade, de toda a região, a partir dessa belíssima obra do PAC.

Estavam conosco nesta viagem o Ministro Tarso Genro, a Ministra Dilma Rousseff, o Ministro Franklin Martins, a Presidente da Caixa Econômica Federal, o Presidente do BNDES, o Ministro do MEC, o Ministro das Cidades. Foi, enfim, um evento grandioso.

E, depois, em Porto Alegre, também o Presidente e a sua comitiva participaram de um grande ato, com a presença do ex-Governador Olívio Dutra, como também da Governadora Yeda Crusius, de Deputados e Deputadas, do Prefeito da capital, do Prefeito de Gravataí, do Prefeito de São Leopoldo, do Prefeito de Sapiranga, representando o Vale dos Sinos, enfim, de Prefeitos de praticamente toda a grande Porto Alegre.

Faço esse registro com satisfação. A forma como fomos recebidos pelos trabalhadores e pela imprensa

de toda a região foi gratificante. Estamos no caminho certo, principalmente quanto à minha parte, ao que me toca, pelos investimentos que estamos fazendo, meu nobre Senador, aqui mesmo no Senado, com relação às escolas técnicas.

Sou autor do Fundep, que é um fundo de investimento no ensino técnico profissionalizante, que, se tudo der certo, se o aprovarmos, vai gerar R\$6 bilhões para o investimento na formação dos nossos jovens com relação à profissão que vão exercer tão logo saiam do primeiro e segundo graus.

Mas, Sr. Presidente Mão Santa, depois de fazer o registro dessa viagem e já justificando com isso a minha ausência ontem aqui, já que tenho sempre a alegria de dizer, Senador Mão Santa – e falo isso com a maior tranquilidade, Senadora Serys –, que estou aqui de segunda à sexta-feira, nós estamos aqui. Mas como eu não estava aqui ontem, V. Ex^a estava, Senadora, e os outros também, estou justificando o porquê da minha ausência na sessão de ontem. Viajei na quarta-feira à noite para o Rio Grande e participei dessas atividades.

Mas, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, eu queria também, nesta manhã de sexta-feira, registrar uma carta que recebi e que não é do meu Estado, uma carta que vem de Minas Gerais.

Por que faço esse registro? Dos milhares e milhares de correspondências que nós todos recebemos, inclusive eu, de vez em quando gosto de vir aqui apresentar uma delas, somente uma, demonstrando como a população do nosso País está acompanhando o trabalho do nosso Congresso Nacional, do nosso Senado e o quanto eles acreditam nas causas que defendemos.

Diz este documento, Sr. Presidente, que recebi e ao qual faço algumas considerações. Considero um privilégio poder trocar idéias com essas pessoas que se dispõem a falar o que sentem e a mostrar como estão vendo o nosso País e o nosso Congresso, e como estamos trabalhando.

É lógico, Sr. Presidente, e aqui o registro, que, às vezes, também recebemos críticas. Não é que a gente, que vem aqui falar de uma carta, digamos, positiva não entenda também que é legítimo, e assim é a democracia; que cartas também venham criticando o trabalho dos Senadores, do conjunto dos Senadores. Mas vem muito mais, eu poderia dizer, cartas elogiando o trabalho do Congresso Nacional do que criticando.

Eu diria que, em cada cem cartas, noventa são elogiando o trabalho que nós estamos fazendo nessa Casa.

Sr. Presidente, então é com carinho que faço questão de registrar da tribuna a carta do Sr. Walter Gomes, de Manhumirins, em Minas Gerais, que vou ler rapidamente. Diz ele:

Tenho minha alma e meu coração alegres, apesar das pontes safenas. Ao ler o jornal e ver a Tv Senado, acompanho os conhecimentos políticos em prol dos descamisados, crianças e idosos [aí ele nos cumprimenta e naturalmente não vou detalhar aqui]. Vou contar – diz ele – um caso maravilhoso. Sou descendente de escravos, índios e espanhóis. Meu saudoso avô era um velhinho simpático e honesto. Ele se reunia com netos, os bisnetos a conversar, isso lá nos anos 30... ...Se por acaso algum de nós falasse em política, ele botava o chapéu, o guarda-chuva no braço e dizia que Deus abençoe a todos. [porque de política eu não gosto de falar]...e dava nos calos. Então lá onde ele está, com Deus; se ele souber que admiro e respeito alguns senadores [e aí cita naturalmente nosso nome] ele estará sorridente por saber que existem alguns homens de bem. [E fala de senadores aqui da nossa Casa]. Eu conheci muitos gaúchos bons, tive o prazer de conhecer nosso Jango pessoalmente por intermédio do seu major segurança; fiz parte do grupo dos onze, com meus líderes Brizola e Jango.

E agora, tchê?

Nosso Paulo Paim, que é aqui muito reconhecido pela minha família junto com os outros Senadores que estão aí lutando pelos aposentados e pensionistas.

Um abraço que posso dizer amigo ao longe. Não esqueça de nós! A César o que é de César. E essa equipe maravilhosa que aí vocês representam no Congresso a defender nossos idosos, um abraço a todos.

Walter Gomes. Sendo safenado, operado da próstata, com seqüelas. Que Deus esteja sempre em nós. Sem dinheiro para comer e comprar remédios, devido à perversidade da vida, agradeço e aposto muito no Senado da República e na Câmara dos Deputados na defesa dos aposentados e pensionistas.

Com esse registro, Senador Mão Santa, quero ainda não me omitir nesse momento da história – V. Ex^a que fala tanto em Martin Luther King – e dizer que estamos homenageando o aniversário da vida e da obra de Martin Luther King.

É sempre uma honra falar da tribuna no momento em que a referência é o Dr. Martin Luther King Júnior, um desses homens especiais que deixaram seus nomes gravados na história e nos nossos corações, em todos os tempos. Um homem que morreu clamando pela igualdade, pela justiça e pela fraternidade foi assassinado. Foi assassinado há 40 anos e, por isso, hoje, fazemos uma homenagem a ele.

Esse ser humano ímpar nasceu em 15 de janeiro de 1929, em Atlanta, na Geórgia. Era filho de um pastor batista e de uma professora. Ele próprio veio a ser pastor mais tarde.

Na Universidade de Boston, conheceu Coretta Scott, uma estudante de música, com quem se casou e teve quatro filhos.

Muitos o chamam de Doutor Martin Luther King, pois, em 1955, recebeu um PhD em Teologia Sistemática pela Universidade de Boston.

Luther King foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores ativistas pelos direitos civis. Ele trazia no coração o desejo de ver todos os seres humanos confraternizando de forma pacífica, respeitando direitos iguais para todos e todas, vivendo em paz e empunhando a bandeira do amor ao próximo, sem nenhuma divergência quanto à cor da pele, respeitando aquilo que nós chamamos de as diferenças que são naturais em cada um de nós. Sua campanha pela não-violência era inspirada em outro grande líder, Mahatma Gandhi.

Muito cedo ele se engajou na luta pela igualdade racial. Houve uma ocasião em que uma passageira negra foi discriminada e colocada para fora do ônibus, e, como forma de protesto, Martin Luther King organizou um grande movimento, e, a partir dali, negros e negras passaram a poder usar o mesmo ônibus. Infelizmente, a reação dos conservadores foi contra sua família e sua casa. A casa de Martin Luther King, devido a esse protesto, foi bombardeada.

Ele não recuou, seguiu lutando e, em 1963, liderou um movimento massivo, a chamada “A Marcha para Washington”, pelos direitos civis no Alabama, organizando campanhas por eleitores negros e brancos pacifistas. Mais de duzentas mil pessoas estavam lá e clamavam por direitos civis.

Foi a partir desse momento, já registrei, mas repito, que a Suprema Corte aprovou as ações afirmativas para os negros norte-americanos e, em seguida, o Congresso as reconheceu.

Ele nunca esmoreceu. Foi a pessoa mais jovem a receber o prêmio Nobel da Paz. Isso foi em 1964, em pleno golpe militar no Brasil. Seguiu firme e determinado em suas convicções. Em virtude delas, foi baleado e assassinado em 04 de abril de 1968, em Memphis, no Tennessee.

Definir Martin Luther King é difícil. Creio que palavras de seu discurso “Eu tenho um sonho”, diz tudo. Sr. Presidente, Martin Luther King foi um homem brilhante! O eco de suas palavras não se apagará jamais.

Cito aqui parte de seu discurso, o inesquecível discurso chamado “Eu tenho um sonho”:

Cem anos atrás, um grande americano, na qual estamos sob sua simbólica sombra, assinou a Proclamação da Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativos.

Mas cem anos depois, o Negro ainda não é livre.

Cem anos depois, a vida do Negro ainda é tristemente inválida pelas algemas da segregação e as cadeias da discriminação.

Cem anos depois, o Negro vive em uma ilha só de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. (...)

Cem anos depois, o Negro ainda adoece nos cantos da sociedade americana e se encontram exilados em sua própria terra. Assim, viemos aqui hoje para dramatizar sua vergonhosa condição”.

E, aí, só mais um pedaço, e vou passar para V. Ex^a, ele diz:

E quando isto acontecer, quando nós permitirmos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ela soar em todas as moradias e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos [aí sim] acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, [mulheres pretas e mulheres brancas], judeus, [palestinos], gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho e espiritual negro: Livre, afinal, livre, afinal. Igualdade e liberdade para todos.

Esse foi o pronunciamento. Se V. Ex^a quiser o aparte, já concluí a minha fala. Sei que todos estão aqui ansiosos – e entendo –, porque muitos têm de viajar, assim como eu tenho outro compromisso.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Paulo Paim, Senadora Serys, Senador Mão Santa, Senador Virgílio, não podia, mesmo que com breves palavras, deixar de me associar à homenagem, à lembrança, ao resgate e à memória de Martin Luther King, símbolo da luta por liberdade e pelos direitos civis nos Estados Unidos. Com certeza, o seu exemplo, 40 anos depois do seu brutal assassinato, continua vivo, motivando todas as lutas por liberdades, sejam as dos negros, mas de uma forma tão ampla com que ele pensava na possibilidade da realização humana, de unir a todos. Esse belo trecho do discurso que o senhor acaba de mencionar é um verdadeiro hino à liberdade, à luta pela justiça. Esse exemplo de Martin Luther King, mártir das lutas dos negros, da reafirmação da igualdade, sem dúvida permanece muito atual, porque muitos daqueles motivos que fizeram com que ele fosse assassinado ainda são presentes na sociedade atual em várias partes do mundo, inclusive em nosso País. Portanto, a afirmação da luta contra a desigualdade e contra o preconceito, a afirmação da luta por justiça, sem dúvida, é estimulada por esse líder que, tão brilhantemente, soube representar os anseios do seu povo, da sua gente, da sua etnia, para fazer valer os seus direitos. Parabéns a V. Ex^a pela manifestação desses 40 anos que marcam o assassinato de Martin

Luther King, que, com a sua memória e a sua história, é estímulo e alento para continuarmos a caminhada para a construção de um mundo mais justo e igual, sem violência, sem preconceito, onde todos tenham vez e voz. Enfim, parabéns a V. Ex^a pelo seu pronunciamento nesta manhã. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, quero que V. Ex^a considere na íntegra esse pronunciamento, que, na verdade, é ainda rescaldo da festa do meu aniversário que recebi do Rio Grande do Sul, de todos que ajudaram aquele

grande evento. Eu, aqui da tribuna do Congresso, com esse gesto, estou agradecendo a todos, todos, todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o evento acontecer.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

SEGUE NA ÍNTEGRA PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS)

paulopaim@senador.gov.br

Pronunciamento em que registra os 40 anos da morte de Martin Luther King Jr.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores.

É sempre uma honra falar de grandes líderes e o Dr. Martin Luther King Jr. é um destes homens especiais que deixaram seus nomes gravados na história...

... e nos corações que, em todos os tempos, clamam por igualdade, justiça e fraternidade.

Este ser humano ímpar, nasceu em 15 de janeiro de 1929 em Atlanta na Geórgia. Era filho de um pastor batista e de uma professora. Ele próprio veio a ser pastor mais tarde.

Na universidade de Boston conheceu Coretta Scott, uma estudante de música com quem se casou e teve quatro filhos.

Muitos o chamam de Doutor Martin Luther King pois em 1955 recebeu um PhD em Teologia Sistemática pela Universidade de Boston.

Luther King foi, sem sombra de dúvida um dos maiores ativistas pelos direitos civis. Ele trazia no coração o desejo de ver todos os seres humanos confraternizando de forma pacífica,...

... respeitando direitos iguais para todos e todas, vivendo em paz e empunhando a bandeira do amor ao próximo.

Sua campanha pela não violência era inspirada em outro grande líder, Mahatma Gandhi.

Muito cedo ele se engajou na luta pela igualdade racial. Houve uma ocasião em que uma passageira negra foi discriminada no ônibus e como forma de protesto Martin organizou um movimento que acabou fazendo com que sua casa fosse bombardeada.

Ele seguiu lutando e em 1963 liderou um movimento massivo, "A Marcha para Washington", pelos direitos civis no Alabama, organizando campanhas por eleitores negros. Mais de 200.000 mil pessoas estavam lá e clamavam por direitos civis.

Ele nunca esmoreceu, foi a pessoa mais jovem a receber o Prêmio Nobel da Paz em 1964. Seguiu firme e determinado em suas convicções e em virtude delas foi baleado e morto em 4 de abril de 1968 em Memphis, Tennessee.

Definir Martin Luther King é difícil. Creio que palavras de seu discurso “Eu tenho um sonho”, fazem isso de maneira brilhante. O eco de suas palavras não se apagará jamais.

“Cem anos atrás, um grande americano, na qual estamos sob sua simbólica sombra, assinou a Proclamação de Emancipação. Esse importante decreto veio como um grande farol de esperança para milhões de escravos negros que tinham murchado nas chamas da injustiça. Ele veio como uma alvorada para terminar a longa noite de seus cativos.”

Mas cem anos depois, o Negro ainda não é livre.

Cem anos depois, a vida do Negro ainda é tristemente inválida pelas algemas da segregação e as cadeias de discriminação.

Cem anos depois, o Negro vive em uma ilha só de pobreza no meio de um vasto oceano de prosperidade material. Cem anos depois, o Negro ainda adoece nos cantos da sociedade americana e se encontram exilados em sua própria terra. Assim, nós viemos aqui hoje para dramatizar sua vergonhosa condição.

E quando isto acontecer, quando nós permitimos o sino da liberdade soar, quando nós deixarmos ele soar em toda moradia e todo vilarejo, em todo estado e em toda cidade, nós poderemos acelerar aquele dia quando todas as crianças de Deus, homens pretos e homens brancos, judeus e gentios, protestantes e católicos, poderão unir mãos e cantar nas palavras do velho spiritual negro:

"Livre afinal, livre afinal.

Era o que tinha a dizer,

Sala das Sessões, 04 de abril de 2008.

Senador PAULO PAIM (PT-RS)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, queremos cumprimentá-lo duas vezes, novamente pelo aniversário, que, pela sua maneira de ser, não é seu, não é lá das Canoas, não é do Rio Grande do Sul, não é do Brasil; é da humanidade. Feliz o dia em que o Divino Espírito Santo pousou em mim e eu o chamei de nosso Martin Luther King.

A bem da história – e temos que saber a etiologia e entender as coisas –, entendo que só há uma riqueza, o saber; só há um grande mal, a ignorância. Essas são convicções minhas.

Então, temos de render a uma mulher essa luta de Martin Luther King, e não à Princesa Isabel, que foi assessorada pelos homens Rui Barbosa, pelo pai de Luiz Viana, da nossa biblioteca, o Nabuco. Mas isso tudo começou com um livro: *A Cabana do Pai Tomás*, pela inteligência e bravura de uma mulher. Essa deve ser homenageada, pois teve a sensibilidade de mudar o mundo. A autora de *A Cabana do Pai Tomás*, Harriet Beecher Stowe, fez nascer na humanidade esse respeito à igualdade racial, hoje tão bem interpretada nos Estados Unidos por Barack Obama.

Mas nós estamos acima, nós temos o Paulo Paim. Então, uma homenagem a esta mulher que começou tudo isso: Harriet Beecher Stowe, que, no ano de 1852, escreveu o livro *A Cabana do Pai Tomás*, que teve oportunidade de ler.

Está inscrito o Senador Gilvam Borges. No entanto, ele pediu uma permuta com o Senador José Nery, que tem viagem marcada.

O Senador José Nery representa o PSOL daquela extraordinária mulher brasileira, Heloísa Helena. Uma vez afirmei aqui que homem se escreve com agá e mulher com dois agás: Heloísa Helena, a mais brava representante das mulheres deste Brasil. Além da representatividade política, é professora e enfermeira.

V. Exª tem a mais difícil missão desta Casa: suceder a extraordinária mulher brasileira, Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, com muita alegria, dirijo-me a este Plenário nesta manhã para registrar um evento de grande magnitude que se realizará em Belém, capital do meu Estado do Pará, em janeiro do próximo ano. Trata-se da oitava versão do Fórum Social Mundial.

É muito oportuna a escolha de Belém para sediá-lo, conforme pretendiam as organizações e movimentos sociais de toda a região amazônica. Esta cidade acumula a experiência de ter realizado o Encontro Mundial pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, em 1999, onde reuniu ativistas de várias partes do mundo, inclusive tendo registrado as honrosas presenças de integrantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional do México, além de ter sediado duas bem-sucedidas edições do Fórum Social Pan-amazônico.

Belém está localizada na Pan-Amazônia, região que ocupa lugar central no debate sobre as conse-

quências do aquecimento global, composta por nove países, detentora das maiores reservas de água doce e de florestas primárias do mundo, além de inigualável biodiversidade e enorme diversidade de populações tradicionais e povos indígenas.

A sede do Fórum Social Mundial em cidade da Amazônia é um alerta: as políticas de desenvolvimento baseadas na ampliação incessante das monoculturas agrícola e na pecuária, na exploração de *commodities* minerais e a instalação de infra-estrutura concebida para viabilizá-las, em curso na Amazônia, agravam essa ameaça para a espécie humana. Ademais, sediá-lo em Belém oportuniza o retorno do Fórum Social Mundial no Brasil, país onde nasceu em 2001 e onde se realizaram as suas três primeiras versões, tendo como palco privilegiado a cidade de Porto Alegre.

Homenageio, a propósito, o Senador Paulo Paim, que teve a felicidade, junto com todos os militantes e dirigentes dos movimentos sociais, de receber, de acolher, por três vezes seguidas, o Fórum Social Mundial na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

O Fórum Social Mundial reunirá cerca de 120 mil homens e mulheres de todo o Planeta para declarar sua convicção de que *“Um outro mundo é possível!”* As experiências anteriores têm demonstrado que é uma organização marcada pela pluralidade e pela diversidade, tendo caráter não-confessional, não-governamental e não-partidário.

Nasceu como contraponto ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, representação do mundo das finanças e dos grandes negócios, sendo profundas as diferenças que os separam, em que pese reivindicarem preocupação e disposição para enfrentar os mesmos tipos de desafios e problemas que tanto afligem a humanidade, ante a constatação irrefutável de que os mesmos se agravam.

A paz parece cada vez mais distante, contrariando expectativas ensejadas por rumorosas negociações ou intervenções externas; a pobreza e a fome não cessam em vastas regiões do mundo, a despeito dos extraordinários avanços científicos e tecnológicos observados nas últimas décadas, com impactos diretos na produção de alimentos; persiste a disparidade de renda entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior de cada país; reaparecem nos países desenvolvidos diferenças de renda inimagináveis em passado recente.

O Fórum Econômico Mundial persiste na tese de irreversibilidade de uma globalização que supõe a eliminação de todas as barreiras nacionais para a circulação do capital e de inexistência de solução para tantos e tão graves problemas senão através do aumento da capacidade produtiva e do volume do comércio decorrentes desse mesmo processo regido pelo mercado.

O Fórum Social Mundial entende que é possível e necessário um tipo de globalização cujo significado seja a integração dos povos, de suas economias e cul-

turas, apoiado em sistemas internacionais democráticos que estejam a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos.

O que desejo realçar e enaltecer nesta oportunidade é o caráter de movimento amplo, plural e democrático impresso no Fórum Social Mundial por decisão de milhares de organizações e movimentos sociais de todo o mundo, bem como a riqueza do debate e de formulações que esse caráter proporciona. Um só mundo é a maior aspiração da humanidade, como o é que o mesmo seja fundado na paz, na solidariedade, na cooperação, na democracia plena, no pluralismo cultural e no mais inabalável respeito aos direitos políticos, econômicos e sociais, individuais e coletivos.

Por isso, não se restringe a protestos contra o Fórum Econômico Mundial ou contra as instituições multilaterais, como o FMI, o Bird, a OMC, que formulam suas diretrizes e os governos que as executam; por isso mesmo, debruça-se sobre uma pauta diversificada, que inclui praticamente todos os temas de interesse comum dos povos e formula diagnósticos, prognósticos e alternativas de desenvolvimento que primam pela cientificidade tanto quanto expressam sua vontade de construir o mundo novo. A seu favor, ainda que não exista solução única para os dilemas e desafios da humanidade, um fato incontestável: depois de décadas de experimentação de um modelo de desenvolvimento que nega as identidades nacionais e aposta fundamentalmente no livre mercado, há um legado pesado demais para a grande maioria da humanidade.

O Fórum Social Mundial é uma experiência de articulação de movimentos sociais e correntes de pensamento de tão extraordinária representatividade, que já não pode ser ignorada por nenhum segmento ou setor da vida política, econômica e social deste ou de qualquer outro país. Mas isso é pouco para dimensionar a importância histórica de suas análises e proposições para o desenvolvimento de países como o Brasil; neste caso, também porque foi neste que a experiência nasceu e ganhou corpo, contando com a contribuição de numerosos movimentos sociais, intelectuais e personalidades políticas brasileiros.

Logo, para instituições democráticas como o Senado Federal, é uma fonte obrigatória de parâmetros para análise e reflexão sobre os rumos econômicos e sociais do nosso País, uma referência preciosa para uma instituição como esta, que tem o dever e o interesse de zelar pela soberania, pelos recursos naturais e culturais e pelos interesses nacionais, avaliando em que medida as políticas governamentais correspondem à idéia de que um novo país é possível porque um mundo novo é possível; para avaliar também quanto nosso País pode contribuir para avanços ou retrocessos em maior escala que a nacional com as políticas que executa internamente, à luz do que o Fórum Social Mundial propõe e reitera em tantas versões. Além disso, o caráter plural e democrático do Fórum Social

Mundial justifica deferência especial desta Casa, independentemente das divergências entre o pensamento majoritário em uma e outra parte, um gesto de reconhecimento no momento em que se organiza para se reunir novamente em terra brasileira.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, ainda que de forma muito rápida, eu não poderia deixar de fazer um aparte a V. Ex^a, que, aliás, foi muito feliz quando lembrou que o Fórum Social Mundial surgiu na capital do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, na época, inclusive, em que o nosso querido ex-Deputado Federal e ex-Ministro das Cidades a governava, o ex-Governador Olívio Dutra. Participei de eventos do Fórum Social Mundial lá, não fui a outros países. Mas V. Ex^a matou a questão quando disse que um novo mundo é possível, que a construção de um novo mundo é possível, um mundo de fraternidade, de igualdade, de solidariedade, de respeito ao meio ambiente, no qual a política, efetivamente, coloque a natureza e o ser humano em primeiro lugar. Senador Mão Santa, permita-me dizer, em primeiro lugar, que o Senador José Nery, nesta Casa, substitui, e muito bem, a Senadora Heloísa Helena. A Senadora Heloísa Helena está entre as mulheres pelas quais tenho o maior carinho e o maior respeito e, com a sua militância, continua fazendo um grande trabalho. V. Ex^a assumiu aqui o lugar dela e vem desempenhando seu mandato com a mesma competência, com a mesma capacidade e com a mesma grandeza da Senadora Heloísa Helena. Tenho certeza de que, se a ex-Senadora Heloísa Helena estiver nos assistido neste momento, saberá que é um elogio a ela ter V. Ex^a representando o PSOL hoje aqui com enorme competência. Então, meus cumprimentos a V. Ex^a. Reverencio essa figura pela qual tenho carinho e respeito – ela sabe disso –, que é a nossa querida ex-Senadora Heloísa Helena; porém, também quero render as minhas homenagens a V. Ex^a por seu trabalho aqui no Congresso Nacional, neste momento fazendo aqui essa lembrança bonita e atual do Fórum Social Mundial, que, a partir de Porto Alegre, foi para o mundo e, agora, retorna a solo brasileiro. Meus cumprimentos à ex-Senadora Heloísa Helena e a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Gostaria de registrar que, ontem, apresentei requerimento à Mesa, solicitando a realização, Senadora Serys, Senador Mão Santa, de uma sessão solene para, ao passo que homenageamos, discutirmos a participação do Congresso Nacional – Senado e Câmara Federal – na organização e principalmente no próprio evento que ocorrerá em Belém, em janeiro de 2009.

É fundamental que o Poder Legislativo brasileiro, o Congresso Nacional, dele participe. E creio que precisamos ampliar o convite – e essa inspiração me vem agora, neste momento em que falo com V. Ex^{as} – para esse evento, para essa sessão, a toda repre-

sentação das Assembléias Legislativas estaduais e, assim, podermos integrá-las ao Poder Legislativo, com o objetivo de construir uma agenda afirmativa, de questões que interessam a nós representantes do povo brasileiro, seja no Parlamento nacional, seja nos Parlamentos estaduais. Creio que temos uma contribuição a oferecer ao discutirmos os vários temas que estarão animando esse importante debate que ocorrerá em Belém, capital do Estado do Pará, na oitava edição do Fórum Social Mundial.

Por último, quero agradecer, em nome da sempre Senadora Heloísa Helena, a menção que o Senador Mão Santa sempre faz a ela, homenageando-a desta tribuna, a exemplo do que também acaba de fazer o Senador Paulo Paim.

Nós todos nos curvamos para reverenciar a história, a trajetória, de competência, de lucidez, de honradez, da Senadora Heloísa Helena, que representa os interesses daqueles que lutam por um Brasil livre, justo, soberano, digno. Tenho certeza de que essa é a bandeira que defendemos aqui.

Então, quando os senhores se referem à Senadora Heloísa Helena, claro que para nós, que estamos começando a construir essa utopia, a luta socialista através do Partido Socialismo e Liberdade, Senador Mão Santa, Senador Paulo Paim, Senador Virgínio de Carvalho, Senador Mozarildo, Senador Augusto Botelho, é sempre muito animador. Heloísa Helena foi a nossa candidata à Presidência da República e chegou ao final da disputa eleitoral com grande representatividade, após ter conseguido o terceiro lugar nessa disputa pelos rumos do nosso País, reconhecida por sete milhões de brasileiros.

Senadora Serys, V. Ex^a que também conviveu muito com Heloísa, sabe que essa luta para construir um partido, apoiando-se nas lutas sociais, com ideário socialista é sempre uma tarefa muito desafiadora. Contudo, nós a fazemos com muita convicção de que é preciso manter muito vivo o pensamento, a luta e a organização, para que o nosso povo, cada vez mais, afirme sua luta por independência, pelos seus direitos, por justiça social.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, desejando que o Senado Federal aprove o requerimento para a sessão especial que deveremos realizar ainda neste primeiro semestre. Esperamos também poder contar com a participação efetiva de todos os Sr^{as} e Srs. Senadores nessa sessão. Como adiantei, vamos convidar os Parlamentos estaduais, para que o Legislativo brasileiro tenha uma participação muito efetiva junto aos milhares de militantes de movimentos, de entidades, de governos, de parlamentos, que estarão reunidos na capital da Pan-Amazônia, Belém do Pará, em janeiro de 2009.

Com muita satisfação, com a permissão do Presidente, concedo um aparte ao Senador Augusto Botelho.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador José Nery, V. Ex^a traz um tema importante para nós aqui. Quero me incluir entre os que também acreditam que podemos fazer um mundo melhor, uma sociedade mais humana, que respeite mais o ser humano, a natureza, que respeite as pessoas como elas são, sem pretender modificar o modo de ser de cada uma delas. Acredito, como a nossa querida Senadora Heloísa Helena, à qual fizeram referências aqui... Quero me associar às referências feitas à Senadora Heloísa Helena, pois também a admiro muito. Trabalhei durante quatro anos com ela aqui e aprendi muita coisa, principalmente na sua coerência de lutar pelo que acredita ser verdadeiro. Eu também fico feliz porque ela é tão inteligente que soube escolher V. Ex^a para substituí-la aqui, para ser suplente dela. É mais uma amostra da inteligência dela e da iluminação de Deus quando a colocou neste Casa. Tenho certeza de que o povo de Alagoas vai trazê-la de volta para cá, porque ela... V. Ex^a, Senador Nery, pertencia ao Partido dos Trabalhadores, da qual faz a Senadora Ana Júlia Carepa, mas, agora, é representante do PSOL. Mas tenho certeza de que o povo de Alagoas vai trazê-la de volta para cá. Se o PSOL tiver duas pessoas aqui dentro brigando, apesar de ser um partido pequeno, é um partido que briga justamente pelos pequenos. Antes de existir o PSOL, ela já brigava aqui pelos pequenos, como nós brigamos. Só que ela tinha mais experiência, era mais contundente. V. Ex^a fala de uma forma diferente dela. Fala com calma, com tranquilidade, com convicção, mas com bastante firmeza. Eu acho que é a sua fé religiosa que lhe dá essa força para falar quando está defendendo suas idéias. Meus parabéns pelo seu pronunciamento. Continue com sua luta e conte conosco para lutar com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Augusto Botelho. Tanto a ex-Senadora Heloísa Helena quanto eu, V. Ex^{as} sabem, temos a mesma origem política e de militância: o Partido dos Trabalhadores. No entanto, um conjunto de avaliações, de contingências políticas fizeram com que eu tivesse que tomar outro rumo, saindo do PT e ingressando no PSOL, mas mantendo, com muita clareza, a defesa das mesmas bandeiras, dos mesmos princípios.

Com certeza, é importante assinalar que o que une a todos que estamos aqui é a busca da construção de um futuro diferente.

Fui escolhido pelo povo do Pará para representá-los, quando participei, em 2002, na eleição para o Senado na chapa encabeçada e dirigida pela hoje Governadora Ana Júlia Carepa, na condição de primeiro suplente. Com a eleição da Governadora Ana Júlia no Estado do Pará, coube-me a tarefa de representar o meu Estado no Senado Federal.

Do ponto de vista político, em razão de ter feito a opção pelo PSOL, em 2005, evidentemente que, com o encerramento do mandato da Senadora Heloísa

Helena, em 2006, em 2007 passei a ser nesta Casa o único representante do Partido.

Quando V. Ex^a diz, Senador Augusto Botelho, que Heloísa poderá voltar ao Plenário do Senado Federal, digo que espero que assim seja, Senador Mão Santa, mas vamos lutar para que Heloísa aceite, mais uma vez, disputar a candidatura presidencial, e quem sabe ela volte não para o Senado, mas para o Planalto. Quem sabe, se o povo brasileiro assim o quiser, ela voltará para Brasília, mas para ocupar a direção do País no Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, cumprimento V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, apenas discordo do Paulo Paim. Sei que V. Ex^a tem manifestado coragem. Ulysses Guimarães dizia: “Faltou a coragem, faltaram as virtudes”. Entendo que a coragem é uma manifestação de quem tem virtude. V. Ex^a tem tido essa coragem. A covardia é dos que têm fraqueza. Então, eu queria dizer que lhe falta apenas a ternura, que só a mulher tem, a encantadora mulher Heloísa Helena. Daí um homem como eu, médico como eu, que entende de mulher, que gosta de mulher, disse: “*Hay que endurecer, pero sin perder la ternura jamás*”. Então, lamento, mas V. Ex^a jamais, como eu, pode ter a ternura da mulher. Eu queria transmitir isso a ela e a V. Ex^a, de público.

Outro dia – é minha maneira de ser –, fiz informalmente um convite a Cristovam Buarque, sobre os educadores, sobre o sistema de educação à distância, Educom, e S. Ex^a aceitou.

Na minha cidade, há a emissora Igaraçu, associada à Rádio Globo, que promove o Dia do Trabalho. Os seus diretores, em especial Dr^a Maria da Graça, mandaram que eu convidasse Heloísa Helena, demonstrando que a mulher sempre foi heroína no trabalho. No Dia do Trabalho, vão falar do sacrifício das mulheres. Então, V. Ex^a saiba que ela poderá ser homenageada em Parnaíba, no Piauí, no Dia do Trabalho.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Continuando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra a Senadora Serys Slhessarenko, do Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso.

Como faço com todos os oradores, V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, vou falar da minha cidade, Cuiabá, que está fazendo aniversário. Aproxima-se o dia 8 de abril, data em que se comemora mais um aniversário de fundação da cidade de Cuiabá. São 289 anos que marcam a vida de uma cidade repleta de contrastes e que mantém seu inegável prestígio como Portal da Amazônia.

Ao mesmo tempo em que prestamos nossa homenagem a todos os filhos e filhas de Cuiabá, a todos os moradores de Cuiabá, a todos que investem no progresso e no desenvolvimento da capital de Mato Grosso, não podemos também, neste momento de comemoração, deixar de fazer uma reflexão sobre os desafios que estão diante da comunidade cuiabana neste ano de 2008.

Cuiabá, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, é uma cidade que nasceu do garimpo. É resultado da saga dos garimpeiros que se embrenharam pelo Brasil em busca de aventuras e de riquezas.

Registra a rica história da capital que o descobridor de Cuiabá foi o bandeirante Antônio Pires de Campos, em 1718, no Arraial de São Gonçalo, atual bairro de São Gonçalo Beira Rio, mas o fundador de Cuiabá foi o bandeirante Pascoal Moreira Cabral, que chegou à região em 1719. Inicialmente, esteve no Arraial de São Gonçalo, do bandeirante Antônio Pires de Campos, e subiu as águas do rio Coxipó até a foz do rio Mutuca, onde fundou o Arraial de Forquilha, no atual distrito de Coxipó do Ouro. Por sua vez, o descobridor das Lavras do Sutil, depois Arraial do Bom Jesus do Cuiabá, foi o bandeirante Miguel Sutil, em outubro de 1722, no chamado “Tanque do Arnesto”, ao lado da Igreja do Rosário, onde hoje está também a Capela de São Benedito, ponto de referência para os católicos de nossa capital.

Os primeiros garimpeiros procuravam ouro, e, ainda hoje, diz-se que, em alguns pontos de Cuiabá, o ouro continua à flor da terra à espera dos bem-aventurados que o recolham. O fato é que, passados tantos anos, cuiabanos e cuiabanas continuam garimpando seu destino em uma capital que hoje conta com 527 mil habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quem passa pelo centro histórico de Cuiabá, senhoras e senhores, e observa suas ruas estreitas e a dificuldade do trânsito numa capital que já conta com uma frota superior a cem mil carros e quase cinquenta mil motocicletas percebe, com facilidade, que essa é uma cidade que cresceu até se transformar em importante metrópole de forma aleatória, sem planejamento. Em Cuiabá, as pessoas foram se juntando, de tal forma que a capital conta ainda hoje com muitos e muitos bairros sem regularização fundiária, formados que foram a partir da invasão dos sem-teto. De acordo com cálculos da Prefeitura Municipal, um percentual de 40% dos bairros ainda se mantêm com seus cadastros irregulares, o que acarreta a falta de infraestrutura básica, como água e esgoto, principalmente. São bairros como o Primeiro de Março, o Três Barras, o Doutor Fábio, o Alto da Serra, o Jardim Vitória, o Florianópolis, o Jardim Paraíso, onde as pessoas se mantêm na expectativa de uma ação mais decisiva das autoridades públicas em defesa dos seus interesses. E todos os moradores dessas comunidades podem ter a certeza de que o Governo do Presidente Lula não tem

vacilado nesse objetivo de lhes propiciar uma melhor estrutura de vida. As obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) são a mais perfeita tradução desse compromisso.

O fato é que Cuiabá continua sendo uma cidade que precisa de organização: está fora das formas, fora do esquadro. É assim que se toca a vida em Cuiabá, neste ano, 2008, quando a nossa capital está completando 289 anos. Como se vê, vivemos em uma cidade que precisa entrar nos eixos, uma cidade que precisa se organizar e ser organizada.

Por isso, não posso deixar, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Presidente, de destacar aqui os investimentos que o Governo do Presidente Lula, mediante o PAC, resolveu fazer – e está fazendo – para que Cuiabá supere muitas de suas carências. O próprio Prefeito de Cuiabá, o Professor Wilson Santos, militante histórico do PSDB, não vacilou em apontar, em pronunciamento que ganhou repercussão nacional, que nenhum outro Presidente da República, antes do Presidente Lula, houvera investido tanto e tão decididamente em obras de infra-estrutura na capital do Mato Grosso.

É bom saber que, diante dos grandes desafios que estão postos para a comunidade de Cuiabá, o povo cuiabano pode contar com um Governo Federal intensamente identificado com suas demandas, um Governo identificado com os interesses dos mais pobres, dos despossuídos, daqueles que sobrevivem nos bairros de periferia e nos mais diversos cantos deste Brasil e para os quais o Governo Lula está destinando quase R\$500 milhões para investimentos em saneamento em todo o Estado de Mato Grosso, sendo que, para a Grande Cuiabá, beneficiando as comunidades mais carentes de Cuiabá e de Várzea Grande, serão R\$238,6 milhões, destinados à ampliação da rede de esgotamento sanitário em Cuiabá, responsável pela maior parte da poluição do Pantanal.

Aliados às obras do PAC, Parlamentares de Mato Grosso têm se dedicado a levar recursos para nossa capital. Como Senadora, tenho os olhos voltados para as necessidades do meu Estado e, em especial, para as carências de minha cidade. Não tenho medido esforços para conseguir recursos federais, sejam provenientes de emenda parlamentar ou de créditos extraordinários, para levar a infra-estrutura que Cuiabá merece e da qual precisa. Assim, bairros importantes, como o Zé Pinto, o Jardim Comodoro, o Primeiro de Março, o Getúlio Vargas, o Santa Izabel e o Jardim Araçá, receberam recursos para drenagem e pavimentação. A Avenida das Torres, via estruturante da cidade, obra fundamental para a logística de tráfego hoje está se tornando realidade também com a nossa contribuição. Todas essas obras, juntamente com as do PAC, constituem-se em obras redentoras que se destacam e se afirmam como resposta do Governo do Presidente Lula a tantos quantos acreditaram nos seus propósitos de combater a miséria e de acabar com o abandono

histórico a que sempre estiveram relegadas as nossas comunidades mais pobres.

O Prefeito Municipal de Cuiabá, Professor Wilson Santos, esteve em meu gabinete na última quinta-feira para agradecer e reconhecer o nosso empenho pelas novas emendas destinadas à cidade de Cuiabá. Tenho muito orgulho de ter sido a primeira Parlamentar a destinar recursos de emenda individual, por exemplo, para a Avenida das Torres, no valor de R\$7,5 milhões. Essa avenida possui a extensão de 12,5 quilômetros e liga o bairro Pedra 90 ao CPA, na Capital. É uma avenida importante, que, após concluída, deverá beneficiar diretamente moradores de quatorze bairros interligados com a via. A Avenida das Torres vai melhorar a vida das pessoas, vai mudar a situação atual, com a chance de uma nova via para ônibus e carros. Isso é muito importante, porque Cuiabá está com as vias de chegada muito congestionadas.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nestes 289 anos de Cuiabá, nossa saudação a todos os cuiabanos e cuiabanas, por nascimento e adoção, que sustentam, com tanto destemor e alegria, a vida dessa bendita e bela Capital!

Parabéns, Cuiabá; parabéns, povo cuiabano! Parabéns a todos aqueles e a todas aquelas que lá nasceram e àqueles e àquelas que para lá se dirigiram de outros Estados!

Nossa Capital faz aniversário no dia 8 de abril. Fiz este pronunciamento hoje e pretendo, no dia 8, falar novamente sobre nossa Capital, especialmente sobre seu povo, sua história, que vem, de longe, de muita luta de um povo bravo, de um povo determinado, mesmo com as dificuldades encontradas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em um Estado da Região Centro-Oeste que, até há bem pouco tempo, tinha dificuldade com estrada; não faz muito tempo que temos acesso aos grandes centros do nosso País por meio do asfalto. Foi muito difícil mesmo, foi muita luta!

Concedo ao Senador Augusto Botelho um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senadora Serys, eu gostaria de me solidarizar com V. Ex^a, parabenizando sua cidade, Cuiabá. E também quero prestar homenagem a uma cuiabana que influenciou muito minha formação, que é D. Amélia, esposa do Sr. Luiz de Oliveira e mãe do Diomedes, do Nelito, da Isa e do Elcio – o Elcio, inclusive, é meu compadre. D. Amélia fazia umas galinhadas – éramos estudantes e chegávamos de fora para almoçar na casa dela – à moda cuiabana. Ela era uma pessoa que orientava os jovens, conversava com a gente. Tínhamos entre 13 e 16 anos naquela época. Ela deixou dois filhos que trabalham em Roraima até hoje. O outro foi meu colega, médico, que ficou no Rio de Janeiro e que não quis voltar para Roraima. E o Sr. Luiz de Oliveira, que também era de lá, foi um dos que exploraram Roraima. Ele era garimpeiro. Abriu fronteiras para o Brasil e garantiu a posse da terra aos brasileiros. Foi um dos pioneiros do meu Estado. Há muitos cuiabanos

em Roraima. Eu gostaria de homenagear e parabenizar todos os cuiabanos de Roraima também. Minha cidade é bem mais nova, mas, um dia, vamos chegar à idade da sua cidade.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Augusto Botelho. Com certeza, a homenagem que V. Ex^a presta a essa família é a homenagem que todas as famílias que lá vivem e moram merecem, porque, realmente, é uma cidade, uma região proveniente principalmente do garimpo e que vem mudando. Hoje, o foco principal de Mato Grosso é o agronegócio, mas nossa Cuiabá é realmente histórica, tem uma história fantástica, de muita luta do seu povo, porque, realmente, para se manter naquela região, era muito difícil. À época, praticamente há 300 anos, isso era bastante difícil, pois a região era inóspita, e havia uma dificuldade gigantesca em se chegar lá.

Mas, como eu disse, voltarei aqui para falar mais do povo da região, não tanto da situação de dificuldade, da parte econômica e da parte estruturante.

Sr. Presidente, já que V. Ex^a me concedeu um pouco mais de tempo, quero ler alguns dados e pedir que este outro tema seja registrado na íntegra. Falarei sobre ele rapidamente. É um tema que reputo muito importante neste momento. Refiro-me aos resultados econômicos obtidos pelo Governo do Presidente Lula. Várias manchetes, há poucos dias, vêm demonstrando isso. Por exemplo, o *Estado de S. Paulo* diz: “Indústria cresce 9,2% no bimestre”. No *Correio Brasiliense*, está estampado: “O boom industrial”. Já a *Folha de S. Paulo* publica: “Indústria reduz ritmo, mas ainda cresce 9,7% ante 2007”. E o *Valor Econômico* diz: “Investimento em projetos sociais cresce 15% em 2007”.

Essas e outras matérias, Sr. Presidente, solicito que venham a constar dos Anais da Casa em sua integralidade, mas faço questão de apresentar dois pressupostos, para que se explicita, de pronto, um posicionamento a respeito dos excelentes resultados hoje experimentados por nosso País. O primeiro é que, como sabemos, o País vivenciou outras experiências econômicas, outros planos, outras ações, e isso constitui um acúmulo – não desprezível, com certeza – de aspectos positivos e negativos. Portanto, ambos não são dispensáveis nas explicações do cenário positivo que agora ocorre no Brasil. Ou seja, é o reconhecimento de que não fizemos isso acontecer num estalar de dedos. Vem numa sequência, é claro que com pontos positivos e com pontos negativos também. Agora, estamos concretizando, pelo menos no cenário positivo, uma série de ações concretas.

Outro aspecto – eu disse que elencaria dois – é que, todavia, cumpre também considerar, deixar bem clara uma distinção básica do que foi feito no passado e do que agora estamos fazendo: a luta diária por ampliar a distribuição de renda, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Hoje, o povo experimenta os frutos inequívocos da riqueza gerada: tem mais emprego, tem mais renda, tem mais consumo. É aumento de renda,

de salário, que finalmente chegou, Sr. Presidente, para as classes menos aquinhoadas deste imenso País.

Falta muito ainda, não temos dúvida. O próprio Presidente Lula diz sempre: “Estou satisfeito com o que estou fazendo, mas estou insatisfeito, porque falta muito por fazer ainda”.

Aqueles menos aquinhoados são aqueles que historicamente foram chamados a aguardar “o bolo crescer”. Pois é, Sr^{as} e Srs. Senadores, o bolo cresceu, e nosso Governo começou, efetivamente, a distribuir. Há gente que não gosta disso, mas é para isso que fomos eleitos, e vamos fazer ainda muito mais. O povo sabe ver a diferença. Aliás, as pesquisas estão revelando isso em relação ao nosso Presidente Lula e ao nosso Governo. Essa é uma diferença que se revela em mais comida, em poder de comprar um remédio, um caderno e um livro para o filho. Explicita-se, Sr. Presidente, em poder viver um pouco melhor, em viver com mais dignidade.

Não desejo cansar nossos telespectadores com dados e estatísticas, mas o recuo de 0,5% na produção industrial, em fevereiro, não impediu a expansão no período – a maior, aliás, desde 2000!

Informa a matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* os seguintes números básicos: o percentual de 9,2% foi o crescimento da produção industrial no primeiro bimestre deste ano; o de 9,7%, o crescimento da produção industrial em fevereiro, em relação ao mesmo mês do ano passado; o de 3,1%, o crescimento da produção de bens de capital em fevereiro em relação a janeiro deste ano; o de 25%, o crescimento da produção de bens de capital em fevereiro deste ano em relação a fevereiro do ano passado.

Mas algumas afirmações da mesma matéria merecem destaque:

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria acumula, nos dois primeiros meses, alta de 9,2%, o mais forte crescimento apurado para o período desde o ano de 2000. Houve expressiva expansão também em fevereiro em comparação com o mesmo mês do ano passado (9,7%).

Há um debate entre os economistas para entender essa pequena oscilação em janeiro. Cito dois economistas para exemplificar:

Na opinião de Marcela Prado, da Tendências Consultoria, “A indústria conquistou, a partir de outubro, um patamar muito elevado de produção e vem se mantendo em torno desse nível”. Ela também avalia que a queda de fevereiro ocorreu após alta forte no mês anterior (1,7% ante janeiro), e a produção se mantém em ritmo acelerado.

A avaliação geral de economistas e do Coordenador de Indústrias do IBGE, Sílvio Sales, é a de que o resultado mostra a indústria em fase de acomodação em nível elevado.

Sales destacou a influência determinante do mercado interno e dos investimentos sobre os resultados do setor em fevereiro, assim como ocorreu no ano passado. Para ele, o recuo ante janeiro não reverte a tendência de crescimento do setor, mas significa uma estabilização.

Queria ainda, Sr. Presidente, destacar um aspecto da produção industrial brasileira. É preciso olhar em que setores estamos crescendo, pois isso é definidor das características de nossa economia. Vejamos o que afirma o jornalista Marcelo Tokarski, do jornal *Correio Braziliense*:

Puxada pela produção de bens de capital (máquinas e equipamentos) e automóveis, a indústria brasileira fechou o primeiro bimestre com crescimento de 9,2%, o melhor desempenho em oito anos. De acordo com pesquisa divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em fevereiro, a produção industrial aumentou 9,7%, na comparação com o mesmo período do ano passado. Em relação a janeiro, houve uma leve queda de 0,5%, considerada pelos economistas como uma acomodação em patamar elevado.

Como se pode ver, é a produção de bens de capital que está crescendo. É como se fosse a mola propulsora dos outros setores. São máquinas, equipamentos. É a base de uma economia cada vez mais vigorosa!

Nessa mesma linha, Zeina Latif, do Banco Real, destaca:

De acordo com a economista-chefe do Banco Real, Zeina Latif, a aceleração do crescimento da produção de máquinas e equipamentos é uma ótima notícia para o Banco Central. “Em 2004, o BC subiu os juros porque a demanda cresceu, elevou rapidamente a utilização da capacidade instalada e não havia investimentos programados desde 2001, o ano do apagão (elétrico). Agora é diferente, o ciclo de investimentos começou em 2005 e se mantém até hoje”, afirma.

Já estou terminando, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, números significativos como estes devem fazer parte de qualquer análise:

A boa notícia da pesquisa de fevereiro foi o crescimento de 3,1% na produção de bens de capital ante janeiro. Na comparação com janeiro de 2007, a expansão foi de 25%. “Foi uma notícia positiva para a inflação, uma das principais preocupações deste ano. O resultado sinaliza que os investimentos continuam em alta, o que afasta o risco de um surto de inflação de demanda”, disse Prada, da Tendências.

E podemos, assim, resumir a nossa economia hoje, Sr. Presidente: “Otimismo marca início do 2º trimestre”.

E, segundo Alex Agostini, Economista da Austin Rating ao AE Broadcast ao Vivo, a partir de março, a previsão para o Brasil é de crescimento vigoroso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após pronunciamento da Senadora, associamo-nos às homenagens a Cuiabá, pelo seu aniversário.

Cuiabá representa a grandeza dos mato-grossenses. Cuiabá foi capital-mãe de Mato Grosso do Sul. De sua gente, a História nos obriga a reviver Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República.

Atentai bem, Mozarildo!: vou citar só um exemplo, muito atual, de Eurico Gaspar Dutra para o Presidente Luiz Inácio. Ao terminar o mandato, ele carregara um genro seu, e conseguiu uma casa. Ele era General e foi Marechal do Exército. Passada a solenidade, ao voltar a faixa presidencial a Getúlio Vargas, Dutra sai com os seus familiares e o seu genro e, já à noite, ele pára na região sul do Rio de Janeiro, diante de um sobrado, e diz: “Não, não posso. Não tenho dinheiro para pagar por esta casa”. Atentai bem! Vejam esse ensinamento de um mato-grossense honrado, probó, correto. Aí, o genro, disse-lhe: “Não, não. O senhor não mandou? Foi um amigo seu, que tem vários imóveis, e eu, contando-lhe o problema, ele a cedeu.”

Então, Eurico Gaspar Dutra, mostrando dignidade – essa é a história que temos para ensinar acerca desse fato histórico –, recuou, e o seu genro, disse-lhe: “Não. É um amigo, que me mandou resolver o problema.” “Não tenho dinheiro para pagar esta casa. Só tenho o soldo de militar” – dos militares briosos, que estão em estado de desespero pelos salários baixos que aí estão.

Cândido Rondon: “Integrar para não entregar”.

Roberto Campos, o mais culto brasileiro, eu sei. Jovens Senadoras e Senadores, estudem pelo menos o discurso dele aqui, que dá para fazer uns sete e está entre os melhores pronunciamentos. Em seu livro, *A Lanterna da Popa* – ô Mozarildo, atentai bem o que ele mesmo disse!: “Se eu tivesse pendão oratório...” Mas ele tinha. Roberto Campos foi o mais competente brasileiro.

Dante de Oliveira, aquela figura que eu, traduzindo o respeito e a grandeza dos homens e mulheres de bem, coloquei em seu peito a Medalha Grã-Cruz Renascença, no dia 24 de janeiro, na cidade de Ueiras.

Gilmar Mendes, este grande jurista extraordinário, que se pode igualar a Rui Barbosa e a Evandro Lins e Silva, do meu Piauí, que tranqüiliza este País: a Justiça em boas mãos.

Manoel de Barros, o poeta. Jânio Quadros nasceu por lá.

E mais os Senadores que aqui representam o Estado.

Choramos Jonas Pinheiro, Senador Mozarildo. Jonas Pinheiro, como São Tomé, mostrou-nos a nossa credibilidade. Eu vi – ô Augusto Botelho, V. Ex^a estava lá –, nós vimos um povo chorar! O que vale um Sena-

dor da República! O Divino Espírito Santo pousou no nosso Presidente Garibaldi, Senador Mozarildo, que fez o mais sublime discurso da história dele. Então, isso traduz.

Quem não tem saudade daquele bravo, talvez o melhor Senador que por aqui passou: Antero Paes de Barros? Esta sessão existe por que Antero Paes de Barros era um dos quatro que a iniciou, somado a Arthur Virgílio, Efraim e eu. Nós a iniciamos.

Por último, o Jayme Campos, e saudar todas as mulheres do Mato Grosso, naquela que canta com beleza: Vanessa da Mata, que, com seu cântico, encanta não só o Mato Grosso, mas o País todo.

Convidamos para usar da palavra, por cessão do grande e extraordinário Senador Romeu Tuma, que significa – assim com Rui Barbosa simboliza este Senado e Pelé representa o futebol – o ícone da instituição mais respeitada hoje no Brasil: a Polícia Federal. Portanto, S. Ex^a cedeu seu tempo para o Senador Mozarildo Cavalcanti, uma das históricas figuras que enriquece este Parlamento, como médico, como maçom e como político.

Poderá V. Ex^a usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, que nos assistem pela TV Senado e que nos ouvem pela Rádio Senado, hoje, quero fazer um relato de mais um grande capítulo da novela da reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no meu Estado.

Ontem, o Governador do meu Estado, de posse de um documento assinado pelos Deputados Federais, pelos Deputados Estaduais, pelos Vereadores, enfim, por autoridades significativas do Estado, de todos os setores, trouxe esse documento, intitulado “A Carta de Roraima”, dirigida ao Presidente Lula, e a entregou ao Ministério da Justiça, pedindo, em síntese, o quê? Que a operação – eu li esta “Carta de Roraima”, ontem –, que esta sendo executada pela Polícia Federal em meu Estado, por requisição da Fundação Nacional do Índio e por determinação do Presidente Lula, fosse suspensa, temporariamente, e o assunto fosse judicializado, ou seja, aguardasse decisão judicial das diversas ações que lá estão, ações movidas por entidades indígenas daquela região, que não aceitam essa forma de demarcação, por centenas de moradores que há séculos habitam aquela região e também pelos arrozeiros. O que a imprensa noticia é que os arrozeiros é que estão atrapalhando a questão, que estão criando a confusão para que a reserva seja desocupada, o que é mentira. São quatrocentos e poucos proprietários. Seus bisavós e avós lá viveram, e eles, com seus filhos e netos, estão sendo expulsos de suas terras, por decisão do Governo brasileiro.

Eu disse ao Governador que não iria a essa audiência com ele porque já fui enganado muitas vezes

pelo Presidente Lula, nesta e noutras questões com relação a Roraima. Desde pequeno, apreendi que não apenas o homem, mas principalmente o homem, tem que ter palavra. Mulher também tem que ter. Aliás, minha mãe sempre foi uma mulher de muita palavra. Minha avó, que ficou viúva cedo, foi a matriarca que fez as vezes, portanto, de pai e de mãe, tinha muita palavra. Não tinha essa história de dizer uma coisa e fazer outra.

Não tinha essa história de dizer uma coisa hoje e não fazer amanhã.

E o Presidente Lula, desde 2003, desde, portanto, o primeiro ano do seu mandato, vem enganando o povo de Roraima com esta e outras questões que vou dizer aqui. Mas esta é a agonia da vez. O que está acontecendo, Senador Mão Santa, é que hoje está em Roraima um contingente de policiais federais, armados até os dentes, indo para os restaurantes com metralhadoras, estacionando seus carrões nas calçadas, causando um clima de terror em uma cidade pacata, de um povo ordeiro.

E o que estão fazendo lá? Combatendo traficantes? Combatendo contrabandistas? Combatendo bandidos? Não. Estão lá em uma missão truculenta, para tirar de suas terras brasileiros que lá vivem há séculos e que pagam para ser brasileiros naquela fronteira inóspita com a Venezuela e com a Guiana.

Portanto, eu disse ao Governador: “Eu não vou a essa audiência porque não acredito mais neste Governo”. Como o atual Governador assumiu recentemente, em razão da morte do Governador titular, eu ainda disse a ele: “O senhor tem razão de ir, de tentar pacificar, de tentar uma solução harmoniosa”.

Senador Augusto Botelho, para me precaver, escrevi uma carta, tanto para o Presidente da República como para o Ministro da Justiça, com o mesmo teor.

Ao Presidente da República, disse o seguinte:

Em 2003, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, por orientação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, depois Ministro das Relações Institucionais, por intermédio de Comissões Temporárias Externas (a do Senado presidida por mim), produziram relatórios circunstanciados, após visita e discussões locais, sugerindo uma demarcação justa e harmoniosa para a Reserva Raposa Serra do Sol.

Isto é, nós não sugerimos que não se demarcasse a área. Sugerimos como demarcar de maneira correta. É aquela história, Senador Mão Santa, que nós, médicos, conhecemos: a questão de dosagem. Você pode fazer um tratamento, depende da dosagem do medicamento que usa ou da cirurgia que faz. Estou dizendo isso, e por acaso há mais um outro médico na platéia, que é também do meu Estado, o Senador Augusto Botelho.

E prossigo na minha carta ao Presidente Lula:

Em 2005, Vossa Excelência, ignorando ambas as Comissões e seus relatórios, homologou a demarcação administrativa da Reserva de forma diferente, contrariando a opinião de mais de 500 (quinhentas) famílias não índias (a maioria miscigenada), bem como a maioria das etnias lá residentes.

Ontem, vi aqui o Senador João Pedro pedindo a realização de uma audiência em uma reserva ecológica em seu Estado, demarcada pelo Presidente João Figueiredo. Interessante. Por que o PT não adotou o mesmo método nessa reserva? Por que não houve audiência pública com os índios? Não vou nem dizer com os não-índios. Porque se tivessem feito um plebiscito entre os índios de lá, sabe qual seria o resultado, Senador Mão Santa? Não era para demarcar desse jeito. Acontece que existe um núcleo comunístóide, socialista e estatizante neste Governo que domina o Incra, o Ibama e a Funai. Não interessa a eles ouvir quem tem opinião diferente. Portanto, não foram ouvir os índios, que pensam de forma diferente, e resolveram impor uma fórmula que, de acordo com a cartilha deles, é a correta.

Prossigo:

Ainda em 2005, foi constituída, median-
te o Requerimento nº 349, de 2005-SF, uma
CTE do Senado Federal, por mim presidida e
composta pelos Senadores Augusto Botelho
[aqui presente], e Wirlande da Luz, que per-
correu a região e avaliou os reflexos do De-
creto Presidencial [que homologou a Reserva]
aconselhando a sua revisão.

Em 31 de agosto de 2007, ante a ameaça
de operação da FUNAI (UPATAKON III)...

Senador Mão Santa, Upatakon, na linguagem
macuxi, quer dizer “nossa terra”. Só que eu não sei de
quem é essa nossa terra, porque, com certeza, não
vai ser nossa. Não vai ser nossa nem no sentido de
que vai ser dos índios, do jeito que está aqui. Eu vou
chegar ao final para dizer isso.

...com uso da Polícia Federal, fui desig-
nado pela Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional, do Senado Federal, para
vistoriar a área e auscultar os proprietários a
serem excluídos da Reserva demarcada. [Isto
é, para saber como estava a situação deles.] O
trabalho foi realizado em conjunto com uma Co-
missão da Assembléia Legislativa do Estado de
Roraima e o relatório encaminhado, em versão
preliminar, a Vossa Excelência [estou me diri-

gindo ao Presidente da República], registrando,
segundo dados da FUNAI, a existência de 348
propriedades a serem desocupadas...

Vejam bem: 348 propriedades. E, infelizmente, o
Governo coloca para a imprensa que são apenas oito
arrozeiros que estão criando problemas. Não mencio-
na as outras 348 propriedades, de pessoas pobres,
modestas, pequenos criadores, pequenos agricultores
que lá estão há séculos. E conforme dados do Incra,
dessas famílias, apenas 198 foram indenizadas, mal
e porcamemente, mas foram, e 131 foram reassentadas,
e de novo mal e porcamemente.

Prossigo:

Considerando que os proprietários, a
maioria deles famílias centenárias ali residen-
tes, ou foram indenizados injustamente (com
laudos feitos unilateralmente [pela Funai]), a
maioria não recebeu indenização e os que re-
ceberam não estão reassentados ou o foram
de forma indigna e desumana [temos isso foto-
grafado e filmado], solicitamos àquela época a
sustação da OPERAÇÃO UPATAKON III a ser
realizada pela Polícia Federal, até que todas
as situações fossem resolvidas dentro da Lei
e do respeito à dignidade humana.

Agora – portanto, em 2008 –, o Governo Federal,
lamentavelmente, começou, de maneira truculenta, a
referida operação.

Ontem, o Governador de Roraima, José de An-
chieta Júnior, deveria ter-se encontrado com o Ministro
da Justiça – e não foi o Ministro da Justiça que recebeu
o Governador, mas um funcionário do segundo esca-
lão – para tentar uma solução pacífica, até que haja o
julgamento final pelo Supremo Tribunal Federal.

Embora descrente da sensibilidade deste Gover-
no em relação ao meu Estado, endosso a tentativa do
Governador em buscar uma saída digna e pacífica para
aqueles brasileiros e brasileiras que têm pago um alto
preço por guardarem as nossas fronteiras com seus
próprios recursos, sua saúde e suas vidas.

Encaminhei e protocolei esse documento dirigido
ao Presidente da República. Sabe qual foi o resultado
da reunião, Senador Mão Santa, Srs. Senadores – o
Senador Augusto Botelho acompanhou o Governador
–? Simplesmente funcionários de terceiro escalão da
Funai, da Procuradoria não sei de que disseram: “Não,
nós não vamos parar a operação e vamos tirar todo
mundo mesmo, e não tem conversa não”. E o Gover-
nador saiu de lá com essa resposta.

De lá, fomos ao Supremo Tribunal Federal, para
falar com o Ministro Carlos Ayres Britto, que é o re-
lator de inúmeras ações que estão lá faz anos, para
que não se tivesse chegado a esse ponto. São ações
das entidades indígenas, do Governo do Estado e dos

proprietários pequenos, ações minhas, do Senador Augusto Botelho, que estão sem decisão. O Ministro nos prometeu pautar imediatamente, em face da situação, aguardando apenas, segundo ele, parecer da Procuradoria-Geral da República. Enquanto isso, a Polícia Federal está pintando e bordando lá. Está pintando e bordando, como se lá fosse um faroeste qualquer.

Sr. Presidente, vamos ver como essas coisas têm certos contornos. Há uns dias, há algumas semanas, o Ministro Mangabeira Unger, a fim de subsidiar seu projeto, que ele chama de Amazônia do Futuro ou Amazônia Sustentável, esteve no meu Estado. Fui, inclusive, convidado por ele pessoalmente, para ir. Não tive oportunidade de ir por questões superiores, mas o Senador Augusto Botelho e o Deputado Márcio Junqueira foram. E o Comandante do Exército, General-de-Brigada Eliezer Monteiro, foi junto com a Ministra, no helicóptero do Exército, com pessoas do Exército, para dar não só a logística, mas também a segurança ao Ministro.

Pois, chegando lá a determinada vila, ele recebeu a informação de que o General não poderia ir para a reunião dos índios do Conselho Indígena de Roraima, dentro do território nacional; e que também não poderiam ir os Parlamentares, nem o Senador, nem o Deputado Federal.

Isso, Senador Mão Santa, o que é? Já é um nítido ato de autonomia territorial, de decisão de uma etnia – porque não aceito que ninguém diga que existe o povo indígena tal, mas o povo brasileiro, que tem etnias indígenas, negras, até européias. Existe apenas o povo brasileiro.

Mas quero ler aqui a nota de esclarecimento do Exército em relação a essa questão de o General ter sido barrado de entrar naquela reunião.

Em relação ao noticiário na imprensa, sobre a visita do Ministro Extraordinário para Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, informamos que o Exército Brasileiro (EB) está presente em Roraima, cumprindo missão constitucional, quer seja em operações de presença ou de patrulhamento da fronteira, quer seja na realização de obras, ou na orientação educacional para a prática salutar da cidadania, dever de todos os brasileiros.

Conforme o art. 142 da Constituição de 1988, somos destinados à defesa da Pátria, o que nos obriga a estar presente em todos os pontos do Território Nacional.

Em relação às Terras Indígenas, o Decreto Presidencial nº 4.412, de 07 de outubro de 2002, estabelece que as Forças Armadas têm liberdade de trânsito e acesso às mesmas, sem depender de autorização. É claro que os militares respeitam estritamente as leis vigentes e o estado de direito.

Antes da visita da comitiva, foi informado pelo Chefe de Gabinete do Ministro que nenhuma autoridade estadual ou federal poderia participar da reunião com as lideranças no Surumu [uma vila, no Município de Pacaraima, dentro dessa área Raposa/Serra do Sol]. Tal fato causou estranheza não apenas aos militares do EB, mas também a alguns dos principais líderes políticos locais que haviam demonstrado interesse em participar.

O Comando da Brigada acredita que os assuntos a serem tratados naquele momento seriam de interesse do EB. A exclusão foi uma atitude equivocada, cabendo-nos lamentar, uma vez que nos parece própria de pessoas descompromissadas com o Brasil.

Maior repulsa causou essa decisão, ao sermos informados por moradores indígenas da região de que estrangeiros representantes de ONG participaram de outras reuniões realizadas no mesmo local.

Estivemos presentes, sim, na Vila Surumu, com tropa em missão de segurança de vôo da autoridade de um Ministro de Estado e de uma aeronave militar do Exército brasileiro.

Finalmente, o Exército brasileiro é composto por todos os segmentos representativos da sociedade, independente de raça, credo ou cor, e um fiel cumpridor de sua missão constitucional.

EXÉRCITO BRASILEIRO

BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA.

Sr. Presidente, veja o nível em que a coisa está: um grupo, que é o mais influente, diz que não pode entrar o Senador, o Deputado Federal, o comandante militar do Estado. Então, estamos diante de uma autonomia, do tipo da de Kosovo, naquela região que o Governo brasileiro demarcou e em que está usando a força para tirar os moradores brasileiros – como usou o regime soviético antigamente, como usou o regime nazista no passado.

E, mais grave ainda: aqui há uma nota publicada no jornal *Folha de Boa Vista*, que diz o seguinte: “CIR [Conselho Indígena de Roraima] diz que arrozeiros só não saem se não houver policial macho”.

Vejam vocês! Quer dizer, nessa região existem cinco entidades indígenas; essa é, vamos dizer assim, a menina-dos-olhos desse núcleo comunistóide socialista estatizante que comanda a Funai, o Incra e o Ibama.

A nota diz que só não saem se não tiver policial macho. Está, inclusive, exigindo ou incitando os policiais a retirarem os moradores. Aqui, a birra é com os arrozeiros, mas, na verdade, há os outros 340 proprietários que estão lá.

Sr. Presidente, para se ver como a coisa é séria, recentemente, na ONU, foi aprovada a Declaração da

ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e o Brasil assinou. O Governo brasileiro assinou um conjunto de artigos – vou ler aqui apenas o art. 30, mas existem vários outros – que são nitidamente inconstitucionais.

Diz o art. 30, Senador Augusto Botelho:

Artigo 30

1. Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que as justifiquem uma razão de interesse público pertinente, ou que as aceitem ou solicitem livremente os povos indígenas interessados.

2. Os Estados celebrarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, para os procedimentos apropriados e, em particular, por meio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras ou territórios para atividades militares.

Ora, Senador Mão Santa, não é preciso nem ser muito inteligente para perceber que a ONU já está preparando – está tudo certo aqui – a criação de uma região, no mínimo, autônoma dentro do Brasil, quiçá não seja uma nova nação.

Coincidentemente, nessa reserva indígena, existe muito mais minério do que índios – e minérios de terceira geração, como urânio, titânio, nióbio, além do ouro, do diamante, da cassiterita. É evidente! Quem manda na ONU? São os países mais ricos, o G7 mais a Rússia.

Isso tudo aqui não é preocupação com o índio, não. Não é preocupação com o índio, não! É preocupação, sim, com a reserva mineral que está aqui. O índio aqui é apenas, digamos, a bandeira para encobrir o verdadeiro interesse desses países, que sempre foram colonizadores, que sempre sugaram a riqueza dos países mais pobres.

Quero, inclusive, chamar a atenção, Sr. Presidente – e aqui está um mapa para se perceber –, para como é delicada a situação do meu Estado. Nesta linha vermelha – por coincidência, em vermelho – está a reserva indígena Raposa Serra do Sol, na fronteira com a Guiana e com a Venezuela; o Brasil está despovoando essa área, numa região onde há conflito entre a Venezuela e a Guiana. Do outro lado, temos uma extensa área que é dos ianomâmis, e se está demarcando uma outra área para unir as duas. Então, quer dizer, todas as fronteiras do extremo norte do País estarão, portanto, preparadas para serem nações independentes ou, no mínimo, territórios autônomos, geridos pelos boinas azuis da ONU. Só não enxerga quem não quer. E, aí, os capitalistas, os donos do capital do mundo utilizam alguns inocentes esquerdistas, que acham que estão defendendo a sua ideologia de maneira correta, mas estão prestando um serviço ao

capital internacional, transnacional, de maneira muito competentemente elaborada.

E, aqui, Sr. Presidente, eu trouxe também a relação, e vou pedir que V. Ex^a considere como lida e como parte integrante do meu pronunciamento, de todos os proprietários daquela região, para que não fique essa mentira que está sendo dita à Nação de que são apenas oito arrozeiros que estão naquela região. É mentira! Se tirassem os oito arrozeiros, ainda restariam 342 pessoas para serem retiradas; e estão sendo retiradas – porque não têm sequer condições de pagar um advogado – de maneira arbitrária. E, agora, eu lamento.

Sempre tenho dito que existem quatro instituições neste País que realmente pensam no Brasil com patriotismo, pensam na soberania do País e que são nacionalistas: são as três Forças Armadas e a Polícia Federal. Agora, a Polícia Federal ser usada para esse tipo de trabalho, eu lamento muito. Como brasileiro, como nacionalista, eu lamento muito. E sei que muitos deles que estão lá estão contrariados, porque têm que cumprir ordem, é tarefa da função deles.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, requeri ontem, e foi aprovada, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, na qualidade de Presidente da Subcomissão da Amazônia, que é ligada a essa Comissão, a minha designação para ir para lá e acompanhar de perto o que está sendo feito com os meus conterrâneos, com essas pessoas humildes. Não com os arrozeiros. Os arrozeiros podem, efetivamente, se defender, mas também com eles. Porque eles foram para Roraima – gaúchos, paranaenses – para colaborar com o desenvolvimento daquela região, e respondem por 25% do PIB do Estado. Mas eu estou preocupado muito mais com as cerca de 340 famílias que estão aí sendo maltratadas e, ao modelo soviético e nazista antigo, expulsas das suas terras e desterradas para lugares onde não querem ir.

Antes de conceder um aparte ao Senador Augusto Botelho, a quem teria muita honra em ouvir, quero dizer que as maldades do Presidente Lula com o meu Estado não se resumem somente a isso. Naquele episódio da votação da CPMF, tamanhas eram as pressões para que eu mudasse de posição, porque eu, por convicção, defendia um ponto de vista contrário à permanência da CPMF. Do que serviu a CPMF nos 14 anos? O que melhorou no serviço de saúde pública no Brasil? É epidemia de dengue, de febre amarela, hospitais sucateados, postos de saúde que não existem... Cadê o dinheiro da CPMF que era para a saúde? Foi uma enganação! Como era uma enganação dizer que o pobre não pagava imposto. Pelo menos, de janeiro para cá, quem recebe o seu dinheiro no banco não precisa mais pagar imposto para retirá-lo, não precisa mais

pagar esse imposto. Esses quarenta e tantos bilhões de reais que iam para as mãos do Senhor Lula estão nas mãos do povo, e o povo faz o que quer do próprio dinheiro. Tenho certeza de que as donas de casa, os pais de família estão sabendo utilizar muito melhor esse dinheiro do que se utilizou durante esse tempo todinho e que não se fez nenhum bem à saúde.

Quero ler aqui, Senador Augusto, porque fizeram uma série de propostas, disseram que atenderiam a todas as reivindicações de Roraima, e eu disse que as formalizaria. Protocolei, no dia 5 de dezembro, ofício ao Presidente da República. Será possível que o Presidente Lula não tomou conhecimento disso? Será que, de novo, ele não sabia de nada? Sabia, porque essas coisas eu as levei pessoalmente a ele, junto com o ex-Governador de Roraima, que morreu, Ottomar Pinto. Sabia, porque antes do Governador Ottomar Pinto, com o Governador Flamarion, que mudou de partido – foi para o PT para resolver esse problema –, entregamos na mão do Presidente. Ele sabia e sabe de tudo. Mas eu queria lembrar, registrar, e botei somente oito pontos, Senador Augusto Botelho, para ele resolver:

1) Decreto passando todas as terras do INCRA para o Estado;

O que é isso? Quando éramos Território Federal, o Governo Federal registrou as terras em nome do INCRA. Estava correto, éramos Território Federal. Passamos a Estado. Fui constituinte e escrevemos um artigo muito claro, que dizia que o Estado seria composto pelas áreas compreendidas dentro dos limites geográficos do ex-Território. Não precisava dizer mais nada: tudo que estava dentro desse limite era do Estado. Mas o Governo Federal continua até hoje com essas terras registradas em nome do INCRA e não passa para o governo do Estado. E o Supremo não resolve essa questão, que é um conflito federativo. Lamento muito dizer isso.

2) Decreto equiparando os vencimentos e vantagens dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Roraima aos servidores do Distrito Federal.

Há poucos dias, votou-se aqui uma MP para melhorar o salário dos PMs e bombeiros do Distrito Federal. Eu me retirei, porque, embora justa, não voto mais nenhuma medida provisória enquanto não se resolver esse rito de encaminhamento de medidas provisórias. Não vou ser conivente com a paralisação do Congresso Nacional por causa de medida provisória. Mas não houve o decreto de equiparação dos vencimentos e vantagens. Mandaram uma medida provisória para resolver o problema do Distrito Federal. Por que não mandaram uma medida provisória para resolver o problema

dos funcionários do ex-Territórios: Rondônia, Roraima e Amapá? O quadro desses ex-Territórios está em extinção, o que significa que não entra mais ninguém e só sai de lá por aposentadoria ou por morte.

O que acontece é que o Ministério do Planejamento e Gestão considera que o que está em extinção são os funcionários, eles é que estão em extinção. Então, não dá aumento para eles, não dá a mesma equiparação de vantagens que dá para os outros servidores federais, inclusive do Distrito Federal que é semelhante. E fica por isso. Então, coloquei a resolução dessa questão.

3) Decreto prorrogando até o final de 2008 a retirada dos proprietários da Reserva Raposa Serra do Sol e adoção do Relatório da Comissão Temporária Externa do Senado Federal, criada pelo Regulamento nº 529, de 2005, revisando indenizações e assentando as famílias condignamente. Portanto, suspendendo a operação da FUNAI/Polícia Federal de expulsão dos mesmos de suas propriedades com o uso da força;

E está aqui o que está acontecendo.

4) Decreto efetivando a federalização da Companhia Energética de Roraima S.A – CER.

O que quer dizer isso? O Governo Federal federalizou todas as companhias estaduais de energia. Quanto à de Roraima, ele federalizou o filé e deixou com o Estado a carne de peixe. O que quer dizer isso? A geração e produção de energia na capital, que dão dinheiro, ficaram com o Governo Federal; a geração e distribuição de energia no interior, que não dão dinheiro, mas prejuízo, ficaram com o Estado. Aí, nós estamos pedindo o quê? Que se federalize também a parte que não dá lucro, porque, somando com a que dá lucro, vai terminar com saldo positivo. Também não fez.

5) Decreto efetivando a implantação das ALCs [áreas de livre comércio] de Bonfim e de Pacaraima;

Essas áreas de livre comércio foram mandadas para o Congresso pelo Presidente Sarney, sancionadas pelo Presidente Collor. Isso está na mesa do Presidente Lula até agora, e ele não as implanta.

6) Decreto autorizando importação de combustíveis da Venezuela com isenção do Imposto de Importação;

O que é isso? Vou traduzir para os brasileiros que me ouvem, porque o povo de Roraima sabe muito

bem. A gasolina na Venezuela – do outro lado, colado em Roraima, a 200 quilômetros da capital do Estado – custa mais ou menos um décimo do valor da gasolina do lado brasileiro. E a Petrobras não abre mão de, ela mesma, importar a gasolina para vender a preços diferenciados para a população de Roraima. Fomos à Venezuela, o Governador Ottomar e a bancada federal, e o Presidente Hugo Chávez disse: “Vendo agora. Estou fazendo isso para vários países, para a Colômbia [país com que se não se dá bem], para Estados vizinhos da Venezuela, estou fazendo para o Equador, para Guatemala, para Cuba. Faço agora”. Levamos isso ao Presidente Lula: “Não, mas se abrir essa exceção, o pessoal que é vizinho à Argentina vai querer, o pessoal que é vizinho ao Paraguai vai querer”. “Presidente, Roraima está lá no extremo Norte. Para chegar lá, são muitos e muitos quilômetros. Não há o menor perigo de alguém ir para lá contrabandear gasolina.”

O que está acontecendo hoje de fato? É contrabando de gasolina a toda hora. As reservas indígenas, ao longo da BR-174, a estrada que nos liga à Venezuela, transformaram-se em depósitos clandestinos de gasolina; são verdadeiras bombas prestes a explodir. Mas o Governo faz de conta que não está acontecendo. E, aí, aqui e acolá, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal fazem uma operação e prendem meia dúzia de coitados que estão sobrevivendo, até, por causa do Governo, dessa situação, mas o Governo não resolve.

7) Decreto extinguindo o Comitê Gestor criado pelo Decreto s/n de 15 de abril de 2005, que “institui Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima...”;

O que é isso? O Governo Federal, depois de criar um grupo de trabalho para resolver esses problemas que levamos e de ter chegado a uma conclusão, criou um Comitê Gestor para implementar as ações do Governo Federal junto ao Estado de Roraima. Na prática, nomeou um interventor federal para Roraima, o Sr. Nagib, que é do PT, que vai lá dizer o que vai fazer e o que não vai fazer. E, até agora, não fez nada. Só está ganhando dinheiro para ser interventor. É um interventor, digamos, não-oficial, mas é um interventor. Então, é inacreditável. Eu pedi para extinguir o comitê.

8) Aprovação da PEC nº 75, de 2003 (CD), nº16, de 2002 (SF) que trata de recursos para as instituições federais de ensino superior da Região Norte...

Veja bem, Sr. Presidente. Sabe o que é isso? É tirar 0,5% – meio por cento – do que o Governo arrecada com o Imposto de Renda e com o IPI para destinar

às universidades e aos Cefets da Região Norte, para que possam investir em pesquisa, em extensão, em melhoria dos seus laboratórios, em aperfeiçoamento dos seus professores.

Foi aprovado no Senado. Está na Câmara. Não é aprovado por quê? Porque o Governo não quer. Porque a equipe econômica não quer abrir mão de meio por cento do que arrecada com o IPI e com o Imposto de Renda. Está lá. Eu pedi, e o Presidente sequer deu bola.

...e do PL nº 4.428, de 2004 (CD), PLS nº 211, de 2002(SF) [que foi aprovado no Senado e está na Câmara] de criação do Colégio Militar de Boa Vista.

Ora, Sr. Presidente, nem resposta tive. Eu lamento, porque, vejam bem. Poderá haver quem diga o seguinte: Ah, mas em face de agora o Senador Mozarildo ter tomado essa posição de votar contra a CPMF; de estar contra agora o Governo Lula; de ter sido tirado da CCJ pela Senadora Ideli Salvatti, porque disse que iria votar contra a CPMF, agora a gente não atende às reivindicações de Roraima.

Então, não vale o voto do Senador Augusto Botelho, que é do PT, que foi para o PT para resolver os problemas de Roraima? Não vale o voto do Senador Romero Jucá, que é Senador eleito por Roraima, embora não seja de Roraima, e que é Líder do Governo? Não vale? Dois votos são a favor do Lula sempre. Eu mesmo fui a favor do Lula até me convencer de que o que ele quer mesmo é enganar as pessoas. O que ele quer mesmo não é resolver coisa nenhuma relacionada aos interesses do Estado.

Diante desse quadro todo, o que vejo, Sr. Presidente, é que temos de continuar resistindo. Espero que o Presidente Lula entenda, aprenda – já que V. Ex^a sempre gosta de dizer isso – que discordar, fazer oposição, não é ter raiva. Discordar, apontar erros, não é ser rebelde. É o meu papel, como representante do meu Estado, defender o meu Estado; e, para obter as coisas que são de direito do meu Estado, eu não tenho de vender a minha dignidade e a minha alma. Eu não tenho.

É por isso que tem razão o Senador Garibaldi quando diz que muitos parlamentares no Senado e na Câmara pensam que têm sempre de votar com o Governo para ter as suas emendas liberadas e nomear amigo para certos cargos. Não foi para isso que eu me elegi. Eu me elegi a Deputado Federal e ajudei a transformar meu Território, na época, em Estado; apresentei uma lei que criou a Universidade Federal do meu Estado; uma lei que criou o Centro Federal de Educação Tecnológica do meu Estado. Eu trabalho no macro. No micro, nessa miudeza, eu não trabalho. Se o Presidente Lula gosta disso, eu não estou entre

aqueles 300 picaretas que ele disse que existiam na Câmara, não. Eu não estou. Eu não sou parte desse time. Vou defender aqui, de maneira ativa, os interesses do meu Estado, documentando e brigando, aqui, no Poder Judiciário, onde puder. Se o Presidente Lula acha ruim ter quem fale a verdade contra ele, eu lamento, eu lamento muito, mas eu não estudei, eu não fui eleito parlamentar para aqui chegar e contrariar os princípios mais elementares da pessoa humana, que são a dignidade, a honradez e o respeito às coisas em que acredito.

Senador Augusto Botelho, eu ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, é só para lembrar a V. Ex^a que, naquele mapa que V. Ex^a mostrou, onde tem a área dos inanômâmis, de nove milhões de hectares, aquele lá do Brasil, do lado da Venezuela tem uma área equivalente também. Então, aquilo que V. Ex^a falou, de querer criar uma nação, um país, um território autônomo, é uma coisa que está caminhando mesmo. Inclusive, o Príncipe esteve agora lá na Guiana e criou uma outra área lá contígua à área da Raposa Serra do Sol. V. Ex^a sabe dessa história.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – O Príncipe Charles.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – O Príncipe Charles esteve lá e criou outra área na Guiana. Então, quer dizer, o negócio está ampliando, e o Brasil está contribuindo para isso também. Na hora em que resolverem fazer, não temos mais pulso, não temos mais nada. Quanto àqueles que estão na Raposa Serra do Sol para sair realmente, colocou V. Ex^a a relação deles aí, não é? Colocou o valor da indenização deles também?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Está tudo aqui. A área da terra, o valor que a Funai estimou e a situação em que está. Quem recebeu e quem não recebeu, quem foi reassentado e quem não foi reassentado.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Quando se fala em indenização, o pessoal pensa em “indenização”. É indenização de R\$1.500,00, R\$3.000,00, porque são pessoas pobres que vivem lá com os indígenas. A extinção das vilas, o Surumu, Mutum Água Fria e Socó, não foi uma coisa correta dentro desse projeto, entre outras. Também tem isso, porque eram só as pessoas que viviam lá. Essas pessoas recebem três mil, quatro mil, cinco mil, dez mil, e lá em Boa Vista não têm como sobreviver dessa forma. Então, eu queria falar sobre isso para V. Ex^a. E também que o Presidente Lula prometeu mais uma vez que vai repassar as terras para Roraima. Inclusive, tem uma comissão do Incra estudando junto com a Secretaria de Planejamento para resolver esse problema. Eu tenho esperança de que essa solução virá, Mozarildo. Sou um homem sempre esperançoso, acredito nas pes-

soas, acho que vão transferir. E, transferindo a terra para Roraima, melhora a vida dos roraimenses. Esse ano voltaram R\$150 milhões do FNO porque nós não temos bens para garantir os empréstimos. E R\$150 milhões investidos em Roraima iriam criar quantos empregos? Então, isso que falamos toda hora aqui, V. Ex^a fala, todo mundo lá em Roraima sabe disso. Aliás, a Amazônia está nessa bagunça toda porque ninguém reconheceu a propriedade das pessoas que lá vivem. Quando criam essas reservas, expulsam as pessoas que lá vivem há muito tempo. E quem cria uma portaria do Ibama ou do Incra não faz essa discussão, como estão começando a fazer agora. Temos que fazer essa discussão. A criação de áreas indígenas e de reservas florestais tem que passar pela Assembléia Legislativa do Estado, pela Câmara e pelo Senado Federal. Não pode ser dessa forma, temos que mudar essa legislação. Como está, aumentará cada vez mais a instabilidade da Amazônia. Por que a Amazônia, como se diz, está sendo destruída, ocupada desordenadamente? Porque ninguém é dono lá. A pessoa que vive lá não é dona. A pessoa está há três gerações naquele lugar, chega um madeireiro potente e começa a destruir a floresta, e ele não pode fazer nada, porque não é dono. Então, acho que temos de regularizar a situação fundiária da Amazônia, especialmente no meu Estado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, conheço muito V. Ex^a e conheci seu pai, que foi para mim um mestre na Medicina e na política. Aliás, aprendi muito com ele e vi os sofrimentos que ele passou por ter coerência na política. Mas há algumas coisas, Senador Augusto Botelho, com as quais não podemos transigir.

Ora, o Governo Federal repassar as terras que estão com o Incra para o Estado não é um favor que vai fazer para nós; é um dever que ele já deveria ter cumprido. Lamento que o Supremo Tribunal Federal não tenha ainda decidido isso, porque se trata de um conflito federativo. O Presidente Lula não vai merecer aplauso quando fizer isso, porque ele estará apenas cumprindo um dever dele. Não podemos aceitar que ele esteja fazendo um favorzinho depois de nos ter prejudicado violentamente com reservas indígenas desnecessárias – desnecessárias porque nem os índios vivem nelas. Repito: nessas reservas indígenas, há mais minério do que índios. Dizer agora que vai dar três milhões de hectares e esperar que fiquemos satisfeitos? Não, senhor! Se ele der, apenas estará cumprindo uma obrigação e não merecerá aplauso.

Segunda coisa: V. Ex^a disse uma coisa muito certa: é inadmissível que o Governo Federal demarque reservas indígenas, reservas ecológicas, corredores ecológicos e áreas de quilombolas somente por decreto, que a Câmara e o Senado não sejam ouvidos.

Numa proposta de emenda constitucional que apresentei em 1999, propus duas coisas singelas. A

primeira: que todos os decretos relativos à demarcação de terras fossem apreciados pelo Senado; e a segunda: que a concessão das florestas da tal Lei das Florestas passasse pelo Senado.

Nós não representamos os Estados, Senador Augusto Botelho? Como, então, aceitar que não sejamos ouvidos? Somos ouvidos quando se trata de concessão de rádio, concessão de TV, nomeação de embaixadores, nomeação de diretores de agências reguladoras, mas não somos ouvidos sobre as terras dos nossos Estados? Mas não se aprova o meu projeto. Por quê? Porque o Governo não quer, e a maioria que ele tem aqui não deixa, não deixa. Está lá engavetado na CCJ! Não adianta: chia, chia, mas não anda.

Chegamos a um ponto extremo, e V. Ex^a, a propósito, citou o Príncipe Charles, que está convocando governadores e parlamentares do Brasil para irem a Londres discutir o que fazer com a Amazônia. Então, a internacionalização da Amazônia não é mais uma coisa sonhada, é uma coisa que está sendo implementada, e com a colaboração do Governo brasileiro. Quem demarca essas áreas? Quem adota posturas como essa que está sendo adotada em Roraima, de mandar a Polícia Federal expulsar os brasileiros de lá? Por acaso é tropa estrangeira? Não, é tropa de brasileiros, é a Polícia Federal.

A dominação psicológica que exerce esse esquema internacional sobre nós é tão grande que basta ver o nosso dinheiro, Senador Mão Santa. O que tem nas nossas cédulas de dinheiro? Só bichos. Nada contra os bichos, sou até um admirador da natureza, mas não tem nenhum vulto histórico, nenhum. Da nota de um real à de cem reais só há animais.

Querem ver? Vou pegar algumas aqui para vermos. Dois reais: qual o bicho que aparece aqui? Uma tartaruga marinha. Dez reais: o que tem aqui? Uma arara. Vinte reais: o que tem aqui? Um mico-leão dourado. Pena que eu não tenha aqui uma de cem nem uma de cinquenta, mas sei que elas também trazem bichos: a de cinquenta traz a onça pintada; e a de cem, a garoupa.

Vejam bem: um País que, ele próprio, se avacalha a esse ponto, realmente não tem de quem reclamar. Não tem de quem reclamar! Nós não temos Dom Pedro I nas nossas cédulas, não temos o Marechal Deodoro, não temos Pedro Álvares Cabral, não temos ninguém, nenhum vulto histórico! Não temos Juscelino Kubitschek. Mas bicho temos à vontade.

Quem foi que fez isso? Será que foi o Bush que veio aqui e mandou imprimir as nossas notas? Não, fomos nós – nós, não; estou fora dessa. Foi o Governo brasileiro. Eu protesto contra isso, mas foi o Governo brasileiro.

O Senador Mão Santa lembra que a nota de cem cruzados tinha a figura de Juscelino Kubitschek. Na época do cruzeiro e do cruzado, apareciam vultos históricos; mas, quando passamos para o real, tiraram todos os vultos históricos. Nós não temos mais nenhuma personalidade a cultuar neste País.

Então, Sr. Presidente, quero terminar, porque já abusei da boa vontade de V. Ex^a, mas peço que estes documentos que li aqui sejam transcritos na íntegra, como parte de meu pronunciamento.

Renovo, porém, o meu protesto e digo ao meu povo de Roraima que estou indo para lá semana que vem. Vou ficar lado a lado com as pessoas que estão lá sendo, de maneira coercitiva, abusadas.

Quero fazer aqui um apelo ao Diretor-Geral da Polícia Federal, com quem quero conversar antes de viajar, por causa do que está sendo feito lá – recebi relato ontem sobre isso. Os policiais federais estão andando pela cidade armados com metralhadoras, com coletes a prova de balas. Estão indo para os restaurantes, onde estão as famílias com crianças, dessa forma; e estacionando seus carros nas calçadas dos restaurantes, de maneira acintosa. Por que eles não se aquartelam e não comem nos quartéis? Por que eles têm que fazer esse tipo de intimidação com pessoas de bem?

Eu não aceito isso, Senador Mão Santa. Acho que nós temos que exigir respeito. Vou falar com o Diretor-Geral da Polícia Federal para ele não dizer também, como o Presidente Lula, que não sabia, que não ouviu falar – aqui pegou esta moda agora: ou o camarada diz que não sabia ou, se admite que errou, justifica-se dizendo que errou porque o outro errou antes também e, então, não tem problema.

Não interessa se houve erro no passado. O que entendo é que esses erros não podem se repetir agora. Eu vou estar, a partir da semana que vem, lá, durante os quinze dias que a Comissão me determinou, para ficar ao lado dessas pessoas, do meu povo, contra essa arbitrariedade que o Governo brasileiro está cometendo, que atenta contra a dignidade humana e contra a soberania nacional, já que está desocupando uma fronteira com dois países que têm litígio, a Venezuela e a Guiana.

Que amanhã não se diga que ninguém sabia, porque eu já estou ficando rouco de tanto falar nisso. Estou ficando rouco, mas não vou parar de falar.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos no termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**

Ofício nº. 730/2007/GSMCAV

Brasília, 05 de Dezembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Reapresento os pontos necessários para o desenvolvimento de Roraima e que dependem de atos de Vossa Excelência:

- 1) Decreto passando todas as terras do INCRA para o Estado;
- 2) Decreto equiparando os vencimentos e vantagens dos servidores civis e militares do Ex-Território Federal de Roraima aos servidores do Distrito Federal;
- 3) Decreto prorrogando até o final de 2008 a retirada dos proprietários da Reserva Raposa Serra do Sol e adoção do Relatório da Comissão Temporária Externa do Senado Federal criada pelo Requerimento nº 529, de 2005, revisando indenizações e assentando as famílias condignamente. Portanto, suspendendo a operação da FUNAI/Polícia Federal de expulsão dos mesmos de suas propriedades com o uso da força;
- 4) Decreto efetivando a federalização Companhia Energética de Roraima S.A. – CER;
- 5) Decreto efetivando a implantação das ALCs de Bonfim e Pacaraima;
- 6) Decreto autorizando a importação de combustíveis da Venezuela com isenção do Imposto de Importação;
- 7) Decreto extinguindo o Comitê Gestor criado pelo Decreto s/n de 15 de abril de 2005 que “instituiu Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Estado de Roraima...”
- 8) Aprovação da PEC nº 075, de 2003 (CD), nº 16, de 2002 (SF) que trata de recursos para as IFES da Região Norte e do PL nº 4.428, de 2004 (CD), PLS nº 211, de 2002 (SF) de criação do Colégio Militar de Boa Vista.

Respeitosamente,


Senador MOZARILDO CAVALCANTI

A Sua Excelência o Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Praça dos Três Poderes
Brasília - DF

REQUERIMENTO Nº , DE 2008

Excelentíssimo Senhor Senador HERÁCLITO FORTES

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Tendo sido designado, no mês de setembro de 2007 para, na qualidade de representante do Senado Federal, acompanhar a operação UPATAKON III, programada pela Polícia Federal na reserva indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, e constatando por registros abundantes da imprensa e de representantes de grupos sociais envolvidos, a retomada da referida operação por meio de ações desrespeitosas com as famílias ali residentes, requeiro a minha designação, como Presidente da Subcomissão da Amazônia, para novamente representar a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no acompanhamento da continuação da Operação Upatakon III, bem como os desdobramentos desse processo na reserva indígena Raposa - Serra do Sol, no Estado que represento nesta Casa.

JUSTIFICATIVA

Está em curso a continuidade da denominada operação Upatakon III da Polícia Federal, em Roraima, conforme pode ser verificado pelas informações da mídia, principalmente para retirada dos brasileiros não-indios da área da Reserva Raposa Serra do Sol.

O Senado Federal tem dentre outras funções o papel de instrumento de superação das desigualdades e conflitos regionais, a exemplo do que ocorre em Roraima.

Assim, já tendo sido designado para representar esta Comissão, por ocasião das operações anteriores, é mister nova designação do Senado Federal para acompanhamento do processo, no intuito de fiscalizar e garantir a prevalência dos interesses nacionais e do povo roraimense.

Sala das Comissões, em 1º de abril de 2008.



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

ANEXO 11 – SITUAÇÃO DOS EXPULSOS

Nº	NOME DO OCUPANTE	DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL	LOCALIDADE	MUNICÍPIO	UF	SITUAÇÃO DA OCUPAÇÃO	ÁREA DO IMÓVEL (ha)	INDENIZAÇÃO SIM/NÃO
236	EROTEIA DA SILVA MOTA	NÃO INFORMADO	COLÔNIA DO MANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	NÃO INFORMADO	NÃO
192	VALDIVINO GOMES DE OLIVEIRA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	35.815,00	SIM
204	AGMON PATROCÍNIO DA COSTA	FAZENDA VISTA ALEGRE	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO	20.434,00	NÃO
292	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA	MD ESTRADA BVB/					
275	IVO BARILLI	BRAVA- SEDE PRINCIPAL	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	10.000,00	NÃO
	VENCESLAU BRAZ DE FREITAS	FAZENDA TATÚ	CONTÃO	NORMANDIA	RR	POSSE	9.050,00	NÃO
194	BARROS	FAZENDA BOM JARDIM	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	6.000,00	SIM
322	PAULO CÉSAR JUSTO QUARTIERO	FAZENDA DEPOSITO	MD DO RIO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	4.886,00	NÃO
48	ELZA PINHO PEREIRA	FAZENDA TRIUNFO	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	4.700,00	SIM
340	PAULO CESAR JUSTO QUARTIERO	FAZENDA PROVIDÊNCIA	MD DO RIO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	4.248,19	NÃO
307	MANOEL BENEDITO DE SOUZA	FAZENDA TUCUNARÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	3.615,00	NÃO
304	LUIZ AFONSO FACCIO	FAZENDA CANADÁ	MD DO RIO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	3.316,00	NÃO
46	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA DESERTO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	3.150,00	SIM
305	LUIZ AFONSO FACCIO	FAZENDA GUANABARA	NÃO INFORMADA	PACARAÍMA	RR	POSSE	3.144,00	NÃO
205	AILTON DE MELO CABRAL	FAZ. DARORA	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	3.000,00	NÃO
16	ANTONIO RODRIGUES FILHO	FAZENDA BOUQUEIRÃO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	3.000,00	SIM
234	ERNESTO FRANCISCO HART	FAZENDA BISMARCK	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	3.000,00	NÃO
199	ABRAÃO OLIVEIRA DA SILVA	PAULO AFONSO	RIO AILÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.800,00	NÃO
45	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA PERFEIÇÃO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.750,00	SIM
320	NELSON MASSAMI ITIKAWA	FAZENDA CARNAÚBA	CONFLUÊNCIA DO RIO SURUMU E TACUTU	NORMANDIA	RR	PROP.	2.717,69	NÃO
159	OSVALDO COSTA D'ALMEIDA	FAZENDA PARACAU	REGIÃO DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	2.600,00	SIM
251	ESPÓLIO DE MANOEL DA SILVA MOTA	FAZ. QUIXADÁ	BAIXO COTINGO	NORMANDIA	RR	POSSE	2.500,00	NÃO
252	ESPÓLIO DE MANOEL DA SILVA MOTA	FAZ. LEMBRANÇA	BAIXO COTINGO	NORMANDIA	RR	POSSE	2.500,00	NÃO
119	JOSÉ PEIXOTO	FAZENDA PANTANAL	RAPOSA	PACARAÍMA	RR	POSSE	2.500,00	SIM
148	MÁRIO JORGE CORRÊA DE MELO	FAZENDA ARATANÁ	LAGO DO CARACARANÁ	NORMANDIA	RR	POSSE	2.500,00	SIM

158	ONÉZA COSTA AMORATTELLE	FAZENDA SÃO FELIPE	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.500,00	153
273	IVALCIR CENTENARO	FAZENDA PRAIA GRANDE	MD DO RIO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	2.182,40	NÃO
38	EDMILTON PEIXOTO SALES	FAZENDA RONDONIA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.114,63	SIM
272	ITIKAWA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	FAZENDA VIZEU	MD DO RIO SURUMU	NORMANDIA	RR	PROP.	2.052,02	NÃO
51	EMILIA SALES DA SILVA	FAZENDA CEAPAZINHO	GLEBA CARACARANÁ	NORMANDIA	RR	PROP.	2.047,55	SIM
191	TERENCIO TADEU DE LIMA	FAZENDA SÃO RAIMUNDO	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	PROP.	2.033,43	SIM
225	DOMICIO DE SOUZA CRUZ	FAZENDA 13 DE MAIO (sub-judice)	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.028,00	NÃO
1	ABDIAS DE OLIVEIRA LIRA	FAZENDA NOVA OLINDA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
200	ABRAÃO OLIVEIRA DA SILVA	SÃO FRANCISCO	RIO AILÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
10	ALBERTO L. DE PINHO CRUZ	FAZENDA PLANALTO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
30	CUPERTINO L. DE OLIVEIRA	FAZENDA SANTA FÉ	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	SIM
32	DEOLINDA DE OLIVEIRA PEIXOTO	FAZENDA FELIZ ENCONTRO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
227	EDIVAN DA SILVA	FAZ 03 DE OURO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
39	EDMILTON SALES GONDIM	FAZENDA MARACANA	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
40	EDMIR CORDEIRO DE MELO	FAZENDA BALA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
232	ELOISA PAES DA SILVA	FAZ EMPRESA	REGIÃO DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
249	ESPÓLIO DE JOSÉ VAZ DA SILVA	FAZ. SÃO JOSÉ	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
56	ESTÁCIO PEREIRA DE MELO FILHO	FAZENDA COLORADO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
63	FRANCISCO DE ASSIS PINTO	FAZENDA SERRINHA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
76	IDELFONSO GARCIA LOPES	FAZENDA SÃO SEBASTIÃO	REGIÃO DA VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	SIM
276	JAQUELINE MAGALHÃES LIMA	FAZENDA RECIFE	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
93	JOÃO CAVALCANTE MOTA	FAZENDA INDEPENDÊNCIA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
103	JOSÉ ANTÃO DE SALES	FAZENDA BOUQUEIRÃO DA LUA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
107	JOSÉ AUZENIR CRUZ LIMA	FAZENDA ALVORADA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
108	JOSÉ BRANDÃO DO NASCIMENTO	FAZENDA UBERLÂNDIA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
109	JOSÉ COSTA DE ALBUQUERQUE	FAZENDA FORTUNA	REGIÃO DO SURUMU	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	SIM
115	JOSÉ LEITE PEREIRA	FAZENDA SÍTIO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM

	UBERABA							
123	JOSÉ SOARES CRUZ	FAZENDA SANTA TEREZA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	SIM
126	JOSÉ VIEIRA DE BULHÕES	FAZENDA JAPAGUÁ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
309	MANOEL EVANGELISTA DIAS	FAZENDA CASCAVEL	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
149	MÁRIO JORGE CORRÊA DE MELO	FAZENDA CEDRO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
151	NAIR SBARINI	FAZENDA ROSA BRANCA	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
162	OVÍDIO DE MELO LIRA	FAZENDA IMBAÚBA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
323	PEARLY DE ARAÚJO LIMA	FAZENDA CAMPO ALEGRE	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
170	RAIMUNDO R. PINHEIRO DE SOUZA (ind.junho-05)	FAZENDA SANTA MARIA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
180	SEBASTIÃO CRUZ LIMA	FAZENDA MENSOLQ	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	SIM
338	VALTER PEREIRA DA SILVA	FAZENDA PILÃO (Subjudeia Informações CIR FL. 9027-44º VOL)	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	2.000,00	NÃO
198	WILSON ALVES BEZERRA	FAZENDA SANTA APARECIDA	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2.000,00	SIM
37	EDMILSON CORDEIRO DE MELO	FAZENDA GUARIBA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.000,00	SIM
44	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA RESERVA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	2.000,00	SIM
282	JOAQUIM CORREA DE MELO	FAZENDA CARACARANÁ	LAGO DO CARACARANÁ	NORMANDIA	RR	PROP.	2.000,00	NÃO
24	CÍCERO JORGE DA COSTA	FAZENDA TEMEREM	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.800,00	SIM
328	RAIMUNDO DE JESUS CARDOSO SOBRINHO	FAZENDA NOVA ESPERANÇA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	TD	1.800,00	NÃO
145	MARIA DA C. DE SOUZA VIEIRA	FAZENDA SANTA FÉ	REGIÃO DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1.740,00	SIM
69	GENINOS LEITE PEREIRA	VILA MAÇARICO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.600,00	SIM
315	MARIA TEREZA COSTA DE MAGALHÃES	FAZENDA TATU	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.600,00	NÃO
47	ELZA PARACAT COSTA	FAZENDA VIZELA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.600,00	SIM
94	JOÃO GUALBERTO SALES	FAZENDA CARINABU	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.547,38	SIM
6	ADEMAR ARAÚJO	FAZENDA SONHO DOURADO	LINHA SECA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
14	ANTONIO LEITE DE OLIVEIRA	FAZENDA TRÊS LAGOAS	REGIÃO DO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
25	CLAUDIA DE MELO OLIVEIRA FERREIRA	FAZENDA NOVO HORIZONTE	TREVO CARACARANÁ E NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM

155

255	IVALDO DA SILVA PEREIRA	FAZ. SERRA VERDE	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1.500,00	NÃO
66	FRANCISCO PEIXOTO FILHO	FAZENDA CRAVINA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
99	JOSÉ ADELSON PEIXOTO SOARES	FAZENDA ITALÂNDIA	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
132	LÉLIA DE ARAÚJO COSTA	FAZENDA JACITARA	XUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
155	ODILIO DE ARAÚJO COSTA	FAZENDA JACITARA	XUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
	RAIMUNDO DE JESUS CARDOSO							
327	SOBRINHO	FAZENDA UNIÃO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	NÃO
189	TELÇIO MOTA DE OLIVEIRA	FAZENDA FORTALEZA	REGIÃO DO MÉDIO MAU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.500,00	SIM
271	IRENI FELÍCIO DA SILVA	FAZENDA NOVA ILUSÃO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.400,00	NÃO
277	JOÃO BATISTA REBOUÇAS	FAZENDA BRASILEIRA	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1.400,00	NÃO
289	JOSÉ VIEIRA DE ALBUQUERQUE	FAZENDA NITEROI	REGIÃO DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	PROP.	1.400,00	NÃO
281	JOÃO RIBEIRO PERES	JOTA ERRE	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.396,80	NÃO
27	CLEICE GUEDES DA PAIXÃO	FAZENDA NATAL	REGIÃO DO BAIXO TUCUTUB	NORMANDIA	RR	POSSE	1.200,00	SIM
228	EDMILTON DAS NEVES BANANEIRA	FAZ. SÃO BORJA	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1.200,00	NÃO
100	JOSÉ AFONSO LIMA CRUZ	FAZENDA NAMBI	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.200,00	SIM
171	RAIMUNDO NONATO LEDA DOS SANTOS	FAZENDA SÍTIO SÃO RAIMUNDO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	1.200,00	SIM
193	VALMIR GONÇALVES DE OLIVEIRA	FAZENDA JACARÉ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.199,64	SIM
274	IVALCIR CENTENARO	FAZENDA IEMANJÁ,						
18	ARIETE LEITE PINHO	MILAGRE E REALEZA	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO	1.123,00	NÃO
215	ARISTON LEITE PEREIRA	FAZENDA CAFÉ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
29	COSME ROSAS	FAZ. CRUZEIRO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	NÃO
	Esplô de LUIS VANDERLAN LEITE PEREIRA	FAZENDA MANGA BRAVA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
54	PEREIRA	FAZENDA SÍTIO SÃO SEBASTIÃO						
73	GUARACY DE PINHO CRUZ	FAZENDA ARATANHA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
89	JESUS NAZARENO SOUZA CRUZ	FAZENDA AVIAQUARIA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
90	JESUS NAZARENO SOUZA CRUZ	FAZENDA SERRINHA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
91	JOÃO ALVES DA SILVA	VILA ÁGUA FRIA	VALA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1.000,00	SIM
117	JOSÉ MILTON DE SOUZA LIMA	FAZENDA SANTA CLÁUDIA						
131	LALY DE OLIVEIRA LIRA	FAZENDA MANGUEIRA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
308	MANOEL CARVALHO NETO	FAZENDA REALEZA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	SIM
			VILA DOS MILAGRES	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	NÃO

172	REGINA PEREIRA LIMA	FAZENDA LAGO DA VIDA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00	156	SIM
174	RICARDO ALVES PEIXOTO	FAZENDA DIAMANTE NEGRO	BURITIZAL GROSSO	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00		SIM
179	SEBASTIÃO CAMELO DE MELO	FAZENDA MANAPURU	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	1.000,00		SIM
82	ITAMAR GOMES BEZERRA	FAZENDA SÍTIO MIRIAÇU	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	PROP.	1.000,00		SIM
175	ROBERTO JOSÉ COSTA NETEO	FAZENDA MARAVILHA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	999,59		SIM
181	SEBASTIÃO DA SILVA LEITE	FAZENDA CAMPO VERDE	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	950,00		SIM
253	ESPÓLIO DE RAIMUNDO MAGALHÃES LIMA	FAZ. 22 DE MAIO	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	913,00		NÃO
5	ADELZIRO PEREIRA DE LIMA	FAZENDA YARA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	900,00		SIM
60	FRANCISCO DAS CHAGAS ESBELL	FAZENDA SÍTIO FELICIDADE	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	900,00		SIM
326	RAIMUNDA ALEXANDRE PINHO	FAZENDA IRACEMA (SÍTIO)	COMUNIDADE DO CHUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	900,00		NÃO
111	JOSÉ FÉLIX CORREA	FAZENDA CASA VERDE	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	847,30		SIM
42	ELADIO MATOS MARTINS	FAZENDA NOVO PARAÍSO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	700,00		SIM
333	SÉRGINA MARIA OLIVEIRA DE LIMA	SÍTIO QUIXERÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	700,00		NÃO
217	CARLOS ALBERTO BATISTA DA SILVA	SÍTIO SANTA LUZIA	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	600,00		NÃO
168	RAIMUNDO GOMES DA SILVA	FAZENDA SÍTIO ÁGUA BRANCA	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	600,00		SIM
114	JOSÉ FIGUEIREDO	FAZENDA ARAÚ	RIO MAU	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	564,00		SIM
163	PATROCINA TRAJANO DE SOUZA	FAZENDA CEARAZINHO	GLEBA CARACARÁ	NORMANDIA	RR	POSSE	510,18		SIM
220	CELINA SOARES CARDOSO	FAZENDA AMAZONAS	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	500,00		NÃO
106	JOSÉ AUDI TEIXEIRA JÚNIOR	FAZENDA SÍTIO MIRAMUA	COMUNIDADE LINHA SECA-PROXIMO	NORMANDIA	RR	POSSE	500,00		SIM
105	JOSÉ AUDI TEIXEIRA JÚNIOR	FAZENDA TRÊS IRMÃOS	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	500,00		SIM
150	MOADIR LUCENA DE MELO	FAZENDA NOVO ORIENTE	BAIXO SURUMU	NORMANDIA	RR	POSSE	500,00		SIM
183	SEBASTIÃO GOMES CARIOCA	FAZENDA CAMUCIM	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	500,00		SIM
201	ADOLFO ESBELL	FAZENDA MANGA BRABA	ME IGARAPÉ BRABA	NORMANDIA	RR	POSSE	320,00		NÃO
33	DEOLINDA DE OLIVEIRA PEIXOTO	FAZENDA NOVA MORADA (FORRÓ)	REGIÃO CENTRAL DO TACUTU	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00		SIM
41	ELADIO MATOS MARTINS	FAZENDA JACÓ	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00		SIM

157

62	FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA	FAZENDA SÃO FRANCISCO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
77	IDELMO DE PINHO RODRIGUES	FAZENDA ÁGUA DOCE	ESTRADA DA BALA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
102	JOSÉ ANDRADE PEIXOTO	FAZENDA FIDEL CASTRO	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
186	SÉRGIO DA COSTA MANDUCA	FAZENDA SÍTIO MONTE CLARO	IGARAPÉ JURUAQUIM	NORMANDIA	RR	POSSE	300,00	SIM
83	IVETA DE SOUZA LIMA	FAZENDO SÍTIO MANJA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	299,00	SIM
8	AFONSO NIVALDO DE SOUZA	FAZENDA PADRE CIDERO II	COMUNIDADE LINHA SECA - PRÓXIMO	NORMANDIA	RR	POSSE	250,00	SIM
121	JOSÉ PEREIRA DE LIMA	FAZENDA MAMOTA	MAMOTA	NORMANDIA	RR	POSSE	250,00	SIM
163	NEUBEM PEIXOTO DOS SANTOS	FAZENDA SÍTIO SANTA FÉ	LINHA SECA	NORMANDIA	RR	POSSE	250,00	SIM
213	ANTÔNIO FERREIRA	SÍTIO CANINDÉ	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	200,00	NÃO
233	ENE MOTA PEREIRA	FAZ. URUCANIA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	200,00	NÃO
85	JAIR PEIXOTO SOARES	FAZENDA MANGUÁRIO	MALOCA CHUMINA	NORMANDIA	RR	POSSE	200,00	SIM
86	JAIRISON VIEIRA	FAZENDA SÍTIO FELICIDADE	CARACARÁ	NORMANDIA	RR	POSSE	200,00	SIM
336	TEIAMA MARIA SOARES DA SILVA	SÍTIO BELA VISTA	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	175,00	NÃO
212	ANTÔNIO CIRILO GOMES	FAZ. CAXIAS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	160,00	NÃO
285	JOSÉ ALVES RIBEIRO	FAZENDA UNIÃO	FRONTEIRA COM A VENEZUELA	PACARAÍMA	RR	POSSE	160,00	NÃO
298	LEIRY DA SILVA FIGUEIRA	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAÍMA	RR	POSSE	160,00	NÃO
137	LUCINEIDE LEAL DOS SANTOS	FAZENDA SÍTIO BARRO BRANCO	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE	150,00	SIM
154	NILDO MEDEIROS GUEDES	FAZENDA SÍTIO BOM JARDIM	BAIXO TACUTU	NORMANDIA	RR	POSSE	150,00	SIM
184	SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	FAZENDA HAVAIANA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE	150,00	SIM
291	JOSÉ WILSON DE SOUZA BRAGA	JESUS ME DEU	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	132,00	NÃO
177	RUI RAMIRO	FAZENDA SÍTIO RAMIRO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	125,00	SIM
283	JOEL DE SOUZA CORTES	FAZENDA MURIRU	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	100,19	NÃO
334	SEVERIANO BRAGA DE MORAES	FAZENDA SÍTIO LAGO VERDE	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	PROP.	100,00	NÃO
343	IRENE ALMEIDA DE SOUZA	SÍTIO 4 IRMÃOS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	80,00	PENDENTE
288	JOSÉ RIBAMAR GOMES DA SILVA	FAZ 03 IRMÃOS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	80,00	NÃO
339	VANDERLER LUCINO DA SILVA	SÍTIO ESTRELA DALVA	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	80,00	NÃO

312	MARIA FRANCISCA PEIXOTO	SÍTIO CAUAITÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	60,00	NÃO
348	ROBERTO CARLOS LUIZ DE SOUZA	FAZENDA SÍTIO PADRE CÍCERO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	60,00	PENDENTE
214	ANTONIO ROCHA CAVALCANTE	SÍTIO EL SHADAI	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	50,00	NÃO
118	JOSÉ OLIVEIRA RAMOS	FAZENDA SÍTIO DEUS ME DEU	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	50,00	SIM
224	DEUDEDITH DA SILVA	FAZ. VOLTA REDONDA	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	40,00	NÃO
235	ERONILDO RIBEIRO DA SILVA	SÍTIO BOM ESTAR	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	40,00	NÃO
301	LUCAS CADENA RUEDA	SEM DENOMINAÇÃO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	40,00	NÃO
337	VALDECI FRANCISCO DA SILVA	SÍTIO DOS AMIGOS	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	40,00	NÃO
49	ELIZIO PINHO PEREIRA	FAZENDA PLACA	CONTÃO	NORMANDIA	RR	POSSE	38,00	SIM
4	ADELMAR ALVES DOS REIS	FAZENDA CASA ROSADA	COLÔNIA MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	35,00	SIM
187	SINÉZIO FRANÇA	SÍTIO CAMPO VERDE	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	15,00	SIM
265	FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA	SÍTIO RODRIGUES	COLÔNIA MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	12,00	NÃO
329	RAIMUNDO NATAL SOUZA	SÍTIO BURITI	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	10,00	NÃO
226	DOMINGOS BRAGA DA SILVA	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAÍMA	RR	POSSE	9,42	NÃO
287	JOSÉ COSTA DE ALBUQUERQUE	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	7,00	NÃO
152	NAZARENO DE SOUZA LIMA	FAZENDA SÍTIO MANJÁ II	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	5,12	SIM
104	JOSÉ ARAÚJO	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	4,50	SIM
280	JOÃO NETO FIGUEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	4,00	NÃO
1173	REGINALDO BEZERRA PEREIRA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	3,00	SIM
267	HILDA PEREIRA DA SILVA	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	2,00	NÃO
209	ANTONIA RODRIGUES DOS SANTOS	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1,50	NÃO
260	FRANCISCO DA SILVA PEREIRA	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,50	NÃO
1313	MARIA GOMES	SÍTIO PLANADA ALTO						
21216	CACILDA BRASIL	COTINGO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,50	NÃO
3	ADALBERTO DE SOUZA RIBEIRO	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,25	NÃO
7	ADEUVALDO CAVALCANTE PEREIRA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
13	ANTONIO EDMAR SOARES XAVIER	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
15	ANTONIO OLIVEIRA DE SOUSA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
17	ANTONIO RODRIGUES FILHO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
20	BERNARDO HENRIQUE DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM
21	CAMILO LUIZ DE PINHO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	SIM

26	CLEDIONIR VELOSO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	159	SIM
28	CLORISVAM BARROS DA SILVA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
31	DAMIAO ARAUJO ASSUNÇÃO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
34	DEROCI BRITO ARAUJO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
231	ELIUMARA BARROS PEREIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1,00		SIM
52	ERCLIA DE SOUZA SILVA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		NÃO
57	EUDES DAMASCENO ROSAS	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
58	EVALDO DE LIMA RIBEIRO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
61	FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
64	FRANCISCO JOÃO RIBEIRO DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
65	FRANCISCO PAULO COSTA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
67	FRANCISCO TOME DE SOUZA NETO	VILA DO MUTUM	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
68	GASPAR BARBOSA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
70	GERALDO LEITE ARAUJO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
74	HERCULANO DOS SANTOS GOMES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
79	IGREJA CATÓLICA APOSTÓLICA	IGREJA	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
78	BRASILEIRA	IGREJA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
80	BRASILEIRA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
81	IRIS LIMA DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
87	ITAMAR CALLERI DA SILVA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
92	JEMINE PEREIRA DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
95	JOÃO CARDOSO DE ANDRADE	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
96	JOÃO OZIRIES AYRES DO NASCIMENTO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
99	JOICE KING	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
101	JOSÉ ALVES RODRIGUES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
110	JOSÉ DA SILVA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
113	JOSÉ FIGUEIREDO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
116	JOSÉ MARIA GALVÃO LOPES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
125	JOSÉ VIEIRA DE ALBUQUERQUE	NÃO INFORMADO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
127	JURANDIR DOS SANTOS LEAL	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	1,00		SIM
128	JURANDIR LEANDRO DE OLIVEIRA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
129	JURANDIR LOPES DE OLIVEIRA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM

130	KÁTIA CILENE ARAÚJO MACÊDO	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00	160	SIM
134	LÍDIA RABELO FRANCA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
135	LINDOLFO COELHO DE LIMA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
136	LOURIVAL VIEIRA DE SOUSA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
139	LUÍZ ALMIR FERREIRA SALES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
141	MANOEL MOREIRA TERÇO	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
144	MARIA CONSOLATA LIMA DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
146	MARIA DOS MILAGRES DOS SANTOS ALVES	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
161	OTACÍLIO FRANCISCO DE SENA	NÃO INFORMADO	COLÔNIA DO MIANG	PACARAÍMA	RR	POSSE	1,00		SIM
166	RAIMUNDO DIAS DOS REIS	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
167	RAIMUNDO FREITAS DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
169	RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
178	SEBASTIÃO ANTONIO DA LUZ	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
182	SEBASTIÃO DANIEL LOPES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
185	SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
188	TATIANY DA SILVA AMARAL	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
196	WAGNER MAGALHÃES HOTH	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
197	WILHAMS MOREIRA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
11	ALTINA BRASIL	NÃO INFORMADO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	1,00		SIM
210	ANTONIO	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
211	ANTONIO ALMEIDA LIMA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
19	BERNARDETH SALUSTIANO RODRIGUES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
218	CASA CLUBE DE MÃES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
223	CLOVIS PEREIRA COSTA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
36	DINA SAMPAIO DE MORAES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
230	ELENY ROTH DA LUZ	VILA DO MUTUM - solicita revisão dos valores no dossiê vol. 57	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50		NÃO
75	HIPERION OLIVEIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
268	IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		NÃO
84	JAIR DA SILVA FIGUEIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAÍMA	RR	POSSE	0,50		SIM
88	JESUS BRASIL DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50		SIM

98	JORGE FIGUEIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	161
112	JOSÉ FERNANDES DE FREITAS	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
120	JOSÉ PEREIRA BENFICA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
124	JOSÉ VIEIRA DE ALBUQUERQUE	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
133	LEODINARDO BECKMAN MAFRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
138	LUCIVAN RODRIGUES DOS SANTOS	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
143	MÁRCIO SEVERIANO SAMPAIO DE MORAES	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
147	MARILZA FEITOZA RODRIGUES	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50	SIM
156	OLINDO SOUZA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
160	OSVALDO COSTA D'ALMEIDA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
164	PAULO CÉSAR PINTO DE AZEVEDO CRUZ	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,50	SIM
176	ROMANA DOS SANTOS	NÃO INFORMADO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50	SIM
335	SEVERINA BRASIL DA SILVA	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,50	NÃO
311	MARIA DA CRUZ GONÇALVES DE SOUZA	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,40	NÃO
279	JOÃO FREIRE DOS SANTOS	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,39	NÃO
263	FRANCISCO GUILHERME FERREIRA	LOTE URBANO	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,32	NÃO
266	FRANCISCO SOARES PEIXOTO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,30	NÃO
248	ESPÓLIO DE JOSÉ DO MONTE CARNEIRO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,24	NÃO
278	JOÃO DO MONTE CARNEIRO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,21	NÃO
261	FRANCISCO DAS CHAGAS FIGUEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,18	NÃO
228	EDMILTON DAS NEVES BANANEIRA	LOTE URBANO	COMUNIDADE CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,16	NÃO
310	MANOEL VALCÁCIO DE SOUZA	LOTE URBANO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,16	NÃO
222	CIZIMAR ADELINO DA SILVA	LOTE URBANO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,14	NÃO
299	LEONILSON VIEIRA PORTO	LOTE URBANO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	0,12	NÃO
332	SANDOVAL SOUZA DE ARAÚJO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,10	NÃO
303	LUIS DE SOUZA BRASIL	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,10	NÃO
206	ALDENORA DOS SANTOS	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,08	NÃO
262	FRANCISCO DE ASSIS DA COSTA E SILVA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,08	NÃO
259	FRANCISCO CARLENILSON ALVES	LOTE URBANO	REGIÃO DO CONTÃO	PACARAIMA	RR	POSSE	0,07	NÃO
RODRIGUES								162
318	MAURO DOS SANTOS OLIVEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,07	NÃO
330	RUDSON SILVEIRA PINHO	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,07	NÃO
316	MARLENE NICACIO DA SILVA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,05	NÃO
306	LUÍZ RODRIGUES DOS SANTOS	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,03	NÃO
208	ANA CARLA PEREIRA FIGUEIRA	LOTE URBANO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	0,01	NÃO
290	JOSÉ WILSON DA SILVA	FAZENDA SÍTIO SÃO JOSÉ	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
293	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO JAQUIRI	MD ESTRADA BV/1 NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
294	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO PASSARÃO	MD ESTRADA BV/1 NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO

295	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO COLORADO	MD ESTRADA BV8/ NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
296	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA- RETIRO ESPERANÇA	MD ESTRADA BV8/ NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
297	LAWRENCE MANLY HARTZ	FAZENDA MANGA BRAVA - RETIRO JAUARY	MD. ESTRADA BV8/NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	0,00	NÃO
203	AGMON PATROCÍNIO DA COSTA	FAZENDA PRIMAVERA DO MAU	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO		NÃO
319	NATALÍCIO MAYER	FAZENDA CONCEIÇÃO DO MAU	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	ARRENDATÁRIO		NÃO
2	ADACIR JOSE TOMKELSKI	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
341	ALEXANDRE JADSON PINHEIRO SOUSA	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		PENDENTE
207	ALTAMIR LIRA DE QUEIROZ	FAZENDA NOVA AMIZADE	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE		NÃO
12	ANSELMO DE OLIVEIRA MATOS	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
202	ARGENTINA BATISTA DUTRA	LOTE URBANO	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
22	CANDECE KAREN LUIS VERAS	FAZENDA MIAMI	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE		SIM
23	CASSIMIRO MANOEL DE ARAUJO NETO	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
219	CEDADER - Convenção do Estado de RR	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
221	CÍCERO (PASTOR)	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO
35	DEUSEDITH DA SILVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
43	ELIAS DE ARAUJO FERREIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE		SIM
50	EMILIA SALES DA SILVA	FAZENDA MANGA BRAVA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
238	ESPOLIO DE HUMBERTO DA SILVA MOTA	FAZ. LILÁS	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
53	ESPOLIO de JAIR ALVES DOS REIS	FAZENDA ARAI	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
239	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. SÃO JORGE	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
240	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. SANTA LUZIA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
241	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. BANANAL	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
242	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. MARICO	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
243	ESPOLIO DE JAIR ALVES DOS REIS	FAZ. NATAL	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO

245	ESPÓLIO DE JOÃO RAIMUNDA DA SILVA	FAZ. SÃO JOÃO	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE	164	NÃO
244	ESPÓLIO DE JOÃO RAIMUNDO DA SILVA	FAZ. CAMPO GRANDE	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO
246	ESPÓLIO DE JOÃO RAIMUNDO DA SILVA	FAZ. CAMPO ALEGRE	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO
250	ESPÓLIO DE LEVINO INACIO DE OLIVEIRA	FAZ. SUAPI	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO
55	ESPÓLIO de MANOEL JOAQUIM DE MORAES	FAZENDA BANDEIRA BRANCA	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE		NÃO
237	ESPÓLIO DE MERCIAIS DO NASCIMENTO SOUZA	FAZ. IGARAPÉ AZUL	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE		SIM
254	Evaldo da Silva Pereira	VILA SURUMU	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE		NÃO
59	EXPEDITO DE OLIVEIRA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO
256	FAZENDA ELDORADO	FAZ. ELDORADO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
257	FAZENDA SÃO JOÃO	FAZ. SÃO JOÃO	EST. PLACA VILA UIRAMUTÁ	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO
258	FERNANDO GOMES DOS SANTOS	VILA DO MUTUM	EST. PLACA VILA UIRAMUTÁ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
342	FRANCINEIA LIMA DA SILVA	FAZENDA SÍTIO MANUA III	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
264	FRANCISCO MONTEIRO DE ASSIS	FAZENDA QUEM	NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR	POSSE		PENDENTE
71	GERALDO VIEIRA DE SOUZA	VILA DO MUTUM	REGIÃO DA SERRA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
72	GILMAR ARAÚJO VIANA	VILA SOCÓ	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
270	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		SIM
269	IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS	VILA ÁGUA FRIA	VILA DA ÁGUA FRIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
344	IVANIA CILENE FRANCISCO	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
97	JORGE ANDRADE DE LIMA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		PENDENTE
284	JOSÉ ALVES CRISPIM	FAZENDA NASCENTE	NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE		SIM
286	JOSÉ BATISTA NETO	FAZENDA IBAMADAIA	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
345	JOSÉ PASSOS DE SOUZA	NÃO INFORMADO	NÃO INFORMADA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		NÃO
122	JOSÉ SARAIVA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE		PENDENTE
300	LINDBERG ALVES DE LIMA	FAZENDA NOVA VIDA	RAPOSA	NORMANDIA	RR	POSSE		SIM
		FAZENDA FAZENDINHA	NÃO INFORMADA	PACARAIMA	RR	POSSE		NÃO

302	LUCIANO COSTA BONFIM	FAZENDA ARAÇATUBA	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	165
140	LUIZ ROBSON ROTH DA LUZ	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
142	MANOEL RUFINO	FAZENDA CAXIRIMA	UIRAMUTÁ	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
314	MARIA LUIZA PEREIRA	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	SIM
317	MARTA GENY COSTA	LOTE URBANO	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
346	NÃO IDENTIFICADO	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
157	OLINDO SOUZA	FAZENDA CAUÁ	NORMANDIA	PACARAIMA	RR	POSSE	PENDENTE
165	PAULO JOSÉ DOS SANTOS	VILA SOCÓ	VILA DO SOCÓ	NORMANDIA	RR	POSSE	SIM
347	PEDRO CORREIA DE ARAÚJO FILHO	VILA SURUMU	VILA DO SURUMU	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
324	PEDRO LUIZ DOS SANTOS FONSECA	VILA DO MUTUM	VILA DO MUTUM	PACARAIMA	RR	POSSE	PENDENTE
325	PIAUI	VILA SURUMU	VILA DO MUTUM	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	NÃO
331	RUTH BARICELLI	NÃO INFORMADO	VILA DO SURUMU	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
190	TELMA KING	FAZENDA CARNÁ	COLONIA DO MIANG	PACARAIMA	RR	POSSE	NÃO
195	VILSON PAULO MOLINARI	FAZENDA SANTA LUZIA DO MAU	NORMANDIA	UIRAMUTÁ	RR	POSSE	SIM
9	ALUIZA VALERIA PARACAT COSTA	FAZENDA LAGOA 3 IRMÃOS	ESTRADA DE NORMANDIA	NORMANDIA	RR	POSSE	SIM
247	ESPÓLIO DE JOAQUIM RIBEIRO PERES	FAZ. CONCEIÇÃO DO MAU	RAPOSA	NORMANDIA	RR	PROP.	SIM
321	OLGA FORTES	FAZENDA PRIMAVERA	MD DO RIO TACUTU	NORMANDIA	RR	PROP.	NÃO
			NÃO INFORMADA	NORMANDIA	RR		NÃO

Rosber Neves Almeida

De: iliojr [iliojr@terra.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 12 de março de 2008 10:30
Para: Rosber Neves Almeida
Assunto: Artigo Gen Monteiro

ESCLARECIMENTO

Em relação ao noticiado na imprensa, sobre a visita do Ministro Extraordinário para Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, informamos que o Exército Brasileiro (EB) está presente em Roraima, cumprindo missão constitucional, quer seja em operações de presença ou de patrulhamento da fronteira, quer seja na realização de obras, ou na orientação educacional para a prática salutar da cidadania, dever de todos os brasileiros.

Conforme o artigo 142 da Constituição de 1988, somos destinados à defesa da Pátria, o que nos obriga a estar presente em todos os pontos do território nacional.

Em relação às Terras Indígenas, o Decreto Presidencial, nº 4412, de 07 Out 2002, estabelece que as Forças Armadas têm liberdade de trânsito e acesso às mesmas, sem depender de autorização. É claro que os militares respeitam estritamente as leis vigentes e o estado de direito.

Antes da visita da comitiva foi informado pelo Chefe de Gabinete do Ministro, que nenhuma autoridade estadual ou federal, poderia participar da reunião com as lideranças no Surumu. Tal fato causou estranheza não apenas aos militares do EB, mas também a alguns dos principais líderes políticos locais que haviam demonstrado interesse em participar.

O Comando da Brigada acredita que os assuntos a serem tratados naquele momento seriam do interesse do EB. A exclusão foi uma atitude equivocada, cabendo-nos lamentar, uma vez que nos parece própria de pessoas descompromissadas com o Brasil.

Maior repulsa causou essa decisão, ao sermos informados por moradores indígenas da região, de que estrangeiros representantes de ONG, participaram de outras reuniões realizadas no mesmo local.

Estivemos presentes, sim, na Vila Surumu, com tropa em missão de segurança de voo da autoridade de um Ministro de Estado e de uma aeronave militar do Exército Brasileiro.

Finalmente, o Exército Brasileiro é composto por todos os segmentos representativos da sociedade, independente de raça, credo ou cor, e um fiel cumpridor de sua missão constitucional,

EXÉRCITO BRASILEIRO. BRAÇO FORTE, MÃO AMIGA.

Agora, o Governo Federal, lamentavelmente, começou de maneira truculenta a referida operação.

Hoje, o Governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, deve se encontrar com o Ministro da Justiça para tentar uma solução pacífica até que haja o julgamento final do Supremo Tribunal federal.

Embora descrente da sensibilidade deste Governo em relação ao meu Estado, endosso a tentativa do Governador em buscar uma saída digna e pacífica para aqueles brasileiros e brasileiras que têm pago um alto preço por guardarem as nossas fronteiras com seus próprios recursos, sua saúde e suas vidas.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevada consideração.

Respeitosamente,



Senador MOZARILDO CAVALCANTI

Ofício nº. 053/2008/GSMCAV

Brasília, 03 de abril de 2008

Senhor Presidente da República,

Em 2003, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, por orientação do Líder do Governo na Câmara, Deputado Aldo Rebelo, depois Ministro das Relações Institucionais, por intermédio de Comissões Temporárias Externas (a do Senado Presidida por mim), produziram relatórios circunstanciados, após visita e discussões locais, sugerindo uma demarcação justa e harmoniosa para a Reserva Raposa Serra do Sol.

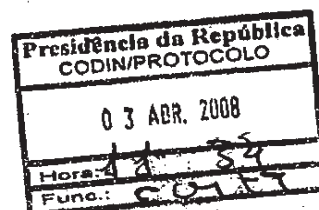
Em 2005, Vossa Excelência, ignorando ambas as Comissões e seus relatórios, homologou a demarcação administrativa da Reserva de forma diferente, contrariando a opinião de mais de 500 (quinhentas) famílias não índias (a maioria miscigenada), bem como a maioria das etnias lá residentes.

Ainda em 2005, foi constituída, mediante o Requerimento nº 349, de 2005-SF, uma CTE do Senado Federal, por mim presidida e composta pelos Senadores Augusto Botelho e Wirlande da Luz, que percorreu a região e avaliou os reflexos do Decreto Presidencial aconselhando a sua revisão.

Em 31 de agosto de 2007, ante a ameaça de operação da FUNAI (UPATAKON III) com uso da Polícia Federal, fui designado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Senado Federal, para vistoriar a área e auscultar os proprietários a serem excluídos da Reserva demarcada. O trabalho foi realizado em conjunto com uma Comissão da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e o relatório encaminhado, em versão preliminar, a Vossa Excelência, registrando, segundo dados da FUNAI, a existência de 348 propriedade a serem desocupadas e, conforme dados do INCRA, 198 famílias indenizadas e 131 famílias reassentadas.

Considerando que os proprietários, a maioria deles famílias centenárias ali residentes, ou foram indenizados injustamente (com laudos feitos unilateralmente), a maioria não recebeu indenização e os que receberam não estão reassentados ou o foram de forma indigna e desumana, solicitamos àquela época a sustação da OPERAÇÃO UPATAKON III a ser realizada pela Polícia Federal, até que todas as situações fossem resolvidas dentro da Lei e do respeito à dignidade humana.

Ao Excelentíssimo Senhor
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República Federativa do Brasil
Palácio do Planalto
Brasília – DF



CIR diz que arroteiros só não saem se não houver policial macho

Da Redação

A ganância de agricultores brancos é a razão apontada pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR) para o agravamento da disputa entre índios e arroteiros na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Segundo o coordenador-geral do CIR, índio macuxi Dionito José de Souza, desde a homologação da Terra Indígena em maio de 2005, os índios representados pelo CIR aguardam ansiosos a retirada dos brancos. Uma espera que já dura três anos e gera uma súplica para que a Polícia Federal não recue da operação de desintrusão.

- Se ela (a PF) veio para fazer o trabalho, com o dinheiro da nação empenhado, e o Estado brasileiro reconheceu o direito dos povos indígenas, vai ter que cumprir esse papel.

Agora os arroteiros, acrescentou Souza, só não saem da Raposa Serra do Sol "se não tiver policial macho no Brasil". Mas independentemente da ação da PF, o representante do CIR avisa que os índios saberão reagir diante de qualquer agressão por parte daqueles que insistem em permanecer na área homologada.

- Agüentamos muito tempo com paciência, mas não vamos aceitar ver índio tombar de graça.

Segundo o conselho, vivem na área de 1,7 milhão de hectares 18.992 índios divididos em 194 aldeias. Mas nem todos defendem a retirada dos arroteiros. Aproximadamente um terço deles, pelos cálculos do CIR, participam de associações dissidentes ligadas aos agricultores.

ONU aprova Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas

O documento, aprovado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), é uma arma importante para a defesa dos direitos dos povos indígenas em todo o mundo. Nele são colocados direitos como a participação política; à terra, aos territórios e aos recursos naturais; ao consentimento previo, livre e informado; às normas não escritas que regem internamente a vida das comunidades indígenas; o direito de propriedade intelectual.

Este encarte é uma forma de divulgar a Declaração, grande conquista para os povos e para todos que contribuem com a causa indígena. Faça dele um instrumento eficaz. Leia, informe-se e passe as informações à frente. A escola, a roda de conversa informal, as reuniões em associações e organizações são espaços onde os temas aqui tratados podem e devem ser debatidos.

Boa leitura!

Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas

Nações Unidas, 13 de setembro de 2007
Sexagésimo período de sessões
Tema 68 do Programa
Informe do Conselho de Direitos Humanos

A Assembleia Geral:

Guiada pelos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, e a boa fé no cumprimento das obrigações assumidas pelos Estados de acordo com a Carta;

Afirmando que os povos indígenas são iguais a todos os demais povos e reconhecendo ao mesmo tempo o direito de todos os povos a ser diferentes, a considerar-se a si mesmos diferentes e a ser respeitados como tais;

Afirmando também que todos os povos contribuem na diversidade e riqueza das civilizações e culturas, que constituem o patrimônio comum da humanidade;

Afirmando que todas as doutrinas, políticas e práticas baseadas na superioridade de determinados povos ou pessoas, ou que a propaguem, adicionando razões de origem nacional ou diferenças raciais, religiosas, étnicas ou culturais racistas, cientificamente falsas, juridicamente inválidas, moralmente condenáveis e socialmente injustas;

Reafirmando também que no exercício de seus direitos, os povos indígenas devem estar livres de toda a forma de discriminação;

Preocupada pelo fato de que os povos indígenas tenham sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e inalienação de suas terras, territórios e recursos impedindo-os de exercerem em particular seus direitos ao desenvolvimento em conformidade com suas próprias necessidades e interesses;

Reconhecendo a urgente necessidade de respeitar e promover os direitos intrínsecos dos povos indígenas, que derivam de suas próprias estruturas políticas, econômicas e sociais e de suas culturas, de suas tradições espirituais, de sua história e concepção de vida, especialmente os direitos às terras, aos territórios e recursos;

Reconhecendo, sobretudo a urgente necessidade de respeitar e promover os direitos dos povos indígenas assegurados em tratados, acordos e outros pactos construtivos com os Estados;

Celebrando que os povos indígenas estejam se organizando para promover seu desenvolvimento político, econômico, social e cultural, com o objetivo de pôr fim a todas as formas de discriminação e opressão onde quer que ocorram;

Convicto de que o controle pelos povos indígenas dos acontecimentos que os afetam, a eles e suas terras, territórios e recursos os permitirão manter e reforçar as suas instituições, culturas e tradições e promover seu desenvolvimento de acordo com as suas aspirações e necessidades;

Reconhecendo também que o respeito dos conhecimentos, das culturas e das práticas tradicionais indígenas contribuem para o desenvolvimento sustentável e equitativo e o ordenamento adequado ao meio ambiente;

Destacando a contribuição da desmilitarização das terras e territórios dos povos indígenas para a paz, o progresso e o desenvolvimento econômico e social, a compreensão e as relações de amizade entre as nações e os povos do mundo;

♦ Reconhecendo em particular, o direito das famílias e comunidades indígenas em seguir compartilhando a responsabilidade pela criança, a formação, a educação e o bem estar de seus filhos, em coordenação com os direitos da criança;

Considerando que os direitos firmados nos tratados, acordos e soluções construtivas entre os Estados e os povos indígenas são, em algumas situações, objeto de preocupação, interesse, responsabilidade e caráter internacionais;

Considerando também que os tratados, acordos e demais soluções construtivas, e as relações que estes representam, servem de base para o fortalecimento das associações entre os povos indígenas e os Estados;

Reconhecendo que a Carta das Nações Unidas, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos, assim como a Declaração de Viena e o programa de Ação, afirmam a importância fundamental do direito de todos os povos, à livre determinação, em virtude da qual estes decidem livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural;

Tendo presente que nada do contido na presente Declaração, poderá utilizar-se para negar a nenhum povo seu direito à livre determinação exercido em conformidade com o direito internacional;

Convencida de que o reconhecimento dos direitos dos povos na presente Declaração fomentará relações harmoniosas e de cooperação entre o Estado e os povos indígenas, baseadas em princípios da justiça, da democracia, do respeito aos direitos humanos, à não discriminação e à boa fé;

Incentivando os Estados ao cumprimento e aplicação eficazes de todas as suas obrigações, no que se referem aos povos indígenas e que determinam os instrumentos internacionais, em particular os relativos aos Direitos Humanos na consulta e cooperação com os povos interessados;

Sublinhando que corresponde às Nações Unidas, desempenhar um papel importante e contínuo de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas;

Considerando que a presente Declaração constitui um novo e importante passo para o reconhecimento, a promoção e a proteção dos direitos e das liberdades dos Povos Indígenas e no desenvolvimento de atividades pertinentes do sistema da Nações Unidas nesta esfera;

Reconhecendo e reafirmando, que as pessoas indígenas têm direitos sem discriminação a todos os direitos humanos reconhecidos no direito internacional, e que os povos indígenas possuem direitos coletivos, que são indispensáveis à sua existência, bem estar e desenvolvimento integral, enquanto povos;

Reconhecendo também que a situação dos Povos Indígenas varia de região a região e de país a país, e que o significado das particularidades nacionais e regionais e a diversidade dos antecedentes históricos e culturais se deveriam tomar em consideração;

Proclama solenemente a seguinte Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas como ideal comum, que se deva perseguir em espírito de solidariedade e respeito mútuo:

Artigo 1

Os indígenas têm direito, como povos ou como pessoas, ao desfrute pleno de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais reconhecidos pela Carta das Nações Unidas, pela Declaração Universal de Direitos Humanos e o direito internacional relativo aos direitos humanos.

Artigo 2

Os povos e as pessoas indígenas são livres e iguais a todos os demais povos e pessoas e têm o direito a não ser objeto de nenhuma discriminação no exercício de seus direitos fundados, em particular, em sua origem ou identidade indígena.

Artigo 3

Os povos indígenas têm direito à livre determinação. Em virtude desse direito, determinam livremente a sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

Artigo 4

Os povos indígenas no exercício do seu direito à livre determinação, têm direito à autonomia ou ao autogoverno nas questões relacionadas com seus assuntos internos e locais, assim como os meios para financiar suas funções autônomas.

Artigo 5

Os povos indígenas têm direito a conservar e reforçar suas próprias instituições políticas, jurídicas, econômicas, sociais e culturais, mantendo por sua vez, seus direitos em participar plenamente, se o desejarem, na vida política, econômica, social e cultural do Estado.

Artigo 6

Toda a pessoa indígena tem direito a uma nacionalidade.

Artigo 7

1. As pessoas indígenas têm direito à vida, à integridade física e mental, à liberdade e à segurança da pessoa.

2. Os povos indígenas têm o direito coletivo de viver em liberdade, paz e segurança como povos distintos e não serão submetidos a nenhum ato de genocídio nem a outro ato de violência, incluindo a remoção forçada de um grupo para outro.

Artigo 8

1. Os povos e as pessoas indígenas têm o direito de não sofrer da assimilação forçada ou de destruição de sua cultura.

2. Os Estados estabelecerão mecanismos efetivos para a prevenção e o ressarcimento de:

a) todo ato que tenha por objeto ou consequência privá-los de sua integridade como povos distintos ou de seus valores culturais, ou de sua identidade étnica.

b) Todo o ato que tenha por objeto ou consequência alienar suas terras ou recursos.

c) Toda forma de transferência forçada da população que tenha por objetivo ou consequência a violação e o menosprezo de qualquer de seus direitos.

d) Toda a forma de assimilação e integração forçada.

e) Toda a forma de propaganda que tenha como finalidade promover ou incitar a discriminação racial ou étnica dirigida contra eles.

Artigo 9

Os povos e as pessoas indígenas têm o direito de pertencer em uma comunidade ou nação indígenas, em conformidade com as tradições e costumes da comunidade, ou nação de que se trate. Não pode resultar nenhuma discriminação de nenhum tipo do exercício desse direito.

Artigo 10

Os povos indígenas não serão retirados pela força de suas terras ou territórios. Não se procederá a nenhuma remoção sem o consentimento livre, prévio e informado, dos povos indígenas interessados, nem sem um acordo prévio sobre uma indenização justa e equitativa e, sempre que possível, à opção do regresso.

Artigo 11

1. Os povos indígenas têm direitos a praticar e revitalizar suas tradições e costumes culturais. Nele inclui o direito em manter, proteger e desenvolver as manifestações passadas, presentes e futuras de suas culturas, como lugares arqueológicos e históricos, utensílios, desenhos, cerimônias, tecnologias, artes visuais e interpretativas e literaturas.

2. Os Estados proporcionarão reparação por meio de mecanismos eficazes, que poderão incluir a restituição estabelecida conjuntamente com os povos indígenas, respeito aos bens culturais, intelectuais, religiosos e espirituais, de que tenham sido privados sem seu consentimento livre e informação prévia, ou na violação de suas leis, tradições e costumes.

Artigo 12

1. Os povos indígenas têm direitos a manifestar, praticar, desenvolver e ensinar suas tradições, costumes e cerimônias espirituais e religiosas; a manter e proteger seus lugares religiosos e culturais e ao acesso a eles privadamente; a utilizar e vigiar seus objetos de culto e a obter a repatriação de seus restos humanos.

2. Os Estados procurarão facilitar o acesso e ou a repatriação de objeto de culto e restos humanos que possuam, mediante mecanismos transparentes e eficazes estabelecidos conjuntamente com os povos indígenas interessados.

Artigo 13

1. Os povos indígenas têm direitos a revitalizar, utilizar, fomentar e transmitir às gerações futuras suas histórias, idiomas, tradições orais, filosóficas, sistemas de escrita e literatura, e de atribuir nomes às suas comunidades, lugares e pessoas, e mantê-los.

2. Os povos adotarão medidas eficazes para garantir a proteção desse direito e também para assegurar que os povos indígenas possam entender e fazer-se entender nas atuações políticas, jurídicas e administrativas, proporcionando-lhes, quando necessário, serviços de interpretação ou outros meios adequados.

Artigo 14

1. Todos os povos indígenas têm o direito a estabelecer e controlar seus sistemas e instituições docentes que compartilham educação em seus próprios idiomas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de sua comunidade tenham acesso, quando seja possível, à educação em sua própria cultura e no próprio idioma.

2. As pessoas indígenas, em particular as crianças, têm direito a todos os níveis e formas de educação do Estado sem discriminação.

3. Os Estados adotarão medidas eficazes, junto com os povos indígenas, para que as pessoas indígenas, em particular as crianças, inclusive as que vivem fora de sua comunidade tenham acesso, quando seja possível, à educação em sua própria cultura e no próprio idioma.

Artigo 15

1. Os povos indígenas têm direito a que a dignidade e diversidade de suas culturas, tradições, histórias e aspirações fiquem devidamente refletidas na educação pública e nos meios de informação pública.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes em consulta e cooperação com os povos indígenas interessados, para combater os preconceitos e eliminar a discriminação e promover a tolerância, a compreensão e as boas relações entre os povos indígenas e todos os demais setores da sociedade.

Artigo 16

1. Os povos indígenas têm direito a estabelecer seus próprios meios de informação em seus próprios idiomas e a acessar a todos os demais meios de informação não indígenas sem discriminação alguma.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes, para assegurar que os meios de informação estatais reflitam devidamente a diversidade cultural indígena. Os Estados, sem prejuízo da obrigação de assegurar plenamente a liberdade de expressão, deverão incentivar os meios de comunicação privados a refletir devidamente a diversidade cultural indígena.

Artigo 17

1. As pessoas e os povos indígenas têm direito em usufruir plenamente de todos os direitos estabelecidos no direito Trabalhista Internacional e Nacional aplicável.

2. Os Estados em consulta e cooperação com os povos indígenas tomarão medidas específicas para proteger as crianças indígenas contra a exploração econômica e contra o trabalho que possa ser perigoso ou interferir na educação da criança, ou que seja prejudicial para a saúde, ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social a criança, levando em conta sua especial vulnerabilidade e importância da educação para a sua realização.

3. As pessoas indígenas têm direitos a não ser submetidas a condições discriminatórias de trabalho, entre outras coisas, emprego ou salário.

Artigo 18

Os povos indígenas têm direitos a participar na adoção de decisões em questões que afetem seus direitos, vidas, destinos, através de representantes eleitos por eles, em conformidade com seus próprios procedimentos, assim como manter e desenvolver suas próprias instituições de adoção de decisões.

Artigo 19

Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas para obter seu consentimento livre, livre e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem.

Artigo 20

1. Os povos indígenas têm direitos a manter e desenvolver seus sistemas ou instituições políticas, econômicas e sociais, que lhes assegurem a desfrutar de seus próprios meios de subsistência e desenvolvimento e a dedicar-se livremente a todas as suas atividades econômicas tradicionais e de outro tipo.

2. Os povos indígenas despojados de seus meios de subsistência e desenvolvimento têm direito a uma reparação justa e equitativa.

Artigo 21

1. Os povos indígenas têm direito, sem discriminação alguma, ao melhoramento de suas condições econômicas e sociais, entre outras esferas, na educação, no emprego, na capacitação e no aperfeiçoamento profissionais, na habitação, no saneamento, na saúde e na segurança social.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes e, na execução, medidas especiais para assegurar o melhoramento contínuo de suas condições econômicas e sociais. Prestar-se-á particular atenção aos direitos e necessidades especiais dos anciãos, das mulheres, dos jovens, das crianças e das pessoas indígenas com deficiências.

Artigo 22

1. Prestar-se-á particular atenção aos direitos e necessidades especiais dos anciãos, das mulheres, dos jovens, das crianças e das pessoas indígenas com deficiências, na aplicação da presente Declaração.

2. Os Estados adotarão medidas, em conjunto com os povos indígenas, a fim de assegurar que as mulheres e as crianças indígenas gozem de proteção e garantias plenas contra todas as formas de violência e discriminação.

Artigo 23

Os povos indígenas têm direitos a determinar e a elaborar prioridades e estratégias para o exercício de seu desenvolvimento. Em particular, os povos indígenas têm direitos a participar ativamente na elaboração e determinação dos programas de saúde, moradia e demais programas econômicos e sociais, que os sirvam e, que os possibilitem, a administrar seus programas mediante suas próprias instituições.

Artigo 24

1. Os povos indígenas têm direitos às suas próprias medicina tradicionais e a manter suas práticas de saúde, incluindo a conservação de suas plantas, animais e minerais de interesse vital, sob o ponto de vista médico. As pessoas indígenas também têm direito ao acesso, sem discriminação alguma, a todos os serviços sociais e de saúde.

2. Os indígenas têm direitos a desfrutar igualmente do maior nível de saúde física e mental. Os Estados tomarão as medidas que sejam necessárias a fim de lograr progressivamente a plena realização deste direito.

Artigo 25

Os povos indígenas têm direito a manter e fortalecer sua própria relação espiritual com as terras, territórios, águas, mares costeiros e outros recursos que tradicionalmente têm possuído ou ocupado e utilizado de outra forma, e a assumir a responsabilidade que a esse propósito lhes incumbem respeito às gerações vindouras.

Artigo 26

1. Os povos indígenas têm direito às terras, territórios e recursos que tradicionalmente têm possuído ocupado ou de outra forma ocupado ou adquirido.

2. Os povos indígenas têm direito a possuir, utilizar, desenvolver e controlar as terras, territórios e recursos que possuem em razão da propriedade tradicional, ou outra forma tradicional de ocupação ou utilização, assim como aqueles que tenham adquirido de outra forma.

3. Os Estados assegurarão o reconhecimento e a proteção jurídica dessas terras, territórios e recursos. O referido reconhecimento respeitará devidamente os costumes, as tradições e os sistemas de usufruto da terra dos povos indígenas.

Artigo 27

Os Estados estabelecerão e aplicarão, conjuntamente com os povos indígenas interessados, um processo equitativo, independente, imparcial, aberto e transparente, em que nele se reconheçam devidamente as leis, tradições, costumes e sistemas de usufruto da terra dos povos indígenas, para reconhecer e adjudicar os direitos dos povos indígenas em relação às suas terras, territórios e recursos, compreendidos aqueles que tradicionalmente tenham possuído ocupado, ou utilizado de outra forma. Os povos indígenas terão direito de participar deste processo.

Artigo 28

1. Os povos indígenas têm direito à reparação, por meios que podem incluir a restituição ou, quando isso não seja possível, uma indenização justa, imparcial e equitativa, pelas terras, territórios e recursos que tradicionalmente tenham possuído, ocupado ou utilizado de outra forma e que tenham sido confiscados, tomados, ocupados, utilizados ou danificados sem seu consentimento livre, prévio e informado.

2. Exceto quando os povos interessados hajam conveniado livremente em outra coisa, a indenização consistirá em terras, territórios e recursos de igual qualidade, extensão e condição jurídica ou em uma indenização monetária ou outra reparação adequada.

Artigo 29

1. Os povos indígenas têm direito à conservação e proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras, territórios e recursos. Os Estados deverão

estabelecer e executar programas de assistência aos povos indígenas, para assegurar essa conservação e proteção, sem discriminação alguma.

2. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir que não se armazenem nem eliminem materiais perigosos em terras ou territórios dos povos indígenas, sem seu consentimento livre, prévio e informado.

3. Os Estados adotarão medidas eficazes para garantir, segundo seja necessário, que se apliquem devidamente programas de controle, manutenção e restabelecimento da saúde dos povos indígenas, afetados por esses materiais; programas que serão elaborados e executados por esses povos.

Artigo 30

1. Não se desenvolverão atividades militares nas terras ou territórios dos povos indígenas, a menos que as justifiquem uma razão de interesse público pertinente, ou que as aceitem ou solicitem livremente os povos indígenas interessados.

2. Os Estados celebrarão consultas eficazes com os povos indígenas interessados, para os procedimentos apropriados e, em particular por meio de suas instituições representativas, antes de utilizar suas terras ou territórios para atividades militares.

Artigo 31

1. Os povos indígenas têm o direito a manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e manifestações de suas ciências, tecnologias, assim como a de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais, e as artes visuais e interpretativas. Também têm direito a manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual de seu patrimônio intelectual, seus conhecimentos tradicionais e suas manifestações culturais tradicionais.

2. Conjuntamente com os povos indígenas, os Estados adotarão medidas eficazes para reconhecer e proteger o exercício destes direitos.

Artigo 32

1. Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.

2. Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa fé com os povos indígenas interessados na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo.

3. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa por essas atividades e adotarão medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas de ordem ambiental, econômica, social, cultural ou espiritual.

Artigo 33

1. Os povos indígenas têm o direito de determinar sua própria identidade ou pertencimento étnico, conforme seus costumes e tradições, isso não impossibilita o direito das pessoas indígenas em obter a cidadania dos Estados em que vivem.

2. Os povos indígenas têm direito de determinar as estruturas e eleger a composição de suas instituições em conformidade com seus próprios procedimentos.

Artigo 34

Os povos indígenas têm direito a promover, desenvolver e manter suas estruturas institucionais e seus próprios costumes, espiritualidade, tradições, procedimentos, práticas e, quando existam, costumes ou sistemas jurídicos, em conformidade com as normas internacionais de direitos humanos.

Artigo 35

Os povos indígenas têm o direito de determinar as responsabilidades dos indivíduos para com as suas comunidades.

Artigo 36

1. Os povos indígenas, em particular os que estão divididos por fronteiras internacionais, têm direito a manter e desenvolver os contatos, as relações e a cooperação, incluídas as atividades de caráter espiritual, cultural, política, econômica e social, com seus próprios membros, assim como outros povos através das fronteiras.

2. Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão medidas eficazes, para facilitar o exercício e garantir a aplicação deste direito.

Artigo 37

1. Os povos indígenas têm o direito a que os tratados, acordos e outros arranjos construtivos, acordados com os Estados ou seus sucessores, sejam reconhecidos, observados e aplicados segundo seu espírito e propósito originais, e que os Estados acatem e respeitem esses tratados, acordos e outros arranjos construtivos.

2. Nada do assinalado na presente Declaração se interpretará no sentido em que impossibilite ou suprima os direitos dos povos indígenas que figurem nos tratados, acordos e arranjos construtivos.

Artigo 38

Os Estados, em consulta e cooperação com os povos indígenas, adotarão as medidas apropriadas, incluídas medidas legislativas, para alcançar os fins da presente Declaração.

Artigo 39

Os povos indígenas têm direito à assistência financeira e técnica dos Estados por via de cooperação internacional para o desfrute dos direitos enunciados na presente Declaração.

Artigo 40

Os povos indígenas têm direitos a procedimentos equitativos e justos, para o acerto de controvérsias com os Estados ou outras partes e uma pronta decisão sobre essas controvérsias, assim como, uma reparação efetiva para toda a lesão de seus direitos individuais e coletivos. Nessas decisões lavar-se-ão devidamente em consideração os costumes, as tradições, as normas e os sistemas jurídicos dos povos indígenas interessados e as normas internacionais dos direitos humanos.

Artigo 41

Os órgãos e organismos especializados do sistema das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, contribuirão à plena realização das disposições da presente Declaração mediante a mobilização, entre outras coisas, da cooperação financeira e da assistência técnica. Estabelecer-se-ão os meios para assegurar a participação dos povos indígenas em relação aos assuntos que os afetem.

Artigo 42

As Nações Unidas, seus órgãos, incluindo O Fórum Permanente para as Questões Indígenas e os organismos especializados, em particular a nível local, assim como os Estados, promoverão o respeito e a plena aplicação das disposições da presente Declaração e valerão pela eficácia da presente Declaração.

Artigo 43

Os direitos reconhecidos na presente Declaração constituem as normas mínimas para a sobrevivência, a dignidade e o bem estar dos povos indígenas do mundo.

Artigo 44

Todos os direitos e liberdades reconhecidos na presente declaração garantem a igualdade ao homem e à mulher indígenas.

Artigo 45

Nada contido na presente Declaração interpretará-se no sentido de que se limitem ou anulem os direitos que os povos indígenas têm na atualidade, ou possam adquirir no futuro.

Artigo 46

1. Nada do assinalado na presente Declaração interpretará-se no sentido de que se conceda a um Estado, povo, grupo ou pessoa, nenhum direito a participar numa atividade, ou realizar, atos contrários à Carta das Nações Unidas, ou se entenderá no sentido de que autoriza ou fomenta ação alguma encaminhada a violar ou reduzir, total ou parcialmente, a integridade territorial ou a unidade política de Estados soberanos e independentes.

2. No exercício dos direitos enunciados na presente Declaração, respeitar-se-ão os direitos humanos e liberdades fundamentais de todos. O exercício dos direitos estabelecidos na presente Declaração estarão sujeitos exclusivamente às limitações determinadas pela lei e com arranjo às obrigações internacionais em matéria de direitos humanos. Essas limitações não serão discriminatórias e serão somente as estritamente necessárias para garantir o reconhecimento e respeito devido aos direitos e liberdades dos demais, e para satisfazer as justas exigências de uma sociedade democrática.

3. As disposições enunciadas na presente Declaração interpretará-se como arranjo aos princípios da justiça, da democracia, do respeito aos direitos humanos, da igualdade, à não discriminação, à boa administração pública, e à boa fé.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti, usou da tribuna por cinquenta minutos, mas quero dizer que, nesses 183 anos, esse foi um dos mais firmes e contundentes pronunciamentos. Houve firmeza! Diante da grandeza de V. Ex^a, como médico e como líder maçônico, e, hoje, com esse pronunciamento de firmeza, V. Ex^a se credencia a ser um dos construtores da grandeza parlamentar deste País. V. Ex^a foi de muita firmeza, aquilo que não nos falta. Daí eu falar, com convicção, da grandeza que somos nós, indistintamente da questão de sexo.

Hoje, quis Deus que o sexo feminino fosse bem representado pela beleza da Senadora Lúcia Vânia, extraordinária, competente e bela. Sem dúvida nenhuma, é uma beleza, mas traduzida pelo servir: foi uma das mais eficientes servidoras do Governo Fernando Henrique Cardoso, levando aqueles programas de solidariedade ao povo brasileiro. Sou testemunha disso.

Queria dar uma sugestão. É lógico que vamos ceder o tempo necessário a essa mulher, que aqui representa, com beleza e com ternura, a mulher brasileira, mas queria chegar a um acordo. É o espírito da lei, permitam-me. Estou presidindo a sessão e, primeiro, quero passar a Presidência ao Senador Mozarildo, traduzindo em fatos o apreço que conquistou. Quero convidá-lo para presidir esta sessão, mas quero fazer um acordo.

O novo Senador Virgínio de Carvalho, do Partido Socialista Cristão (PSC), vai fazer seu primeiro pronunciamento. S. Ex^a é suplente da nossa Maria do Carmo, que enfrenta problemas de saúde, à qual lançamos preces, para que se recupere. S. Ex^a é do PSC, é o primeiro Senador do PSC, Partido que enriquece nosso País. O Partido tem como Presidente Vitor Jorge Abdala Nósseis e como 1º Vice-Presidente Everaldo Dias Pereira. O PSC está espalhado em todo País. No Piauí, a Presidente é Maria das Graças Moraes Souza Nunes; e o 1º Vice-Presidente, José Leandro Filho. Outros membros do Partido são: Newton Nunes de Lima, Sandra Maria Vieira Nogueira, Eretuse Marques Santos, Itamar Franco Feitosa, Jonas Vieira da Silva, José Roberto Nunes Leão, Carlos Augusto de Brito Araújo, Francisco de Paulo Evangelista de Carvalho, Flávio Tadeu de Carvalho Ayres.

Então, esse Partido está espalhado em todo Brasil. Como será o primeiro Senador do PSC, vamos fazer um acordo para que tenha a palavra, porque, como não estava acostumado com nosso ritual, foi o primeiro a chegar, mas não tinha se inscrito. Então, eu pediria que o Senador Mozarildo venha presidir os trabalhos, deixando a solicitação para que chame

nosso Senador do PSC, Partido grandioso, que, hoje, tem 13 Deputados Federais nesta Casa.

Senador Mozarildo, V. Ex^a dignifica e engrandece o Parlamento nacional. Traduzindo esse sentimento de apoio e de solidariedade à sua firmeza, passo esta Presidência a V. Ex^a, para que a presida com a altivez dos grandes Presidentes desta Casa.

E a Senadora Lúcia Vânia terá o tempo que lhe convier.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero agradecer ao Senador Mão Santa as palavras de elogio à minha pessoa. Quero dizer ao Senador Mão Santa que esse elogio é fruto da generosidade de S. Ex^a. Portanto, não poderia deixar de agradecer-lhe, porque, sempre que S. Ex^a está presidindo esta Casa e me convida para usar a palavra, é muito gentil em relação ao meu trabalho e à minha presença nesta Casa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero cumprimentar nosso colega Virgínio de Carvalho, que chega como suplente da Senadora Maria do Carmo, a quem externamos nossos desejos de pronto restabelecimento. O Senador Virgínio de Carvalho é nosso companheiro na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Nós o recebemos nesta Casa com muito carinho, desejando-lhe muito sucesso na sua atuação.

Mas venho a esta Casa, Sr. Presidente, trazer uma notícia que considero importante e que é fruto também de uma vitória do Senador Paulo Paim, que, incansavelmente, tem buscado fontes de recursos para financiar as escolas técnicas que estão em expansão.

Esta semana, o Governo acena com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar as escolas recém-criadas. Isso vai possibilitar a ampliação de ofertas de cursos profissionalizantes aos jovens que precisam de se qualificar para o trabalho. Temos visto, na CPI das ONGs, que grande parte dos recursos do FAT está sendo desviada por entidades que, muitas vezes, têm boa-fé, mas que não têm estrutura competente para ministrar esses cursos. Portanto, é sempre muito bom homenagearmos e festejarmos esse novo momento da expansão do ensino técnico no nosso País.

Mais uma vez, meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim, autor de um projeto de lei que busca uma fonte de recursos específica para financiar essa expansão. Segundo o que a imprensa nacional divulgou ontem, o Governo já acena com essa fonte de recursos, cujo projeto de lei deverá chegar ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Mas, Sr. Presidente, venho a esta tribuna no dia de hoje também para homenagear e cumprimentar o Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que assumiu ontem, o Senador Adelmir Santana, uma grande aquisição que aquela Comissão recebe nos seus quadros. O Senador Adelmir Santana, sem dúvida nenhuma, é um empresário experiente que muito poderá contribuir conosco, principalmente na discussão do desenvolvimento do turismo no Brasil.

Por falar em turismo, eu gostaria de dizer que temos avançado muito nessa direção. Com a criação do novo Ministério do Turismo, essa área tomou uma característica mais profissional. Devo também homenagear a Ministra Marta Suplicy pela sua atuação, pelo seu esforço para preparar o País para o novo mercado de turismo que se configura nos dias atuais. S. Ex^a lutou e procurou aumentar a oferta de vôos, buscou e tem buscado disponibilizar melhores serviços aeroportuários, hoteleiros e de passeios.

Portanto, podemos dizer que o Brasil hoje é muito mais competitivo, e seus investimentos, sem dúvida nenhuma, terão resultados. Mas perguntamos: quando esses resultados deverão chegar efetivamente?

Continuamos, apesar de todo esse esforço, de todo o investimento, de todo o esforço pessoal da Ministra, a receber os mesmos cinco milhões de turistas estrangeiros que recebíamos no ano de 2000. Não há dúvida de que o turismo interno tem aumentado, graças a uma nova ação em que se estimulam os segmentos da sociedade a participarem dos períodos de baixa estação. Esse comportamento já se está consolidando e, sem dúvida nenhuma, fez com que o turismo interno aumentasse expressivamente. No entanto, buscamos também a injeção do capital estrangeiro que nos permite movimentar a economia local, gerar emprego e renda.

No ano de 2003, o Governo da República Popular da China autorizou a saída de chineses do país sem autorização prévia. Os habitantes locais tentam recuperar o tempo perdido e não param de viajar ao exterior. Só neste ano, 45 milhões de chineses devem conhecer outros lugares do mundo. Pensando nesse número, que supera em nove vezes a quantidade de turistas que o Brasil recebe anualmente, concluímos que, até 2020, serão cem milhões de chineses saindo do país, que se tornará, portanto, o maior emissor no turismo internacional.

A nossa pergunta é a seguinte: como captar todos esses possíveis turistas? O Ministério do Turismo fechou acordo com o Governo da China, em que ficou estabelecido que o Brasil vai abrir, nos próximos meses, um escritório de turismo no país asiático. Ainda

que modesto, esse primeiro passo é fundamental para cativar os chineses, para fazer com que eles conheçam o Brasil e tenham vontade de visitá-lo. Mas não é só lá. O Brasil tem de cativar estrangeiros de todas as partes, desde os europeus, americanos, asiáticos até nossos vizinhos sul-americanos.

Dados recentes apontam que, até o ano de 2020, 76% das viagens no mundo serão de curta distância. E o Brasil só recebe 17% dos turistas sul-americanos! São potenciais turistas de uma região que tende a se fortalecer como bloco econômico, que busca uma identidade regional e que, logo, não deve ser desprezada.

Outro dado importante a se lembrar é a quantidade que viagens que serão realizadas em um futuro próximo, que atingirá duas vezes o valor de viagens atual, chegando ao número de 1,7 bilhão de deslocamentos feitos pelas mais diversas vias, sobretudo a via aérea.

Entre os grupos que vão se destacar estão os de 50 a 75 anos de idade; pessoas que vão viajar em grupos para visitar amigos e familiares; profissionais itinerantes; executivos globais e, por fim, turistas urbanos que buscam nos destinos exóticos oferecidos experiências únicas.

As oportunidades são muitas, e o que tem sido feito pelo turismo brasileiro não é incipiente. No entanto, temos de repensar os caminhos que tem tomado o Brasil, para que possamos melhorar nossa capacidade competitiva no setor turístico, para trazer mais recursos para o País e para, assim, desenvolvê-lo de maneira mais equânime a todos.

Devemos pensar em como atrair os mais diferentes públicos para as mais diferentes facetas que o Brasil apresenta. Não tenho dúvidas de que o investimento realizado até agora vai trazer resultados em breve, mas, para que sejam mais bem aproveitados, é necessário pensar ações específicas e, assim, tornar o Brasil um destino turístico mundial.

Com essas palavras, quero saudar a vinda para o Congresso Nacional da Lei Geral do Turismo, que, sem dúvida nenhuma, será um marco tão importante quanto foi a criação do Ministério do Turismo para o desenvolvimento desse setor.

Aproveitando esse tema, eu gostaria também de deixar aqui minha solidariedade à população do Rio de Janeiro e minha indignação contra o que tem passado aquela população atormentada pela dengue, que afeta não só a população local, mas também o turismo de que estamos falando neste momento. É angustiante ver a situação das crianças desamparadas nas portas dos hospitais e dos postos de saúde, sem que haja uma ação efetiva, sem que haja um mutirão objetivo

para buscar os meios imediatos de aliviar a aflição vivida por aquela população.

Portanto, como Parlamentar vinculada à área social, eu não poderia deixar de me somar a muitas outras vozes que já assomaram à tribuna para mostrar a sua indignação e a necessidade de uma reação não só das autoridades locais, mas também de todas as autoridades do País, fazendo um mutirão constante em busca da solução daquele problema que tanto aflige a população. É deprimente saber que os postos de saúde, que poderiam ficar abertos 24 horas, num plantão em ritmo de mutirão, envolvendo o Governo Federal, envolvendo o Governo Estadual, envolvendo o próprio Município, fecham às 17 horas, conforme dizem as autoridades, enquanto a população daquela cidade vive uma situação de pânico.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Concedo-lhe um aparte, Senador Adelmir Santana, V. Ex^a que nos honra com sua presença neste plenário.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senadora Lúcia Vânia, além de me associar às ponderações que V. Ex^a faz nesta manhã, quero, mais especificamente, dizer da minha alegria por ter sido eleito, ontem, pelos meus Pares na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para ser o seu vice – serei o Vice-Presidente da Comissão e de V. Ex^a. Mais uma vez, quero reafirmar minha alegria em fazer parte daquela Comissão sob a presidência de V. Ex^a e reafirmar minha disposição de ajudá-la naquilo que for da maior importância. Na minha opinião, uma das áreas mais importantes é exatamente a do turismo, segmento que tem possibilidade enorme de crescimento em razão da dimensão continental de nosso País e da diversidade de sistemas aqui existentes. Certamente, sob a presidência de V. Ex^a, daremos nossa ajuda, que será firme, decisiva. Estarei ao lado de V. Ex^a, ao lado dos nossos companheiros naquela Comissão, para fazer valer os princípios que nortearão a Lei Geral do Turismo no Brasil. Parabéns pelo seu pronunciamento! Quero reafirmar o que disse ontem quando da nossa eleição. Muito obrigada.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Adelmir Santana as palavras.

Quero cumprimentar a Liderança dos Democratas, que nos permitiu uma substituição à altura do Senador Jonas Pinheiro naquela Comissão. O Senador Adelmir Santana vai substituir o Senador Jonas Pinheiro, valoroso companheiro que perdemos. Os Democratas tiveram a preocupação de enviar àquela Comissão um nome a altura do Senador Jonas Pinheiro, fazendo com que a Comissão pudesse realmente

responder àquilo que dela se espera. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, obviamente, está voltada aos interesses dos Estados e dos Municípios menos desenvolvidos do País. Portanto, aceite meus cumprimentos.

Sr. Presidente, quero agradecer-lhe a oportunidade do pronunciamento e a elasticidade do tempo a mim concedido.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Lúcia Vânia, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos, quero, por uma deferência especial, conceder a palavra ao Senador Virgínio de Carvalho, que fará seu discurso de estréia na condição de suplente da Senadora Maria do Carmo.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu povo sergipano, após décadas peregrinando pelos quatro cantos do mundo, aprendendo e ensinando em escolas, universidades e templos, por mais que relutasse, vejam só, não pude evitar trazer comigo um cesto enorme de dúvidas e apenas um punhado de convicções. Desses poucos grãos de certezas, entretanto, aprendi a cultivar com cuidado e apreço aquele que diz que, para o bem de uma nação, um homem não vale pelo que pensa nem pelo que diz, mas, sim, pelo que faz.

O que se quer dizer com isso, senhoras e senhores, é que nesta pequena, mas não fútil; modesta, mas não simplória nova etapa da minha jornada, seja eu submetido ao olhar rigoroso da Nação como alguém que adentra esta Casa apenas com o desejo sincero de contribuir, ou seja, de contribuir fazendo.

Se aqui espero com algo contribuir, não pode haver forma melhor senão associando-me por inteiro à luta das senhoras e dos senhores para proporcionar mais ordem e mais progresso a este País precisado e altaneiro. Não deve haver forma melhor senão juntar-me a essa nobre causa, tão freqüentemente incompreendida, às vezes desprezada e constantemente mal falada. Tudo isso fruto do duro mas salutar ofício de construir algo a cada dia sem perder de vista os sólidos altares da benfeitoria democracia, a qual as senhoras e os senhores, é verdade, vêm construindo com especial denodo ao longo dos anos. Não há quem possa negar isso. É mérito de V. Ex^{as}.

Se a poeira dos anos, porém, presenteou-me com cestos de dúvidas e xícaras de convicções, não posso esquecer que forjou também em mim uma porção mais compacta e firme de um produto imaterial. Um produto valioso que os cientistas intérpretes da alma humana denominam de “otimismo”, e eu, em consonância mais estreita com as multidões populares, chamo apenas de “fé”.

Sim, não temo dizer, sem meias palavras, que estou aqui porque tenho fé nesta Nação, tenho fé na missão deste País, não apenas em relação ao seu desenvolvimento interno, mas também em sua contribuição para o desenvolvimento de toda a América do Sul, e algumas contribuições para o restante do mundo.

Tenho fé, Sr. Presidente, em que esse gigante, outrora adormecido, começa a despertar e a demonstrar a sua força no cenário mundial. Tenho fé em que já estamos dando os primeiros e necessários passos em direção ao futuro brilhante de nossa gente. Tenho fé, inclusive, em que este caminho não tem volta. Tenho fé também em que isso é apenas o mais tênue começo, pois creio firmemente que o melhor ainda está por vir.

Como não poderia deixar de ser, Sr. Presidente, devo afirmar resolutamente, com suprema e insofismável sinceridade, que também tenho fé e admiração profunda e especial pela instituição do Senado Federal brasileiro. Esta Casa é um pilar admirável da nossa adolescente democracia. Não posso, portanto, perder a oportunidade de afirmar que é uma honra incomensurável poder servir à Nação brasileira no âmbito deste lugar. É um privilégio. Se é um privilégio, todavia, servir ao Brasil no âmago desta Casa, o que dizer da honra inaudita de poder representar o meu pequeno, mas caloroso Estado de Sergipe. Tal sentimento não pode ser descrito em palavras.

Sim, após viver com minha família em culturas díspares, em nações distintas como França, África do Sul, Suécia e outros países, e há dezoito anos ser abraçado de volta pelo meu povo sergipano, não há sentimento maior em mim do que a gratidão. Gratidão porque Sergipe é um lugar especial, acolhedor, sereno, hospitaleiro e, com o perdão do desluminamento deste sergipano da gema, posso dizer ainda que é um lugar bonito, muito bonito!

E, falando em gratidão, não posso furtar-me, por fim, de deixar registrado o nome de algumas pessoas que são responsáveis diretas pela minha presença nesta Casa. E, de antemão, peço já minhas desculpas a tantas outras que, de forma não menos decisiva, também contribuíram para que eu aqui estivesse e que, pela falta de tempo necessário – pois não quero abusar deste momento –, não poderia naturalmente citá-las, o

que espero fazer de outro modo, em tempo e ocasião mais propícios. Assim, devo agradecer, primeiramente, à Senadora Maria do Carmo Alves, que, por motivo de força maior, precisou se afastar, temporariamente, dos trabalhos desta Casa. O agradecimento é pela confiança e pelo apreço que sempre demonstrou por mim, pela minha família e pela instituição que presidimos em nosso Estado.

Tenho certeza, Sr. Presidente, de que não será, para mim, um fácil empreendimento substituí-la à altura da sua notória experiência e do modo peculiar com que se entrega, de maneira quase sacerdotal, à luta contra as desigualdades sociais do Estado de Sergipe e do Brasil. Não é por demais lembrar seu reconhecido trabalho, ao longo dos anos, nas regiões periféricas da capital de Sergipe, na cidade de Aracaju e nos demais Municípios sergipanos também.

É fato histórico naquele Estado, e ainda não se falava no assunto, quando a então Primeira-Dama, D. Maria do Carmo, infundiu a noção de desenvolvimento sustentável no lugar de assistencialismo, promovendo uma reestrutura de pensamento político na administração pública regional.

Foi dela também a coordenação da construção de conjuntos residenciais, reduzindo a índices pífios o problema da favelização em nossa capital, naquele período. Implantou ainda sistemas funcionais de emprego e renda para as populações carentes e gerenciou a implantação da Fundação do Desenvolvimento Comunitário de Sergipe, um órgão de formulação, planejamento, coordenação e execução de políticas públicas, criado com a missão exclusiva de erradicar a miséria no Estado. É por esses e inúmeros outros motivos que o nome da Senadora Maria do Carmo já está gravado nos Anais da história nacional e, especialmente, de Sergipe.

Não há como deixar de agradecer também ao meu amigo escritor, intelectual refinado, ex-Ministro do Interior, Prefeito de Aracaju, três vezes Governador de Sergipe, o Sr. Dr. João Alves Filho, ao qual tive a honra de assessorar em uma de suas subsecretarias estaduais, no seu mais recente mandato de governo.

Seria, portanto, uma redundância inútil tentar, aqui neste exíguo espaço de tempo, discorrer sobre a contribuição desse homem ao progresso do Nordeste e do restante do Brasil. Pensador arguto, pesquisador profundo, administrador competente, o Dr. João Alves Filho faz parte de uma safra de governadores desenvolvimentistas que transformaram o então esquecido Nordeste brasileiro numa região viável. Por vários anos, fruto de sua férrea determinação e impactante administração, o pequeno Estado de Sergipe deteve o primeiro lugar em renda *per capita* do Nordeste. Cer-

tamente, um feito primoroso para o menor Estado da Federação brasileira! Devo dizer, agradecidamente, que a participação do Sr. João Alves Filho foi decisiva para eu estar aqui, hoje. A ele, assim, presto meus sinceros reconhecimentos.

Quero agradecer ainda, Sr. Presidente, aos membros e colaboradores da Missões Internacionais de que participei em diversos países do mundo, cujo apoio foi fundamental na minha jornada.

Não devo esquecer-me também do apoio incondicional das Assembléias de Deus do Brasil, “Ministério da Missão”, e da mesma instituição da qual sou pastor-presidente no Estado de Sergipe. Sem a compreensão dos nossos pastores, dos nossos líderes e membros deste ministério naquele Estado, eu não teria a mais remota condição de poder servir à nossa sociedade no âmbito da política. Esta vitória deve ser repartida com todos eles pela mais corriqueira e simples questão de justiça.

Naturalmente, estendo tal sentimento aos diversos líderes, bons amigos e companheiros de ministério das mais variadas denominações cristãs no Estado de Sergipe. Os senhores também fazem parte desta vitória.

Devo agradecer, evidentemente, ao meu Partido pela indicação do meu nome para tal cargo. Esperamos que a soma do nosso trabalho continue resultando em algum bem para este Brasil imenso.

Agradeço ao povo sergipano, sem distinção de raça, cor ou crença, pois creio, firmemente, que, como a chuva cai para todos, bons e maus, a finalidade última da atuação política deve ser a gloriosa missão de tentar melhorar a cada dia o espaço-nação de cada indivíduo, proporcionando condições para que ele cresça, desenvolva-se e alcance sua integridade como um ser livre, dotado de direitos, deveres e responsabilidades para o bem comum.

Outrossim, não tenho como deixar de fazer um agradecimento íntimo e pessoal à minha família: Rosa Angélica, minha esposa; minhas filhas, Ângela, Eliane e Beatrice; minha neta primogênita, Ângela Sofia, e à recém-chegada e já muito amada, Nicole. Sem a força e sem o amor delas, certamente a vida não seria fácil. Amo-as com amor profundo. Deus esteja sempre com vocês.

E, por fim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agradeço a Deus, que nos fez homens, com todas as imperfeições, ou melhor dizendo, não imperfeições, mas nossas limitações humanas, nossas fraquezas, nossas ilusões, nossas desilusões; mas também com nossa bondade, nossa generosidade e nossa boa vontade. Não nos fez anjos; homens é o que somos. Por isso mesmo, projetados para sonhar, para realizar, para

construir; mas também, por que não admitir, para errar, para magoar e para se arrepender, para, em seguida, voltar a conviver, a sonhar e, outra vez, a realizar;

A Deus este Ser invisível, mas real, honras solenes para todo o sempre, que usou homens e mulheres de boa vontade, mesmo que sem perceberem, para que pudéssemos estar hoje aqui. Que Ele abençoe esta Casa e me ilumine, para que eu possa realizar esta tão nobre missão e sair daqui havendo conquistado grandes amigos.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Concede-me um aparte, Senador?

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Pois não, Senadora.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Senador Virgínio, eu gostaria de, em meu nome e em nome do meu Estado, o Estado de Goiás, cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Sinto que esse pronunciamento tenha sido feito hoje, em uma sexta-feira, no dia em que todos os parlamentares não estão aqui presentes. Mas tenho certeza de que, se tivéssemos outros Parlamentares aqui, V. Ex^a teria o aplauso de todos que compõem esta Casa, pelo seu discurso firme, pelos seus compromissos com a democracia, por ser um homem de fé, bem externada no pronunciamento de V. Ex^a. E, aqui, V. Ex^a vem substituir uma grande mulher: uma mulher serena, discreta, mas, altamente, competente. Fui Secretária Nacional de Assistência Social e pude estar muito próxima da Senadora Maria do Carmo e sei o quanto ela pôde fazer por Sergipe, o quanto ela pôde inovar na área social. Portanto, V. Ex^a já chega com uma grande responsabilidade. Por isso, tenho a certeza de que V. Ex^a, que já a conheceu, que já participou do Governo João Alves, deve ter o mesmo estilo, o mesmo compromisso e, sem dúvida alguma, prestará um grande serviço a esta Casa. Desejo sucesso a V. Ex^a. Que a sua presença seja para engrandecer a Casa, que a ajude a melhorar esse perfil, que precisamos ter aqui, de compromisso com o País, de compromisso com a democracia e, acima de tudo, de compromisso com o povo brasileiro. Obrigada.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Eu que agradeço a V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Virgínio de Carvalho, embora o momento não seja propício, por causa da enfermidade da Senadora Maria do Carmo Alves, quero registrar a extraordinária mulher que ela é, em todas as virtudes de mulher, de grandeza, e quero aqui lembrar a sua extraordinária obra social. Exemplo de mulher – mulher mãe, mulher santa, mulher servidora e dedicada – que vive momentos de dificuldades. Dificuldades maiores acho que sofre o seu esposo – nós que amamos as mulheres sabemos

sentir isso –, que também é uma figura extraordinária e um dos maiores homens do Nordeste. Além de sua obra política, todos a conhecem no Ministério da Integração. Ele tem a melhor obra sobre o Nordeste. Senador Mozarildo, eu não a li, eu a estudei por ser a melhor obra técnica sobre os problemas do Nordeste, uma obra da autoria do Senador João Alves, ex-Governador e ex-Ministro. Então, ele deve estar sofrendo muito, e o povo de Sergipe também. Mas vamos entregar tudo a Deus. “Deus escreve certo por linhas tortas”. E V. Ex^a representa este Deus cristão. V. Ex^a é evangélico, do Partido Social Cristão, e entra fazendo história, por ser, talvez, o primeiro Senador membro deste Partido. Somos um País cristão. Mozarildo, no passado, éramos obrigados, ao assumirmos o mandato de senador, a nos declarar cristãos. Hoje, não. Mas V. Ex^a representa essa história de tradição. Mas, mesmo assim, se mantém Cristo ali. Então, V. Ex^a representa o Partido Social Cristão, que está em todo o Brasil, e agora está aqui no Senado da República. São 13 Deputados Federais e vários estaduais. E, graças a Deus, está no Piauí também. No Piauí, a sua Presidente, com muito orgulho, é a minha filha – mulher encantadora, engenheira –, Maria das Graças Moraes Souza, que preside o Partido Social Cristão. Então, V. Ex^a vem, sem dúvida alguma, engrandecer este Senado e a democracia brasileira, representando este Partido, o PSC, com perspectivas invejáveis na política do Brasil.

O SR. VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSDC – SE)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Gostaria de deixar claro que, na realidade, estava prevista a minha vinda para o Senado este mês; porém, subitamente, a Dr^a Maria do Carmo, a nossa Senadora, passa por problemas de saúde. Por tudo isso, não me senti à vontade para fazer um pronunciamento, porque, pelo amor, pelo lado afetivo que dedico a ela e a seu esposo, não me senti corajoso o bastante para falar. Fiquei aguardando a melhora dela. Conforme informação, por intermédio do Dr. João Alves Filho, ela está bem melhor; o quadro está melhorando e ela vai se submeter a uma cirurgia.

Todavia, quero dizer aqui que, por ser a minha gratidão muito grande a ambos, não me senti à vontade para falar, tinha receio de me emocionar.

Agradeço as palavras da Senadora Lúcia Vânia. Tenho grande satisfação em pertencer à Comissão Regional de Desenvolvimento e Turismo, Presidida por S. Ex^a. Espero poder ser útil àquela Comissão, bem como nas outras em que tive o privilégio de também ser convidado a participar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) –

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Conforme indicação da Liderança, nos ter-

mos dos Ofícios nºs 34/2008, da Liderança do Partido dos Democratas, 69/2008, da Liderança do PMDB, e 45/2008, da Liderança do PSDB, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 193, de 2008, destinada a verificar, “in loco”, o risco ambiental em que vivem os 31 municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE em seu “mapa do desmatamento”.

Titulares

Suplentes

**Bloco Parlamentar da Minirria
(DEM – PSDB)**

Jayme Campos (DEM)

1. Gilberto Goellner (DEM)

Flexa Ribeiro (PSDB)

2. Eduardo Azeredo (PSDB)

**Bloco de Apoio ao Governo
(PT – PR – PSB – PCdoB – PP – PRB)**

1.

PMDB

Valdir Raupp

1. Leonmar Quintanilha

PTB

1.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDB Nº 96/2008

Brasília, 4 de abril de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, e de acordo com o Requerimento nº 341, de 2008, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que “Cria a Comissão Temporária Externa, destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, que ocorrerá em Caracas – Venezuela”, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o nome do Senador José Nery–PSOL/PA, em vaga cedida pelo PMDB, para integrar a referida Comissão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, PMDB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Conforme indicação da Liderança do PMDB, designo para compor a Comissão Temporária Externa, criada pelo Requerimento nº 341, de 2008, destinada a

representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz, o Senador José Nery (PSOL/PA).

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, quero ter a honra de registrar a presença do Prefeito Paulo Wanderley, do Município de Amajari, lá do nosso Estado, acompanhado de sua esposa Mariana e do Dr. Moacir, que faz parte de sua equipe de trabalho. Eles muito nos honram em nossa Tribuna de Honra.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Augusto Botelho.

V. Ex^a, Senador Augusto Botelho, está com a palavra.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente e Senador pelo meu Estado de Roraima Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda falta muito para alcançarmos o nível da Dinamarca, da Finlândia e da Nova Zelândia no que diz respeito ao trato com a coisa pública e às atitudes de cidadania.

É possível que alguns já estejam perguntando: por que esses países, que sequer são os mais expostos na mídia? Respondo: simplesmente porque são os que se destacaram, colocando-se em primeiro lugar, como os países menos corruptos do planeta no *ranking* da transparência internacional.

No Brasil, por sua vez, é muito difícil um dia em que não recebamos, pela televisão, pelo jornal, notícias, as mais absurdas e inimagináveis, sobre lesões aos cofres públicos e aos seus semelhantes...

Sem sombra de dúvida, esta continua sendo a terra onde a única lei que impera intocável é aquilo que se convencionou chamar “lei de Gerson”, denominação que causou profundo constrangimento ao personagem Gerson, cujo nome fora usado, pois se originou de uma propaganda comercial, a qual passaria, mas que firmou o seu nome com esta lei.

No último relatório, emitido pela Transparência Internacional, o Brasil obteve a nota 3,5, numa escala que vai de zero a dez. Resultado: entre os 180 países analisados, o Brasil, ocupa a 72^a posição entre os países mais corruptos do mundo.

É uma posição que nos enche de preocupação, principalmente ao tomarmos conhecimento de que também constam do levantamento muitas pequenas nações ainda dominadas por governos mais corruptos e ditatoriais e sem possibilidade de controle. Além do mais, ainda estamos distantes da nota considerada o ponto médio, o divisor de águas, que é cinco. E fomos superados, com alguma facilidade, por Cuba, onde a falta de liberdade é presente e constante.

Na América Latina, somos superados pelo Chile, Uruguai, Costa Rica, Colômbia, e empatamos com o México e com o Peru.

Figurar entre os primeiros colocados (Dinamarca, Finlândia e Nova Zelândia, que obtiveram nota 9,4) seria impossível a curto prazo, mas está na hora de pensarmos seriamente em combater a corrupção que ainda grassa neste País, com a divulgação quase cotidiana de escândalos, uns mais impressionantes que outros.

Agora, estamos às voltas com o lançamento da recente campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, ocorrido no mês de março, sob a liderança da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE).

Sr. Presidente Mozarildo Cavalcanti, Srs. Senadores Mão Santa e Cristovam Buarque, Sr^{as} Senadoras, é importante ressaltar o caráter educativo dessa campanha na busca da conscientização da sociedade, alertando-a para os valores indispensáveis ao exercício da cidadania. Alguns valores deveriam estar vinculados estreitamente àquilo que definimos como a formação do caráter, mas estão na iminência de desaparecer do nosso universo político, a julgar pelos fatos de que tomamos conhecimento amiúde.

“A corrupção corrói a dignidade do cidadão, contamina os indivíduos, deteriora o convívio social, arruína os serviços públicos e compromete a vida das gerações atuais e futuras”. Esse é um trecho retirado da introdução da cartilha denominada “O combate à corrupção nas prefeituras do Brasil”, elaborada por Antoninho Marmo Trevisan e outros. Ela foi inspirada no combate à corrupção no Município de Ribeirão Bonito, levado a efeito pelos moradores da organização não-governamental Amigos Associados de Ribeirão Bonito (Amarribo) e que teve como resultado a renúncia do prefeito, que se viu na iminência de ser cassado.

Para obter resultados como os de Ribeirão Bonito, no sentido de extirpar a corrupção, é preciso conscientizar os cidadãos da necessidade de acompanhamento e supervisão permanentes da conduta dos administradores públicos.

Sem dúvida, é indispensável a cobrança da disponibilidade das informações a respeito dos gastos públicos, uma área em que o País vem avançando, com a disponibilização das informações sobre as ações do Governo na rede mundial de computadores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no Estado que represento nesta Casa, Roraima, o Ministério Público estadual vem demonstrando seu envolvimento efetivo na campanha para o combate à corrupção, buscando a adesão de

instituições públicas e privadas interessadas no tema. Em âmbito nacional, autoridades do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas, em como inúmeras personalidades reconhecidas por sua luta pelos direitos do cidadão também estão envolvidas com essa meritória campanha.

Historicamente, é nosso dever afirmar que a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” surgiu em 2004, no Estado de Santa Catarina, numa iniciativa do Promotor de Justiça Affonso Ghizzo Neto. Destinava-se principalmente a ações educativas.

A divulgação positiva despertou o interesse e entidades nacionais. Foi assinado, então, no dia 27 de setembro do ano passado, um termo de cooperação entre a Associação dos Membros do Ministério Público (Conamp) e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), para mais essa ação que tem como objetivo o combate à corrupção.

Agora, a campanha deixa de ser apenas educativa, no sentido de estimular as novas gerações para a construção de um País mais justo e sério, a partir de suas próprias condutas diárias: respeitando-se as leis de trânsito, não se jogando lixo no chão, respeitando os direitos de quem chegou antes na fila, coisas simples que fazem a formação do caráter das pessoas.

Para o futuro, espera-se também dos cidadãos uma atitude de cobrança, exigindo a efetiva punição dos corruptos e dos corruptores. É sabido que as práticas corruptas colocam em risco os pilares da democracia, como o da igualdade de todos perante a lei.

Transcrevo aqui a idéia do filósofo Newton Bigotto, publicada como resultado de uma entrevista no *site* do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud):

Na medida em que agentes privados fazem uso de recursos públicos e se beneficiam de suas relações privilegiadas com membros dos três Poderes para alcançar seus objetivos e escapar da punição, o regime democrático está ameaçado. [...] Não podemos conviver com relações assimétricas com relação à lei se quisermos preservar nossas conquistas democráticas.

Provavelmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o efeito mais perverso da corrupção é o de que ela aumenta a desigualdade. E a corrupção produz pobreza. E esse é o título de um estudo patrocinado pelo Banco Mundial, elaborado pelos economistas Daniel Kaufmann e Aart Kraay. Eles estudaram indicadores da boa governança em 160 países, incluindo, é claro, o combate à corrupção.

Pelo cruzamento dos dados, os autores colocaram o Brasil na 70ª posição – posição 70 – entre os 160 países com boa governança, ao lado de países

como Sri Lanka, Malauí, Peru, Jamaica e duas ditaduras: Cuba e Bielo-Rússia.

Chegaram também à conclusão de que, se a corrupção no Brasil se agravar até atingir um nível comparado ao de Angola – um dos casos mais graves –, a renda *per capita* brasileira cairá 75% em oito décadas. Se, de outra forma, Senador Cristovam Buarque, chegarmos ao nível de honestidade da Inglaterra, a renda *per capita* do brasileiro ficará quatro vezes maior em igual período, de 80 anos.

Em poucas palavras, o estudo comprovou a existência de fortes traços entre altos níveis de corrupção e baixos índices sociais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a corrupção é um câncer que corrói a sociedade brasileira. O que é possível fazer para curá-lo?

Passo a palavra ao nobre Senador e defensor da educação nesta Casa, como tantos outros.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Augusto Botelho, vou simplesmente dizer da minha satisfação de ver aqui um Senador falando da corrupção, mas sem ficar no ramerrame das denúncias que tomaram conta desta Casa nos últimos tempos. Não basta chegar aqui e ficar falando contra um, outro, outro e outro ato de corrupção, mas sim definindo como sair da corrupção. E lamento tê-lo interrompido no momento em que o senhor ia entrar nesse assunto. Mas, felizmente, de vez em quando, a gente vê alguém chegar aqui e falar, sim, do aspecto geral da corrupção e da necessidade não apenas de se prender os corruptos, o que a gente nem consegue, mas de fazer com que não haja mais corrupto. Viciamo-nos tanto na realidade das coisas ruins deste País, inclusive a corrupção, que já não chegamos a pensar que é possível um dia não termos mais essas mazelas. Então, ficamos preocupados apenas em como parar esta mazela. O senhor traz aqui o problema geral das mazelas. Nesse sentido, fico satisfeito. Por que não chegamos aqui, dentro de uma pauta positiva, a elaborar um projeto de lei que faça com que fique impossível ser corrupto no Brasil? Como fazer isso? Há muitas maneiras, e a gente não tem dedicado tempo a isso, lamentavelmente, porque temos ficado apenas no circunstancial, no momentâneo, que é do que vou falar daqui a pouco. Sem falar especificamente no assunto da corrupção, vejo que seu discurso e o meu vão se completar perfeitamente. Parabéns pelo seu discurso. Gostaria de ouvir as propostas e transformar isso, quem sabe, aqui, em um grupo de nós, Senadores, para elaborar uma proposta. Não existe o Fome Zero? Vamos fazer o Corrupção Zero. O Governo Federal não trouxe ainda nenhum projeto aqui chamado Corrupção Zero. A gente pode elaborar, sim, o projeto de Corrupção Zero.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. Realmente, V. Ex^a tem razão. Nesta Casa, temos levado muito tempo discutindo coisas de comadres. Não estamos trazendo os assuntos que interessam ao País. É lamentável que tenhamos ficado vários meses aqui sem produzir nada. V. Ex^a já havia me falado sobre a idéia de reunir um grupo para discutir ações de combate à corrupção.

Um dia desses, conversamos a respeito disso. Acho que temos que levar em frente, para fazer um estudo e dar um rumo. E devemos lutar, para que o projeto seja aprovado, porque, é incrível, discutimos as coisas aqui... O Senador Mozarildo Cavalcanti, por exemplo, hoje falou de um projeto dele que foi aprovado em 1999 e que está amarrado lá na Câmara, um projeto relativo às terras da União.

Mas, para encerrar o meu pronunciamento, volto a repetir que a corrupção é um câncer que corrói toda a sociedade brasileira. Mas o que é possível fazer para curá-lo? Lá no meu Estado, os donos das televisões e das rádios são todos políticos. E já colocaram na cabeça das pessoas que o político bom é o que rouba, mas faz.

Não existe ladrão bom, Senador Cristovam Buarque. Nunca ouvi falar que houvesse um bandido que fosse bom. Então, quem rouba, mas faz não pode ser bom. Uma pessoa que só coloca uma emenda para interesse dela, e não da comunidade? São coisas que temos de ver. E o povo tem que ser mais crítico na hora de votar; tem de ver que, se as pessoas têm um passado no qual roubaram, vão roubar de novo. Nesta história de “rouba, mas faz”, leva-se um milhão para casa, e dá-se um milhão de migalhas para os pobres.

No nosso modesto ver, a contribuição da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?” – inclusive, podemos nos unir a essas associações, para discutir com os Procuradores – pode ser altamente benéfica para o nosso crescimento como Nação e para a valorização do exercício da cidadania.

Vale a pena mencionar aqui a frase atribuída a Pitágoras, que considero inquestionável: “Eduquem-se as crianças, e não será preciso castigar os homens”.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Parabéns, Senador Augusto Botelho!

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. É uma comunicação que quero fazer.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, pela ordem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de comunicar à Casa que, na Galeria de Honra, encontram-se o Prefeito do Município de Amajari, Paulo Wanderley; sua esposa, Mariana; e seu assessor, Moacir.

Amajari é um Município ao norte do meu Estado, que é tradicional produtor de alimentos, de gado e grãos e que foi agraciado, teve a benção de ganhar uma escola técnica, uma nova unidade da Escola Técnica Federal. O pessoal hoje está fazendo um levantamento topográfico do terreno, para iniciar o projeto destinado à implantação da escola técnica. Será a primeira escola técnica na região norte do nosso Estado. A primeira escola foi feita pelo Senador Mozarildo Cavalcanti, quando S. Ex^a era Deputado, há muito tempo. Temos a segunda, e essa será a terceira escola.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – É uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned), Senador Augusto Botelho.

Tem a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta manhã, fazendo a obrigação de qualquer político, que é a de ler os jornais do dia, Senador Virgínio Carvalho e Senador Mão Santa, tive a sensação de que, às vezes, deveria rir e, às vezes, deveria chorar. Às vezes, dá vontade de rir das trapalhadas que estamos cometendo neste País; ao mesmo tempo, dá vontade de chorar por causa delas. Como em toda anedota, em geral, alguém ri de uma situação ruim de outro. Por isso, às vezes, dá vontade de rir com as coisas, mas dá vontade de chorar com a tragédia que essas coisas representam.

Veja, Senador Mozarildo Cavalcanti, que, hoje, lendo o jornal, vi que o assunto da tapioca também chegou a um funcionário do Governo anterior. Vejam a crise por que passamos! Usando uma expressão do Senador Mão Santa, que incomodou muita gente, o “ciscar”, dá-se a impressão de que estamos ciscando aqui dentro, Senador Mão Santa, uns contra os outros, e que nenhum está saindo do lugar. E quem perde é a Oposição, é a Situação, é o Brasil.

Na história do Brasil do tempo em que eu era pequeno, estava escrito “anos dourados”; cresci, e passaram a existir os anos da reforma; depois, os anos de chumbo; também é preciso lembrar que os próprios anos de chumbo foram anos do milagre; depois, vieram

os anos da reconstituição, da redemocratização. Senadoras e Senadores, fico pensando em como serão chamados estes anos em que já não sou tão jovem e sou Senador; temo que fiquem marcados como os “anos tapioca”, porque é o assunto que tem dominado nosso debate.

É claro que a corrupção tem de ser apurada; nenhum ato de corrupção, de desvio de dinheiro, pode passar em branco. Mas não podemos ficar presos a essa realidade; não podemos ficar presos a essa situação que atravessamos. Nas mesmas semanas em que estamos aqui discutindo CPI do Cartão Corporativo, nessas mesmas semanas, se fôssemos listar a quantidade de maldades cometidas contra as crianças do Brasil, precisaríamos de uma longa lista.

Em uma cidade, uma criança é jogada pela janela; na outra uma criança é acorrentada; na outra uma adolescente fica presa com bandidos; na outra há crianças morrendo de dengue; na outra há 14 milhões sem escola... São as manchetes do dia. E aí, onde estão as crianças aqui no nosso debate? Não entram. Portanto, não entra também no nosso debate o futuro do Brasil. Isso é o que me angustia. Apesar de as trapalhadas serem tão grandes, o ciscar está tão intenso aqui, Senador Mão Santa, que a gente fica se perguntando se não dá vontade de olhar como se estivesse fora e de rir um pouquinho também.

Mas acho que a gente tem de fugir dessa idéia de rir da tragédia; a gente tem de insistir na necessidade de procurar mudar esses tempos apelidados de “tempos tapioca” para tempos de futuro, para pensar o futuro do Brasil. Sei que talvez não adiante nada falar sobre isso, porque, na segunda-feira, a gente vai voltar aos mesmos velhos temas, que caem no vazio. Vejam essa luta inteira, enorme, imensa, de Senadores em função de saber se a Ministra Dilma vem ou não.

Primeiro, ela já deveria ter dito que vem, antes de ser convocada. Não vejo razão para ela temer vir aqui. Segundo, a oposição não oferece propostas alternativas para o Brasil, comportando-se hoje como o PT se comportava antes. Quando eu tentava, lá dentro, como militante do PT, oferecer propostas, ouvia mais de uma pessoa dizer: “Proposta é para quem é situação, não para quem é oposição”. E, agora, a oposição de hoje está-se comportando dessa maneira.

Vamos supor que a oposição consiga trazer a Ministra Dilma Rousseff; vamos supor que ela venha aqui para depor; vamos supor que o depoimento satisfaça à oposição e que ela se saia mal. Mas, daqui a 10 anos, quem vai falar nisso? Daqui a 10 anos, o que fica disso? Nada. O que vai ficar dos nossos tempos?

Nós não somos a geração que vai fazer a abolição da escravatura; isso já foi feito 120 anos atrás.

Nós não somos a geração que vai fazer o desenvolvimento deste País com democracia, como foi a geração de parlamentares no tempo de Juscelino. Nós não somos mais a geração que faz as reformas de base, porque ou já passou o tempo ou a gente não discute isso. Nós não somos a geração da redemocratização, não somos – eu fui, como jovem, lá fora, fazendo manifestação, mas não aqui dentro. Nós não somos a geração de nada neste momento. Qual é a marca da nossa geração, a não ser, como diz o Senador Mão Santa, estarmos aqui na sexta-feira, como não se fazia em 120 anos, a não ser os discursos que a gente faz? O que vai ficar disso?

O Senador Augusto Botelho acaba de falar sobre a necessidade de termos uma proposta contra a corrupção. Quando vamos debater aqui uma proposta de corrupção zero neste País? De zero crianças sem concluir o ensino médio? De escolas técnicas em todos os Municípios, como a de Roraima, de que o senhor falava agora há pouco? Quando vamos discutir aqui a saída para a crise energética que este País vai viver de qualquer maneira, mesmo que chova o tempo todo, porque vamos esgotar as fontes de energia se não mudarmos a nossa matriz, o nosso modelo energético? E passa pela mudança do modelo energético viver consumindo menos energia. A gente se acostumou a discutir o modelo energético do ponto de vista de produzir mais com fontes alternativas, como, por exemplo, as eólicas ou o *biodiesel*. A gente não está percebendo que, ou reduzimos o consumo de energia ou não vai ter saída. Claro que o *biodiesel* é renovável, mas ocupa terra. Então, vai chegar ao limite de não ter terra para produzi-lo. É renovável, mas limitado.

Quando vamos discutir como fazer para que neste País não haja mais epidemias. A gente está, no máximo, discutindo como parar a epidemia no Rio de Janeiro; mas, daqui a um ano, ela volta, daqui a dois anos, três anos, cinco anos, ela voltará, se não tivermos uma mudança na maneira como a gente enfrenta os problemas neste País.

A mãe de todas as epidemias é a imprevidência. Quem as cura depois são os médicos, como dois que estão aqui neste momento, mas quem faz a epidemia é a imprevidência. E estamos sendo imprevidentes com os destinos do Brasil. Fomos imprevidentes no Rio de Janeiro ao não derramar as águas que, empossadas, trouxeram este maldito mosquito *Aedes aegypti* para espalhar a dengue no Rio de Janeiro. Mas estamos sendo imprevidentes com diversas outras epidemias.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite participar?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Permito com o maior prazer. Dê-me um minutinho só,

Senador, mas com o maior prazer. Aliás, uma das boas coisas é ter os seus apertes.

Nós temos, adiante, visíveis, previsíveis, imagináveis, com clareza, outras epidemias. Será que o trânsito nas grandes cidades deste País não é uma epidemia previsível? Ontem, na televisão, em um dos jornais da noite, vi um comentarista econômico dizer que há um espaço imenso nas indústrias automobilísticas para aumentar a produção. E o outro apresentador perguntou: “E haverá espaço nas ruas?”. A gente não está pensando no espaço nas ruas. A gente está pensando em aumentar a produção. É claro que haverá uma epidemia!

Aliás, veja como estamos. Eu digo que vai haver epidemia. Mas, ontem, mostravam um engarrafamento de mais de duzentos quilômetros. A epidemia já está aí. Nós nos acostumamos tanto com ela, que a gente não vê. Nós nos acostumamos tanto a ficar horas em engarrafamentos, que a gente já não percebe que isso é uma epidemia. É como alguém que tivesse dengue a vida inteira, ele não ia saber que estava com dengue, ia saber que estava sofrendo, mas não ia considerar isso uma doença e, sim, uma realidade natural.

Nós temos, diante de nós, uma quantidade de epidemias previsíveis: na energia, na educação, na saúde, no meio ambiente. E nós estamos sendo imprevidentes. Inclusive, aqui, nesta Casa, estamos sendo imprevidentes, porque estamos – volto a insistir na metáfora do Senador Mão Santa – ciscando aqui dentro. Nós não estamos, de fato, caminhando. Não estamos caminhando; estamos amarrados.

E a pergunta que faço, antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, é: Como é que nós caímos nessa armadilha? Porque nós estamos, Senador Augusto Botelho, em uma armadilha; a armadilha de que, se não se dedica a lutar contra a corrupção, é conivente. E é verdade. Mas, quando faz a luta contra a corrupção momentânea, de denúncias, a gente não está fazendo mais o resto. Caímos na armadilha. Estamos numa armadilha, inclusive, em que, quem não joga lama, ou não leva lama, não aparece nos noticiários, porque os grandes debates nacionais sumiram da mídia e dos jornais. Nós debatemos, hoje, a lama.

Houve um tempo em que havia alguns jornais de que se dizia que, espremendo, saía sangue. Hoje, se a gente espremer os jornais, sai lama. Culpa nossa, dos políticos, que estamos provocando isso. Uns, muito mais. Outros, zero até. Mas é culpa nossa. Culpa também de uma armadilha da qual não estamos sabendo sair. A entrevista do Presidente Garibaldi mostra uma prisão, uma armadilha na qual caímos, porque ele alerta dos problemas, e a gente não sabe como sair deles.

Quero deixar, aqui, antes de passar a palavra ao Senador Mão Santa, esta pergunta: Como foi que caímos nessa armadilha em que estão, hoje, o Congresso Nacional e a política brasileira, apenas no curto prazo e na podridão da superfície, sem entender a ferrugem da engrenagem da sociedade brasileira, sem conseguir lubrificar essa sociedade?

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Professor Cristovam, V. Ex^a tem aquilo que buscamos, tem sabedoria. Tem, mas me permita discordar do raciocínio de V. Ex^a. Hoje cedo, traduzindo a grandeza da satisfação do cumprimento da missão, abri esta sessão. Ouvi alguns pronunciamentos, e, dentre eles, o do Senador Mozarildo Cavalcanti. Daí eu o convidei para presidir a sessão. Como V. Ex^a está fazendo um pronunciamento muito importante, ele fez um de alta valia. Só esse pronunciamento dele valia pelo mandato que o bravo povo lhe deu. Primeiro, ele contestou o nosso Presidente, que eu elogiei antes de V. Ex^a, segunda-feira, nas páginas amarelas, com Garibaldi. O Garibaldi, eu já estava desesperado, e ele disse: “Acabaram-se os políticos lisos”. Mas não. Está aí um médico decente, sem contas no exterior, sem patrimônio, e o povo o trouxe, agorinha aí, para um novo mandato. O povo dá força, reconhecendo o valor. V. Ex^a está aqui, e nós. Este Senado, olha... Mozarildo, no calor da emoção e vibrante no pronunciamento dele, firme – firmeza era o que se definia –, advertindo o Presidente da República sobre a realidade, a verdade. Mas, olha, ele se entusiasmou e disse: eu fui daqueles, porque queria defender o povo contra os juroscorchantes. Fui humilhado e expulso de uma Comissão. Não é? Por uma Líder do Governo. E ele estava ali. Mas ele era um daqueles. E eu quero dizer que nós podemos nos apresentar ao Brasil. V. Ex^a está no meio. Se V. Ex^a sabe História, se lembra dos trezentos de Esparta, segurando o mundo civilizado, os números de Atenas e Temístocles, de Leônidas, e eles ficaram ali. Nós somos hoje isso. O nosso papel é o mais importante no momento neste País. Nós somos a última trincheira que está defendendo esse movimento inspirado. Está aí. Esse vendaval todo aconteceu porque é meu papel advertir, como eu adverti isso. Há cinco anos que entrei e tem pronunciamentos meus sobre saúde pública alertando de que isto estava igual ao que Floriano Peixoto dizia sobre a saúde pública no Brasil: “faz-se com o sol, a chuva e os urubus”. Estava no descaso; eu adverti, e está no que está. Então, nós estamos aqui, como aqueles trezentos, como o orgulhoso Mozarildo disse: como aqueles trezentos, defendendo as liberdades da Grécia, nós estamos defendendo as liberdades democráticas neste País, ameaçada por esse partido cuja origem é carac-

terística. Daí aquele tormento com as minhas palavras, porque eu disse que nesse partido o Hitler teve 96% de opinião pública na Alemanha, influído por Goebbel, pela mentira. Esse partido, que buscou, salvaguardou o nome de Deus, que cultivou o trabalhador – “comerás o pão com o suor do teu rosto” –, que é uma homenagem ao trabalho e ao trabalhador, que pegou o nome – também lá é Partido do Trabalhador da Alemanha. A cor, nós, que somos médicos, sabemos, que lembra o sangue, que excita, é a mesma. E me lembra o Presidente Sarney, Senador: “Brasileiras e brasileiros...”. Eu me lembro do Presidente Getúlio, estadista, no 1º de maio que se avizinhava, eu era menino: “Trabalhadores do Brasil...”. Mas, não. Ele segue o de lá. Quem usou o termo “Companheiras e companheiros...” foi lá. Foi lá no *Mein Kampf*. E aquelas do nome genérico, descritas como quem cisca, aquelas que “cacarejam”, que “cacarejam”, obras que não existem, obras-fantasma, antes de nascerem abortadas, numa demagogia. E nós, somente nós, a última resistência que está evitando este País... Quando até um Vice-Presidente da República, que eu pensava que tinha juízo, conclama para sairmos da democracia e da Constituição. E nós que desacreditávamos. Eu pensava, eu era admirador de José de Alencar. Tô fora! Vem pregar a desobediência à Constituição! E não tinha a competência de V. Ex^a, porque a ignorância diz que Frank Delano Roosevelt foi eleito três vezes. Foi eleito quatro, mas o momento era outro, era em guerra; guerra justamente nascida lá do que eu denunciei: do nazismo. É! E o povo americano o elegeu quatro vezes. E o seu vice continuou, Truman, com o apoio de sua mulher. E esta é a denúncia: nós é que estamos evitando este País sem aquele regime que se irradiou em Cuba, que se irradiou aí, na Venezuela, no Equador, na Bolívia e na Nicarágua. Aqui, ele ainda não se instalou porque temos a mesma grandeza, somos aqueles 300 de Esparta. V. Ex^a é um deles quando teve a visão de futuro de que a educação era a salvação. V. Ex^a foi humilhado, demitido por um telefonema. Mas sou Francisco – Paz e Bem era a sua bandeira –, e Francisco disse: “os humilhados serão exaltados”. E V. Ex^a é um desses neste grandioso Senado, que jamais vai deixar esses que aí estão tirarem as liberdades democráticas do nosso País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, quando o senhor começou dizendo que discordava, fiquei contentíssimo, porque faltam discordâncias aqui dentro. Aqui se briga, mas não se discorda, porque não se debatem idéias.

Só que ele disse que iria, mas não discordou. Senador Mozarildo, Senador Augusto Botelho, os discursos que os senhores fizeram e o que eu estou fazendo não vão ser comentados na segunda-feira aqui. Grande

discurso que o senhor fez! O discurso do Senador Augusto Botelho foi um discurso de peso, mas vai cair no vazio. Nossos discursos caem no vazio hoje.

Sinceramente, desculpem o pessimismo, mas, se o Presidente Lula decidir fazer o terceiro turno – e eu fui o primeiro a denunciar isso, em 2006, na campanha presidencial –, ele termina aprovando isso aqui. Ele termina aprovando aqui, com o seu voto contra...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Um minuto, quebrando, mas V. Ex^a tem sensibilidade. Esse é o debate qualificado. Quem primeiro falou neste País – está na crônica de Cláudio Humberto – em mesada foi o Senador Mão Santa. E fizeram e eu recebi – eu, como o Mozarildo, tinha votado no Luiz Inácio – as maiores pressões para tirar a expressão, para dizer e ir contra o jornalista. Ele escreveu: o Senador Mão Santa disse que tem mesada. Um mês depois mudaram o nome e colocaram mensalão. Então, nós combatemos a corrupção. Fui o primeiro na crônica de Cláudio Humberto, esse extraordinário jornalista. Está lá: Mão Santa está constrangido porque esse Governo está cheio de mesada. Aí, mudaram o nome e surgiu o mensalão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas fizeram, mesmo assim.

Lembro de ter assistido aqui ao senhor alertando sobre a dengue. Mas a dengue veio, não apenas porque ficamos ineficientes, não apenas porque ficamos inoperantes. Nós ficamos irrelevantes. Irrelevantes! E não há democracia com o Congresso irrelevante. Irrelevante, porque nós caímos numa armadilha e não estamos sabendo sair dela. Este eu quero que seja o resumo do que estou colocando aqui: como sair da armadilha do imediatismo, do “curto prazismo”, do “denuncismo”, do “defensismo”? Porque, hoje, de um lado, é denúncia e, do outro, é defesa. Não há debate ideológico.

Qual foi o debate em que se contrapôs aqui a oposição à situação em relação aos destinos do Brasil? Qual foi? Qual foi o debate aqui em que se disse que o futuro do Brasil vai por aqui, ou o futuro do Brasil vai por ali?

Não vejo diferença na situação e na oposição em relação aos rumos do Brasil, pela inércia, porque estão deixando que continue esse rumo que vem aí, esse rumo que pode terminar dando no terceiro turno, sim.

Por quê? Porque vai ficar com um voto contra seu, um voto contra meu, talvez o voto contra de todos aqui, mas termina tendo o voto a favor dos que são necessários.

Não há debate nesta Casa em relação ao futuro do Brasil.

Nós caímos numa armadilha, e essa armadilha está fazendo com que o nosso tempo seja o tempo do ramerrame, do ciscar; esteja ficando como os anos da tapioca, e não os anos de ouro, e não os anos da redemocratização, e não os anos do milagre, e não os anos de algum fato formidável para mudar o rumo do Brasil. Nunca talvez o Brasil tenha precisado tanto mudar de rumo, porque nesse rumo que a gente vinha antes, pelo menos a gente ia; agora, mesmo se a gente for, está ficando para trás. Trinta, quarenta anos atrás, o Brasil era um país com muito mais futuro do que qualquer dos Tigres Asiáticos, com mais futuro mesmo do que países como Irlanda, Espanha e Portugal. Nós éramos o país do futuro, sim. Hoje, esses países nos passaram. Estão lá na frente, e nós lá atrás, porque aqui estamos presos numa armadilha, a armadilha do “denuncismo” e do “defensismo”, do imediatismo e do “curto prazismo”. Só pensamos o que vai ser amanhã. Quando eu digo amanhã não é metaforicamente não. É amanhã mesmo, segunda-feira, e não o que vai acontecer na terça, na quarta ou na quinta.

Eu fico feliz, Senador Mozarildo. Tenho um pedido de aparte do Senador Augusto Botelho, mas quero lembrar que o Senador Mão Santa tem de sair, e eu quero assistir ao discurso dele.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Eu retiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O Senador Augusto Botelho, então, abriu mão.

Sr. Presidente, fica aqui a minha mistura de angústia e diversão ao ler os jornais hoje e ver que nós estamos, tristemente, presos numa armadilha, e, divertidamente, vendo que a armadilha prende a oposição e a situação, os dois prisioneiros dessa falta de compromisso, de visão com o longo prazo e com o conjunto do País.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância do tempo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Obrigado, Senador Cristovam.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa, do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sexta-feira,

4 de abril, 12 horas e 27 minutos, “um quadro vale por dez mil palavras”. Este é o Senado que trabalha.

Senador Mozarildo, que preside esta sessão, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos acompanham pelo fabuloso sistema de comunicação do Senado – essa beleza de Televisão Senado, rádio AM, FM, Jornal do Senado, Agência Nacional do Senado, que leva ao povo brasileiro a verdade –, este Senado é tão importante que vou trazer um documento importante.

Aqui passou um Senador do meu Estado por duas legislaturas; foi Conselheiro da República; foi Prefeito da minha cidade, melhor que eu; foi Governador do Estado, melhor que eu; Senador da República, melhor que eu; e está na Câmara Federal. Ele é muito preocupado com os problemas do Brasil. E esse é o título que me dá grandeza, o qual represento. Então quando um homem da grandeza de Alberto Silva, na sua luta, abençoado – aqui nós temos o novo Senador que é um homem evangélico, Carvalho – diz que Deus abençoa aquele que dá longevidade e nela ainda exerce a sua profissão.

Alberto Silva foi sempre um engenheiro político. É uma figura ímpar. Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar as luzes dos outros para brilhar. Um filósofo disse isso. Então eu quero dizer que ele é um homem que está atento a isso, é sua vocação.

Ele me mandou uma carta e um estudo sobre a dengue no Brasil. E o estudo é baseado no saber, no conhecimento. Ele é aquele engenheiro formado em Itajubá. Ele foi premiado quando ainda era Senador. Itajubá é a melhor escola de engenharia deste País, ali em Minas. Aliás, o Governador Arruda formou-se lá. Ele era premiado, e só luminares do País tinham sido convidados. Eles têm uma frase do seu fundador que é uma coisa filosófica. Ele está atento a isso, e o Piauí teve uma crise de dengue, que, aliás, está no Brasil todo.

Nós já advertíamos sobre isso. Há cinco anos nós falávamos: “Essa saúde pública...” Nós denunciávamos, nós advertíamos sobre tudo isso. Quantos e quantos pronunciamentos eu fiz? Dizia que ia mal, que ia mal, que ia mal. Como Cristo dizia: “Em verdade, em verdade...”.

Não que eu desejasse isso, mas o estudo nos dá essa visão de futuro. Nós denunciávamos, inclusive no Piauí. O Brasil foi tomado, e ele se preocupou. É um trabalho, Augusto Botelho, de pesquisa dele, um trabalho de consultas volumoso. Não terei tempo de lê-lo aqui, mas irei passá-lo às autoridades interessadas.

Primeiro, ele, com a sua inteligência, une... O maior ridículo que vi nessa política atabalhoada foi quando massacraram o prefeito. Juntaram o Poder

Federal, o Poder Estadual e buscaram o prefeito como bode expiatório. Sabemos que a Medicina busca a etiologia, a causa. A causa é o agente etiológico, o transmissor. E aí as coisas pioraram, e nós vivemos um dos momentos mais vergonhosos da saúde pública.

Fala-se que representam mulheres. Eu quero representar a mãe que chora, a mãe que está desesperada perdendo seu filho para a dengue; a mãe, a avó, a mulher que está desesperada na fila de um hospital; a mulher, mãe, que não tem direito de levar seu filho para uma UTI.

Eu sei o que é isso, Senador Carvalho. Meu filho, empresário, teve a dengue hemorrágica. Deus foi bom: ele pôde, ele foi para uma UTI. Atentai bem, Cristovam. Deus, eu agradeço: ele pôde. Mas quantas mães... Vamos chorar agora por essas mães que estão naquelas filas desgraçadas se consultando.

O Governo colocou quatrocentos soldados. Que ridículo, hein Mozarildo! Soldados para combater... Nós, que gastamos o melhor de nossa juventude buscando ciência para a consciência e, com consciência, servir o povo do Brasil. O que está faltando é isto: é a seriedade da saúde pública.

Luiz Inácio, é dos aloprados que V. Ex^a deve ter ódio, não de mim, que só tenho lhe levado a verdade.

Este País já foi organizado. Mozarildo, Augusto Botelho, vocês se lembram do Sesp? Eram os soldados da saúde pública, eles eram exclusivos da saúde pública. Lembra, Cristovam? Eles ganhavam bem. Eram proibidos, eram impedidos de aceitarem outras propostas: consultórios particulares, outros empregos, outras clínicas.

Os governantes passados, Luiz Inácio, davam salários a eles justos. Hoje não tem mais isso. Que vergonha! Que vergonha! Eu, que represento aqui Juscelino Kubitschek, que foi tirado desta sala.

Senador, vamos buscar em Cuba? Em Cuba? Onde está a Medicina da grandeza de Oswaldo Cruz, que matou o mosquitinho há cem anos; de Carlos Chagas; de Veronesi; de Samuel Pessoa; de Alencar, Aragão; dos cientistas nossos, Mozarildo? Os nossos... Vamos buscar em Cuba? E nós?

Como se consegui, em tão pouco tempo, destruir uma estrutura com tanto sacrifício, com tanta grandeza buscada por todos nós? Veja Cristovam: vamos mandar buscar em Cuba! Nós? Olhe o mapa do mundo, Luiz Inácio!

Christian Barnard. Eu o conheci, convivi com ele, que fez o primeiro transplante cardíaco. O segundo deste mundão foi Zerbini – cheguei a trabalhar com ele e Adib Jatene. Este País da ciência, este País em que esse Governador de São Paulo, que está aí, que também gastou seus anos buscando a competência...

Não era médico, mas escreveu uma das páginas mais bonitas da saúde pública. A Aids, nós fomos capazes... E fomos ridicularizados! Que sejamos ridicularizados, mas nós não podemos deixar chorando as mães brasileiras, Cristovam.

Luiz Inácio, isso é uma calamidade pública! Luiz Inácio, acabe com essa campanha das galinhas cacarejadoras Brasil afora e vamos, todos juntos, não é cantar não, mas chorar, lutar para que nossas mães não sofram pela perda de suas crianças.

Tem doenças que a ciência já as venceu; que o Fidel, que sou contra, venceu; que o Chávez, que sou contra, venceu. E aqui só nesse cacarejamento... Não vai! Vamos fazer um mutirão, dar um tempo...

Essa é a minha formação de cirurgião. Por isso disse que quem entende de urgência sou eu mesmo. Sou médico-cirurgião, sei o que é uma urgência. Larga-se tudo, Cristovam: “Não, aquilo é eletivo. Fica para amanhã, para depois de amanhã. Dá alta. Pode voltar. Vamos operar apendicite aguda para não dar peritonite, a úlcera perfurada, a trombose, a facada, a barra”. Larga e se concentra naquilo que é urgência e emergência.

É isto. Ó Deus, ó Deus, me permita dizer como Castro Alves, em *O Navio Negreiro*, onde estás que não escutas? Ó Deus, ó Deus, faça este Luiz Inácio acabar com essa palhaçada de cacarejamento mundo afora. E vamos, não vou nem dizer chorar, nos debruçar, vamos nos unir, vamos fazer um mutirão dos médicos brasileiros, da ciência brasileira, para enfrentarmos esse mosquitinho.

Então, está aqui um trabalho de Alberto Silva, que tem conhecimento, atentai bem, que deve ser ouvido. Mas vou entregá-lo, na segunda-feira, aos Senadores aqui: àquele extraordinário Senador experiente da época de Vargas, Paulo Duque; ao Dornelles, essa figura sucessora de Tancredo Neves, e ao nosso Crivella, que é um homem evangélico.

Alberto Silva, vou passar seu documento. Mas ele manda uma carta pessoal para mim, Senador Mão Santa; ele que passou aqui, que foi Senador, a letra dele, está vendo, Mozarildo? E, agora, um resumo aqui. Isso aqui pode ser adotado, pode ser estudado, e vamos oferecer este documento, mas que fique a idéia aqui de acabarmos...

Estão aí os irmãos do Nordeste todos vítimas de enchentes, alagados na minha Teresina, na minha Parnaíba, nas cidades ribeirinhas. Vamos acabar com essas enchentes, vamos pedir um tempo...

Ô Luiz Inácio, quando o futebol de salão está errado, o técnico pede: “Tempo. Vamos parar aqui e pensar em mudar”. Nunca jogaste nada não, Luiz Inácio? Tempo; pára! Vamos ver aqui: coloca, muda aí a

caminhada de cacarejamento por uma caminhada do mutirão para salvar os brasileiros e as brasileiras e a criancinha com dengue, de salvar os nordestinos, vítimas. E está aqui uma contribuição. Está é: vamos acabar esse teu projeto de cacarejamento, Luiz Inácio. No projeto da verdade, da realidade e da solidariedade, de enfrentar o problema, esse Fernando Henrique Cardoso é um estadista. A inveja mata, Luiz Inácio. Eu sei que teve um negócio de Apagão – eu era Governador. Ele criou, lá, um superministério – como era o nome, Senador Cristovam Buarque? Aquele do apagão. Sim, mas teve... Gabinete de crise, e entregou a Pedro Parente – um técnico. E vencemos o apagão. Vamos criar esse gabinete de crise para vencer a dengue, para ajudar os alagados e evitar, não é o cantar, mas o choro das mães brasileiras, que perdem os seus filhos com dengue.

E Alberto Silva diz – olhe que isso sensibiliza o Alberto Silva –, que volta aos Senado por mim. Eu vou ler. Ele tem razão, isso tem de ser estudado.

Carta aberta aos ouvintes da TV Senado e particularmente ao amigo Sérgio Cabral, Governador do Rio de Janeiro, a César Maia, prefeito da cidade e ao Ministro da Saúde Temporão [os três são de lá].

Em primeiro lugar, quero prestar minha solidariedade às autoridades brasileiras que, em boa hora, estão colaborando de maneira eficaz, com o auxílio de nossas Forças Armadas, no atendimento médico, desde a hidratação até as doenças mais graves como a dengue hemorrágica.

Entretanto, lamento constatar que o mosquito *Aedes Aegypti*, que foi derrotado por Oswaldo Cruz há cem anos, está vencendo a guerra hoje não só no Rio de Janeiro, mas já se alastrando em todo o Brasil.

Quero em primeiro lugar agradecer a este meu companheiro de partido e combatente emérito de todos os males que afligem os brasileiros, o Senador Mão Santa, que está cedendo o seu espaço para que esta missiva chegue ao seu destino.

Obrigado, Senador Mão Santa.

Alberto Silva, um homem de experiência, foi Prefeito, Governador, Senador, conselheiro da Pátria.

Vamos aos fatos:

Há quatro anos, quando a dengue começou a chegar ao Piauí, constatei que o uso daqueles carrinhos chamados de fumacê não só eram inócuos como a quantidade deles na Secretaria do Piauí era irrisória.

Inócuos por quê? Exatamente pelo fato de que o carrinho atua nas ruas e o mosquito está nos quintais das casas, dentro das casa e nos terrenos baldios, lugares esses absolutamente inacessíveis a tal carrinho fumacê.

Procurei uma solução que pudesse ser considerada válida e eficaz no combate à doença.

No Piauí, no meu primeiro Governo, entre muitos hospitais que foram construídos, um foi feito exclusivamente como um hospital de isolamento para doenças como encefalite, meningite, hepatite, tétano, dengue etc.

Logo percebi que não adiantava só isolar e tratar o doente, e, sim, combater o mosquito.

Procurei, então, o Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola e indaguei se não poderia usar o mesmo método de combate às pragas agrícolas e, no caso em questão, usar o avião para matar o mosquito. Eles me apresentaram um trabalho completo sobre o êxito obtido num caso específico dos municípios do litoral paulista, onde encontraram um mosquito diferente do *Aedes Aegypti*, mas que transmitia uma doença muito grave. Eles usaram o avião com o inseticida adequado e, em pouco tempo, acabaram com o mosquito e, por consequência, com a doença.

Solicitei que eles me apresentassem uma proposta para um projeto piloto demonstração nas cidades de Teresina e Parnaíba.

Recebi um documento com o respectivo orçamento, mas com uma observação: o Ministério da Saúde, através de uma nota técnica, proíbe o uso de aviões no combate ao mosquito.

Mandaram-me uma cópia dessa nota técnica do Ministério da Saúde e também outro documento elaborado pelo Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola, na qual eles rebatem e destroem item por item toda argumentação mencionada por essa nota técnica.

Vamos agora fazer uma análise sucinta do que está acontecendo no Brasil em relação à dengue.

No Rio de Janeiro, por exemplo, estão sendo usados todos os hospitais e a mais valiosa ajuda das Forças Armadas, com suas tendas, onde já começa a faltar médicos e, mesmo quem eles cheguem vindo de vários pontos do país para ajudar nos tratamentos dos doentes, é tudo insuficiente pelo alarmante fato de que cresce dia a dia o número de casos, ultrapassando em muito a capacidade médica de tratar.

Isso significa que o mosquito está ganhando a guerra.

Dissemos atrás que os mosquitos estão nos quintais das casas, dentro das casas e nos terrenos baldios existentes em todas as cidades.

A televisão pede a cada instante a colaboração da população na procura e destruição das larvas do mosquito, imaginem só uma cidade de mil casas onde trinta por cento dos moradores atenda ao apelo e destruam as larvas, sobram setenta mil casas e sei lá quanto terrenos baldios.

Quantas pessoas iriam necessitar para visitar, catar e destruir as larvas porventura ali existentes?

Sem comentários, é tarefa impossível. O mosquito ganha a guerra.

Por esta razão escrevo esse alerta, que está sendo lido pelo meu eminente companheiro, o Senador Mão Santa, cujo intuito é chamar a atenção do povo e das autoridades que num País como o nosso, que já é apontado como a oitava economia do mundo, esteja perdendo a guerra contra um mosquito que, tenho certeza, será destruído se usarmos o avião com seus equipamentos próprios e mais a colaboração imprescindível das Brigadas Terrestres.

Aproveito este momento para fazer um apelo ao Governador Sérgio Cabral, para que tome a iniciativa de solicitar ao Ministro da Saúde autorização para implantar em uma das cidades mais infestadas do Rio de Janeiro uma Experiência Piloto Demonstração, utilizando, através de contrato, os serviços do competente Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola do Brasil para o combate direto e amplo do mosquito da dengue.

Agradeço aos telespectadores da TV Senado a audiência deste programa, ao tempo em que faço um apelo para que todos se dirijam ao Governador do Rio de Janeiro para que assuma o comando e execute essa experiência.

Tenho certeza que o resultado será altamente compensador.

Deputado Alberto Silva.

Está aqui, grande e volumoso. Eu vou passar aos Senadores.

Ele é um pesquisador, um homem experiente, que tem a sua técnica de como se combatem males na agricultura.

Eu, que substituo Alberto Silva, digo: Luiz Inácio, olha – ele não jogou futebol de salão? Basquetebol não é ruim. Futebol de salão eu jogava, eu tinha um irmão que foi campeão universitário –, o técnico dizia: “Pára. Vamos mudar a tática? Vamos mudar”. Ó, ó, um tempo aí para a turma do cacarejo. Acabem com esse negócio. Vamos enfrentar o mosquitinho, vamos ajudar os alagados, que estão sofrendo, não vamos deixar as mulheres, as mães, chorarem por causa da morte e de doenças. Aí, sim, poderemos cantar – e vamos cantar juntos, Luiz Inácio –...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... o Hino do Brasil. E continuarei cantando:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do equador,
Na luta, o teu filho é o primeiro que chega

Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I, § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, certos mitos ganham força de verdade e se perpetuam simplesmente porque as razões de sua existência nunca foram questionadas. Este é o caso da relação entre os favelados do Rio de Janeiro, o narcotráfico e a polícia. Durante muito tempo aceitou-se a tese de que os moradores de favelas abominavam a polícia e submetiam-se de bom grado ao domínio dos traficantes. Agora, uma pesquisa realizada em 101 comunidades carentes da cidade, pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, a pedido da Central Única das Favelas, desvenda um quadro muito diferente.

De acordo com a pesquisa, divulgada pelo jornal *O Globo* em sua edição dominical, mais de 60% dos entrevistados são contra a legalização do consumo de drogas leves no Brasil, como forma de se combater o tráfico. Quase metade – 48,9% – apóia a participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado, enquanto apenas 29,8% são contra. E, novamente, quase a metade dos moradores aprova a utilização, pela polícia, do “caveirão”, como é conhecido o veículo blindado empregado em incursões pelas favelas. A adoção da pena de morte é rejeitada por 54% dos entrevistados, e a legalização do aborto, por 66,1 %.

A principal revelação da pesquisa é de que os moradores das favelas cariocas não convivem com as quadrilhas de narcotraficantes que se instalaram em seu meio por concordância ou cumplicidade com a ação dos bandidos, e, sim, devido à intimidação e ao terror que eles exercem sobre as comunidades. A maior prova disso é o expressivo apoio ao eventual emprego das Forças Armadas em ações contra a criminalidade e ao uso dos veículos blindados pela polícia.

A idéia de que a banalização da violência, da crueldade e das arbitrariedades cometidas por criminosos fizeram com que os favelados incorporassem passivamente ao seu cotidiano a convivência com os traficantes é fruto do preconceito. Eles dividem seu território com bandidos simplesmente porque não têm alternativa. A presença do tráfico é uma constante em suas vidas, mas nem por isso é bem-vinda. Ao dar voz às comunidades carentes do Rio, a pesquisa – mais que oportuna – desfez mitos cultivados há muito tempo

e mostrou a necessidade de rever conceitos a respeito da relação entre seus moradores e a criminalidade.

O segundo assunto que trago à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diz respeito à Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão ligado às Nações Unidas, que divulgou esta semana seu relatório anual sobre tráfico e consumo de drogas no mundo. E nele há más notícias para o Brasil. O consumo de cocaína cresceu mais de 30% entre 2002 e 2007, uma média de 6% ao ano, e a tendência é de que esse crescimento continue, ao contrário do que vem ocorrendo na maioria dos países, onde os índices de consumo estão estáveis ou até mesmo caindo, como é o caso dos Estados Unidos. De acordo com o Departamento de Estado, somos hoje o segundo maior consumidor de cocaína do mundo, atrás justamente dos americanos...

O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime calcula que circulem pelo Brasil 80 toneladas de cocaína por ano, provenientes da Colômbia, Peru e Bolívia. Metade é consumida internamente, e o restante exportado para Europa, Estados Unidos e Ásia.

O relatório foi lido esta semana pelo representante do Escritório da ONU, Giovanni Quaglia, no auditório da SENAD, a Secretaria Nacional Antidrogas. Um parágrafo deixou especialmente irritadas as autoridades brasileiras, e merece transcrição. É este:

A Junta enviou uma missão ao Brasil em dezembro de 2006. Observa com preocupação que aumentou o uso indevido de drogas e que estimulantes continuam sendo receitados excessivamente, apesar das recomendações formuladas em missão anterior, conduzida em 2003.

A Junta também manifesta preocupação com a falta de cooperação entre os organismos estaduais e federais, a escassa destinação de recursos em escala nacional, a lentidão do sistema judicial e os relatos sobre corrupção na polícia e no poder judicial.

A Junta solicita ao governo brasileiro que adote medidas para reforçar as atividades de interceptação em todo o país, especialmente nas zonas fronteiriças, e que faça tudo o que estiver ao seu alcance para garantir o julgamento rápido e justo dos delitos relacionados a drogas.

Considerando a participação de organizações criminosas africanas no tráfico de drogas no Brasil, é preciso fortalecer a cooperação com os organismos policiais dos países da África a fim de promover a investigação e o julgamento de todos os delinquentes envolvidos. A Junta toma nota do empenho do governo do Brasil nos últimos anos em ampliar os serviços de redução da demanda de drogas.

No entanto, no que diz respeito à nova lei sobre fiscalização de drogas, a Junta opina que as disposições relativas ao tratamento do abuso de drogas não podem ser aplicadas ainda porque até o presente momento não há serviços suficientes nesse setor em todo o país. Além disso, a nova lei pode até prejudicar a investigação e o julgamento das atividades ilícitas relacionadas a drogas, e pode dar a entender à opinião pública que o governo está tratando o narcotráfico com mais indulgência.

Em resumo, o panorama traçado pelo relatório é bem pouco animador, apesar de a Junta reconhecer o empenho do Governo brasileiro em reduzir o consumo de drogas. Para a ONU, falhamos, entre outras coisas, em não prestar maior atenção à conexão africana, já que cerca de 40% da cocaína que chega ao mercado europeu usa o Brasil como rota, passando antes pela África.

O relatório também critica a Lei nº 11.343, de agosto de 2006, a chamada Lei Antidrogas, por tratar os usuários de drogas com condescendência, uma vez que a punição é sempre convertida em pena alternativa, como prestação de serviços. Essa tolerância, para usar os termos do relatório, estaria prejudicando a investigação e o julgamento das atividades relacionadas ao tráfico de drogas, além de sugerir à opinião pública que o Governo passou a tratar o narcotráfico com maior indulgência.

Concordemos ou não com as conclusões do relatório, convém refletir sobre elas em vez de rejeitá-las sumariamente. É verdade que criamos penas de força repressiva insignificante para o portador de drogas, tais como a advertência sobre seus efeitos e a obrigatoriedade de frequência a curso ou programa educativo, além da prestação de serviços à comunidade. Por outro lado, aumentamos a pena mínima do traficante de três para cinco anos. Um jurista chegou a afirmar que criamos uma lei paradoxal, que estimula a demanda e reprime a oferta...

Em quase todo o mundo, nota-se uma reversão na tendência iniciada algum tempo atrás, de uma liberalização, da descriminação do consumo de drogas. Países como a Holanda, notórios pela complacência, estão aos poucos endurecendo suas leis. O mesmo ocorre na Suíça e Grã-Bretanha – para não falar nos Estados Unidos, onde nem traficantes nem usuários nunca receberam tratamento benigno da justiça.

Não se trata simplesmente de uma onda moralista. Acumulam-se, a cada dia, novas e devastadoras evidências científicas do poder destrutivo das drogas, até mesmo das que até há pouco chegaram a ser consideradas “relativamente inofensivas” ou “leves”. O *ecstasy*, comprimido que por aqui circula nas festas

de jovens, passou a ser considerado droga pesada na Holanda, depois que uma pesquisa comprovou que ele causa danos significativos ao cérebro.

No caso da maconha, que reúne tantos advogados de sua liberação, pesquisas recentes demonstraram que ela é bem mais nociva que o cigarro convencional. Um estudo da Fundação Britânica do Pulmão, realizado em 2002 e reforçado por pesquisas posteriores, concluiu que três cigarros de maconha causam danos correspondentes aos provocados por 20 cigarros de tabaco.

Os cigarros de maconha contêm 50% mais substâncias cancerígenas que os convencionais. Além disso, a maconha vendida hoje tem o dobro do princípio ativo (THC) do produto consumido há uma década. Deixou, portanto, de ser uma “droga leve”. E uma pesquisa de duas universidades britânicas concluiu que o uso de maconha e seus derivados aumenta em 40% o risco de sofrer de algum tipo de psicose, como esquizofrenia.

A cocaína, por sua vez, tornou-se mais barata e de qualidade inferior – portanto, ainda mais prejudicial à saúde. A suspensão das restrições ao cultivo de coca na Bolívia, pelo governo de Evo Morales, desde 2006, fez com que a produção aumentasse, e o destino natural, como escala ou ponto final, é o Brasil. Temos 3.400 quilômetros de fronteira com a Bolívia, patrulhados por menos de 200 policiais federais. Em

São Paulo, segundo a polícia, os traficantes misturam ingredientes como ácido bórico e lidocaína ao pó da cocaína, o que provoca doenças severas, como distúrbios sangüíneos.

A conclusão óbvia é de que lidamos com uma realidade bem diferente daquela do final do século 20. As drogas mudaram, tornaram-se mais nocivas e letais, surgiram novos tipos, que viciam mais rapidamente, e também matam em muito menos tempo. Hoje sabemos muito mais sobre os danos que elas causam. O tráfico, por sua vez, globalizou-se, tornou-se mais ágil, eficiente e, logo, mais capaz de burlar a vigilância policial. Enfim – tenha ou não razão o relatório da ONU no que diz respeito ao Brasil, o fato é que precisamos ajustar permanentemente as leis e os mecanismos de combate ao tráfico e consumo de drogas às novas circunstâncias, sob pena de continuarmos assistindo ao seu crescimento veloz, sem que possamos reagir à altura.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 657 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016123/90-5,

RESOLVE alterar o Ato do Presidente nº 143, de 1991, que aposentou a ex-servidora do Quadro de Pessoal do Senado Federal MARIA IZABEL PINHEIRO, para incluir as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74/94, **a partir de 01/07/1994**, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 658 , de 2008**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo nº 003685/08-0,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, o servidor CANTÍDIO RODRIGUES DOS SANTOS, Técnico Legislativo, Nível M-30, nos termos do Art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994, em conformidade com o Acórdão nº 2076/2005-TCU-Plenário, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 04 de abril de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Shessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
PTB - Carlos Dunga** (S)

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

- De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
- Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
- Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
- Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
- Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
- Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
- Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
- O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
- Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
- Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3311-3514
Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. VAGO (1)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

2. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO
FEDERAL**

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008
Prazo final: 03/06/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

VAGO

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS
PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO
DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
VAGO ⁽¹⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
João Vicente Claudino	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Exedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.

2. Vaga do PMDB cedida ao PSB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. VAGO ^(2,4)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes
PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA
DA SAÚDE**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (Sem Partido)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Sihessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁵⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. VAGO ⁽⁶⁾
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽³⁾	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽⁴⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shlessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Sibá Machado (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes
PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁵⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁸⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁷⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
8. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Exedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. VAGO ⁽⁶⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago, em virtude de o Senador Cicero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁵⁾	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽³⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁵⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
VAGO ⁽⁴⁾	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

5. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008 (Of. 30/08-GLDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena encontrar-se licenciado no período de 31/03 a 31/07/2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral:
19/04/1995

2ª Eleição Geral:
30/06/1999

3ª Eleição Geral:
27/06/2001

4ª Eleição Geral:
13/03/2003

5ª Eleição Geral:
23/11/2005

6ª Eleição Geral:
06/03/2007

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
VAGO
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
VAGO
PSOL
VAGO

Atualização: 25/03/2008

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

2. Vago, em razão do pedido de licença da Senadora Maria do Carmo Alves, para tratamento de saúde, no período de 20/03/2008 a 18/07/2008, conforme Requerimento nº 324, de 2008, publicado no DSF de 26/03/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 **Fax:** 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²
Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMANN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (DEM-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Waldemir Moka	<u>a (PMDB-MS)_____</u>
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Magno Malta (PR-ES)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Marco Maciel (DEM-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



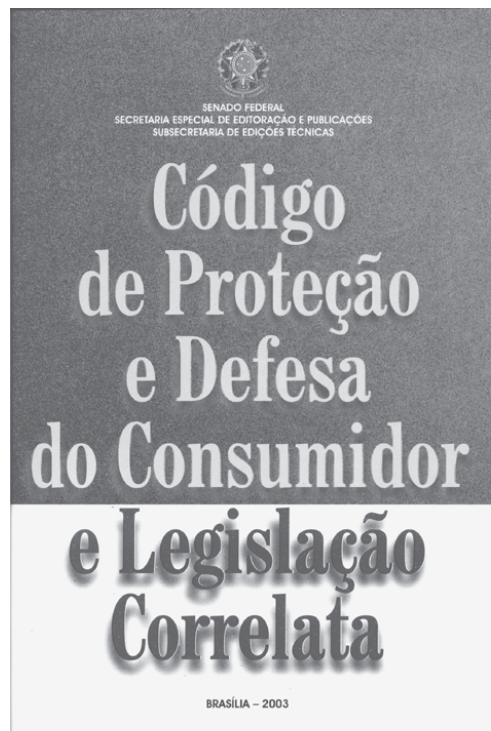
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



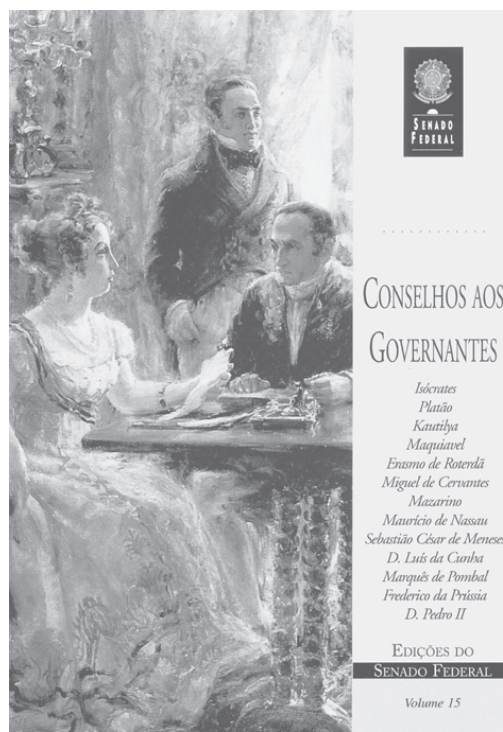
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 112 PÁGINAS